



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE MUSEOLOGIA**

André Lima Zerbinato

**DO TOMBAMENTO À MUSEALIZAÇÃO: CASA DAS ROSAS E A RESSONÂNCIA  
DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM SÃO PAULO (1985-2004)**

**Brasília, DF  
2022**

André Lima Zerbinato

**DO TOMBAMENTO À MUSEALIZAÇÃO: CASA DAS ROSAS E A RESSONÂNCIA  
DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM SÃO PAULO (1985-2004)**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Faculdade de Ciência da  
Informação da Universidade de Brasília,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Carvalho Britto

**BRASÍLIA, DF  
2022**

ZZ58t Zerbinato, André Lima

DO TOMBAMENTO À MUSEALIZAÇÃO: CASA DAS ROSAS E A  
RESSONÂNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM SÃO PAULO (1985 -  
2004) / André Lima Zerbinato; orientador Clovis Carvalho  
Britto. -- Brasília, 2022.

111 p.

1. Casa das Rosas. 2. Avenida Paulista. 3. Tombamento.  
4. Musealização. 5. Políticas Culturais. I. Britto, Clovis



## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Do tombamento à musealização: Casa das Rosas e a ressonância das políticas culturais em São Paulo (1985-2004)

**Aluno:** André Lima Zerbinato

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

### **Banca Examinadora:**

Aprovada por:

**Clóvis Carvalho Britto Orientador**

**Professor da Universidade de Brasília (UnB)**

**Pós - Doutor em Estudos Culturais – UFRJ**

**Luciana Magalhães Portela – Membro**

**Professora da Universidade de Brasília**

**(UnB)Doutora em Antropologia – UnB**

**Ana Lúcia de Abreu Gomes – Membro**

**Professora da Universidade de Brasília**

**(UnB)Doutora em História - UnB**

**Déborah Silva Santos – Suplente**

**Professora da Universidade de Brasília**

**(UnB)Doutora em Museologia - ULHT**

Em 18/04/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Carvalho Britto, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 22/04/2022, às 17:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Deborah Silva Santos, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 22/04/2022, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 23/04/2022, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Magalhães Portela, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 25/04/2022, às 09:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **7995678** eo código CRC **F0A5BC05**.

---

Referência: Processo nº 23106.042911/2022-45

SEI nº 7995678

“Aqueles que passam por nós, não vão  
sós, não nos deixam sós. Deixam um  
pouco de si, levam um pouco de nós”.

SAINT-EXUPÉRY, 1943

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço ao meu orientador Clovis Carvalho Britto, que sempre foi minha opção para a execução de uma monografia. Sua criatividade, sua bagagem e seus comentários em muito contribuíram para que eu conseguisse sistematizar minhas ideias, como se me desse asas e uma direção para voar até meu objetivo de forma leve e segura. Também agradeço a todo o corpo docente da Faculdade de Ciência da Informação por todos os conhecimentos que adquiri graças às aulas e trabalhos ao longo desses anos de graduação.

Aos que trago no coração. Luan, obrigado por iluminar tanto meu caminho e por me ajudar diariamente a ver a vida e a faculdade de uma forma mais leve e colorida. Vanessa, obrigado pelo carinho, pelas palavras de conforto e por trazer tanta alegria para os meus dias. Eduarda, obrigado por ser minha companheira em tantos perrengues e por me mostrar que independente da situação, sempre damos forças um ao outro. Fabiana, você me entende como ninguém e consegue colocar em palavras algumas coisas que eu levaria anos para conseguir dizer, você é muito especial. Às “Sophia’s” agradeço o companheirismo e os convites para tomar café, jogar alguns jogos e abstrair dos problemas por um tempo. Aos meus *webamigos*, agradeço pelos momentos de descontração, coloridos e divertidos. Aos meus familiares, obrigado pelo apoio, vocês significam muito pra mim. Lhes escrevo com muito amor e admiração.

Agradeço especialmente à minha maior inspiração: minha mãe, Kelly Silva Lima, que sempre me apoiou e me incentivou a pensar e tirar minhas próprias conclusões sobre o mundo. Mesmo quando a vida parecia não sorrir para nós dois, permanecemos de mãos dadas resolvendo os quebra-cabeças que o destino colocou na mesa. Apesar das dificuldades, nunca deixamos de nos divertir juntos, e jamais me esquecerei dos passeios que fazíamos pela cidade de São Paulo como: ir ao teatro, visitar bairros que concentravam pessoas de diferentes países, passar tardes sentados em alguma livraria e até mesmo nossas idas aos cemitérios para vermos as esculturas, as fotografias e para conhecermos as histórias de alguns bairros da selva de pedra. Você foi a peça-chave para a construção do pesquisador que me tornei hoje, e lhe dedico este trabalho como uma forma de lhe agradecer, honrar nossas memórias, nossa parceria e todo o sacrifício que foi feito para que eu chegasse aqui hoje.

## RESUMO

Este trabalho aborda o processo de musealização da Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, localizada em São Paulo na Avenida Paulista. Este trabalho se trata de uma pesquisa exploratória, com revisão de literatura e análise documental, tendo como focos: o contexto que levou a Casa a ser construída; o processo de verticalização da Avenida Paulista; as demolições de casarões e pedidos de tombamentos por parte do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo; as transformações dos meios de preservação e gestão da Casa das Rosas entre os anos de 1985 e 2004 e sua ressonância com as políticas culturais nesse recorte temporal.

**Palavras-chave:** Casa das Rosas. Avenida Paulista. Tombamento. Musealização. Políticas Culturais.



## **ABSTRACT**

This work approaches the process of musealization of House of Roses –Haroldo de Campos' Space of Poetry and Literature, located in São Paulo, Avenida Paulista. This work is an exploratory research, with literature review and document analysis, focusing on: the context that led the House to be built; the verticalization process of Avenida Paulista; the demolitions of mansions and requests for the opening of classification processes by the Council for the Defense of Historical, Archaeological, Artistic and Tourist Heritage of São Paulo; the transformations in the means of preservation and management of Casa das Rosas between 1985 and 2004 and its resonance with cultural policies in this temporal cut.

**Keywords:** House of Roses. Paulista Avenue. Classification Process. Musealization. Cultural Policies.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Detalhe do telhado da Casa das Rosas com o Edifício Parque Paulista.	23
<b>Figura 2</b> - Cartão postal, aquarela da inauguração da Avenida Paulista (1891).....	34
<b>Figura 3</b> - Plantas da cidade de São Paulo (1877 e 1952) .....	35
<b>Figura 4</b> – Retrato de Ramos de Azevedo.....	41
<b>Figura 5</b> - Avenida Paulista, 1902.....	43
<b>Figura 6</b> - Avenida Paulista II, 1905.....	44
<b>Figura 7</b> - Implantação e planta (1935) do pavimento térreo (1929).....	46
<b>Figura 8</b> - Planta do pavimento superior; Planta da mansarda (1929) .....	47
<b>Figura 9</b> - O casarão: obra finalizada em 1935.....	51
<b>Figura 10</b> - O imóvel em 1940: presente para Lúcia Dias de Castro .....	52
<b>Figura 11</b> – Alargamento da Avenida (1974).....	60
<b>Figura 12</b> – Solicitação de restauração (1987) .....	81
<b>Figura 13</b> – Casa das Rosas fechada para restauração (1987) .....	82
<b>Figura 14</b> – Restauração do piso (1987) .....	82
<b>Figura 15</b> – Notícia de divulgação da exposição “Cândido Portinari – Desenhos” ...	85
<b>Figura 16</b> – Cabeçalho do site Museus Casa Literários .....	97

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAA	Associação Paulista de Amigos da Arte
AR	Aviso de Recebimento
CN	Conjunto Nacional
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
FAU/USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IMS	Instituto Moreira Salles
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAC/USP	Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MinC	Ministério da Cultura
MIS	Museu da Imagem e do Som
OS	Organização Social
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STCR	Serviço Técnico de Conservação e Restauro
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
1. A MODERNIZAÇÃO PAULISTA .....	25
1.1 A elite cafeeira e a criação da Avenida Paulista .....	27
1.2 Tendências arquitetônicas: a era dos casarões e palacetes .....	36
1.3 A Casa das Rosas .....	44
2. A SELVA DE PEDRA E O JARDIM DE ROSAS .....	54
2.1 Verticalização e a ressonância das políticas públicas .....	55
2.2 A retórica da perda na elaboração das políticas de preservação .....	61
2.3 Demolições e tombamentos na Avenida Paulista .....	66
3. DO TOMBAMENTO À MUSEALIZAÇÃO .....	72
3.1 Processo de tombamento e restauração da Casa das Rosas .....	73
3.1.1 A Galeria Estadual de Artes.....	83
3.2 Ressonância das políticas culturais no processo de musealização da Casa das Rosas.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	99
REFERÊNCIAS.....	104

## INTRODUÇÃO

A Avenida Paulista, localizada em São Paulo, hoje é tida como um grande polo comercial que além da riqueza monetária, concentra também uma diversidade de espaços culturais, museus, lojas, centros comerciais e espaços amplos que são palco das mais diversas manifestações sociais. No início de sua construção a avenida abrigava grandes casarões feitos para as famílias de agricultores conhecidos como os barões do café no século XIX, que configuraram um processo de incentivo ao “desenvolvimento” econômico e de ocupação da metrópole.

Dentre os casarões que foram construídos durante o período de expansão da avenida, está inserida a Casa das Rosas que permanece lá até os dias de hoje mesmo tendo sido projetada na década de 1920, fato que se associa também ao projeto ter sido elaborado pelo escritório do arquiteto Francisco de Paulo Ramos de Azevedo, cujo nome ganhou força na época devido à construção de “diversos prédios de importância histórica, tais como a Pinacoteca do Estado, o Teatro Municipal, o Prédio da Light e o Mercado Público de São Paulo”<sup>1</sup>. Apesar de haver muitas datas relacionadas à casa, o “projeto de autoria do escritório do arquiteto Ramos de Azevedo tem documentos datados desde 1922. Uma das últimas construções residenciais realizadas na avenida” (ASSIS, 2012, p.126), a Casa das Rosas começou a ser construída no ano de 1927, e o projeto só foi concluído no ano de 1935.

Como pontua Ana Ciccacio (2013, p.21) o imóvel ergue-se placidamente no número 37 da avenida Paulista estando aberto à visitação, e convida atualmente o público a conhecer sua história. Se torna praticamente impossível dissociar a Casa do homem que deu o pontapé inicial ao projeto, que criou o casarão como moradia para uma de suas filhas, Lúcia Ramos de Azevedo, que se casou com Ernesto Dias de Castro. O casal teve os filhos Laura Martins e Ernesto Dias de Castro Filho, que posteriormente habitaram a residência.

Ao longo do século XX, o objeto de análise escolhido foi utilizado como moradia para a família de Ramos de Azevedo. Seu nome, segundo Ciccacio (2013), surge pela singularidade do imóvel desde a época de sua construção, que foi executado de forma

---

<sup>1</sup> Descrição extraída do site da Casa das Rosas. Disponível em: <http://www.casadasrosas.org.br/institucional/> Acesso em: 09 abr. 2022.

que o casarão não ficava centralizado no terreno, mas dava espaço para um jardim no qual a família cultivava roseiras e outras flores.

Ernesto Dias de Castro nasceu no ano de 1873 no Rio Grande do Sul, filho de Pedro Dias de Castro e Elibia Antunes Maciel. Formou-se engenheiro na Escola Politécnica de São Paulo e foi professor de matemática em alguns colégios estaduais. No ano de 1903, Ernesto fundou a empresa Ernesto de Castro & Cia, em sociedade com Mario Dias de Castro, seu irmão (que também habitou a Avenida Paulista) e Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que se tornou sócio investidor dessa companhia.

De acordo com Luciana Cotrim (2022), no início das atividades da empresa, a importadora trazia todos os tipos de “artigos para construção de edifícios, como ferragens, tintas, vigas de ferro, cerâmica, artigos sanitários, aparelhos para gás e eletricidade, tubos para água, cimento, madeiras” etc. Depois de algum tempo a empresa mudou seu nome para Dias de Castro S.A. Comercial & Importadora. A carreira de Ernesto também contou com sua participação na administração do Banco Mercantil de São Paulo e na diretoria da Serraria Azevedo Miranda S.A, além de ser presidente da Associação Comercial de São Paulo entre os anos de 1917 e 1920.

Por partilhar dos mesmos interesses com Ernesto Dias de Castro, Francisco de Paula Ramos de Azevedo se aproximou de seu genro, investindo em sua sociedade e mantendo relações estreitas com o mesmo. O terreno que abriga a Casa das Rosas foi adquirido em 1900 e, como pontua Cotrim (2022), foi transferido para a titularidade de Ernesto no dia 8 de abril de 1913, no 11º Tabelionato de Notas da Capital.

O projeto da Casa das Rosas, assinado por Felisberto Ranzini, foi feito como um presente do arquiteto Ramos de Azevedo para sua filha e genro. Francisco de Paula Ramos de Azevedo faleceu no ano de 1928 e não viu a casa ficar pronta, pois a construção foi finalizada no ano de 1935.

Finalizado o projeto em 1935, Ernesto Dias de Castro e sua esposa, mudaram para o novo endereço, na Avenida Paulista, 182. Ramos de Azevedo faleceu no ano de 1928 não participando do projeto da nova residência e tão pouco foi morador. Mas ele foi o responsável por adquirir o terreno ainda no começo do século XX e em 1913 passou a escritura para o genro Ernesto Dias de Castro. Não há muitos indícios do que levou tanto Ramos quanto Ernesto a não construírem nenhum imóvel naquele terreno até o ano de 1935, contudo, temos um exemplar de uma residência que fora construída com suas especificidades arquitetônicas do ecletismo, por Felisberto Ranzini e um período que o movimento moderno e os bairros-jardins traziam novos modos de morar para a elite (MOURA, 2019, p.6)

A Casa das Rosas já foi estudada sob diversas óticas e abordagens, e neste trabalho ela servirá como um estudo de caso para analisar a ressonância das políticas públicas culturais entre os anos de 1985 e 2004. Em “O jardim das resistências: uma história da Casa das Rosas” (2013) – uma das principais fontes presentes no corpo do trabalho - cuja pesquisa e o texto foram organizados por Ana Maria Ciccacio, o objeto de estudo foi escolhido com o objetivo de gerar uma reflexão em torno da conservação dos casarões da Avenida Paulista, que foi feita de modo tardio, o que caracteriza a Casa das Rosas como um dos poucos exemplares de sua época, carregando no título da obra a denominação “jardim das resistências” devido a sua permanência no espaço da Avenida.

Com uma pesquisa plural, de caráter historiográfico e factual aliados às entrevistas feitas por Ciccacio com familiares e ex-funcionários do arquiteto Ramos de Azevedo, a obra apresenta o contexto em que a casa foi criada, tal como a história de sua ocupação, descrição dos cômodos e dos jardins, e sobre a linha de sucessão dos moradores nos seus 50 anos como moradia. Pelas entrevistas e por meio de uma análise de notícias e documentos, Ciccacio apresenta a história do casarão desde a elaboração de seu projeto:

Voltado para o resgate histórico, este livro se ancora em ampla pesquisa na Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), onde também foram consultadas antigas fotos da Casa das Rosas as plantas de seu projeto arquitetônico integradas ao acervo do Escritório de Ramos de Azevedo, em posse dessa instituição; no Espaço da Palavra, da própria Casa das Rosas; em arquivos pessoais de três de seus ex-diretores – Cildo Oliveira, Claudio Tozzi e José Roberto Aguilar – que gentilmente os franquearam à consulta; em jornais, revistas e na internet. Completam a prospecção bibliográfica entrevistas com descendentes de Ramos de Azevedo, como Marta Villares Ribeiro da Matta, e de Haroldo de Campos – seu filho Ivan Campos -, o jardineiro Antônio Rodrigues Velame – que cuidou do roseiral que justifica o nome da Casa e ainda cuida dos jardins da casa que foi de Ramos de Azevedo, na Liberdade -, o atual diretor do equipamento cultural, Frederico Barbosa, funcionários e ex-funcionários e o diretor executivo da Poiesis, Organização Social que administra o espaço, Clóvis Carvalho (CICCACIO, 2013, p.12).

Ainda nessa ótica, há outro artigo – este, mais antigo - que também faz uma análise historiográfica, tendo como destaque a Casa das Rosas e suas relações com o espaço em que se insere. Nadia Somekh realizou uma pesquisa que além de trazer informações sobre a história da Avenida Paulista, revela que foi lá que ocorreu o “primeiro caso de negociação público/privado para preservação de edifício de valor histórico para a cidade de São Paulo” e conta com uma legislação de “transferência

de potencial construtivo, lei municipal 9725/84, que não foi utilizada” (SOMEKH, 1999, p.3). De acordo com o *site* da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo<sup>2</sup> a resolução que aprovou a medida de transferência e desmembramento, foi feita com um acordo de compromisso por parte da Construtora Júlio Neves, que se comprometeu com o processo de restauração da Casa das Rosas caso fosse aprovada a compra da residência e a construção do prédio nos fundos da propriedade.

O artigo “Experiências Urbanísticas no Brasil: Manual Didático – Casa das Rosas” (1999) mostra como a história da Avenida Paulista e as mudanças na legislação paulista afetaram o processo de tombamento do casarão, que resultou na singularidade desse caso no que diz respeito à negociação estabelecida pelos donos do imóvel com o órgão ao qual compete o ato de tombamento. Outro ponto observado neste artigo, é que Nadia mostra que o tombamento foi realizado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) no Livro de Tombo Histórico<sup>3</sup> devido ao interesse público no imóvel, que tem sua importância na cidade de São Paulo e que por si só revela muito sobre a ocupação da Avenida Paulista e sobre a ressonância da imigração no fim do século XIX na cidade.

Vale ressaltar que o CONDEPHAAT foi criado no ano de 1969 conforme previsto na Lei nº 10.247, promulgada no dia 22 de outubro de 1968. De acordo com Marly Rodrigues (1999, p.39), o órgão foi criado num momento de expansão do consumo da cultura de massa no país e estruturado de acordo com a ortodoxia criada pelo Sphan, que impunha-se “como única e adequada à missão de salvar a cultura nacional da destruição”. Para Rodrigues (1999, p.39 – 40) a organização do Sphan em moldes de uma acadêmica cuja estratégia de documentação consistia em comprovar valores históricos e estéticos nacionais e universais, influenciou a atuação dos profissionais do CONDEPHAAT, criando divergências entre os conselheiros relativas aos critérios

---

<sup>2</sup> O artigo em questão se trata de uma apresentação da Casa das Rosas que chama atenção para a solução de compromisso feita nos anos 1985, que culminou na criação de um prédio nos fundos da propriedade.

<sup>3</sup> O CONDEPHAAT realiza os tombamentos com base nos Livros de Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. É possível consultar a lista de bens tombados pelo órgão, além de uma classificação que divide os bens nas categorias: Acervo Artístico/Documental; Acervo Tecnológico; Administração Pública; Agricultura e Pecuária; Área Natural ou Sítio Paisagístico; Arqueológico; Assistência e Saúde; Comércio e Serviço; Conjuntos e Sítios Urbanos; Cultura e Lazer; Educação e Pesquisa; Evocação; Ferroviário; Indústria e Fabril; Infra-estrutura; Institucional; Militar; Religioso e Residencial. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/> Acesso em: 27 abr. 2022.



e métodos que seriam adotados para o “reconhecimento da importância histórica de bens”.

Até 1987, os critérios de valoração de bens ampliaram-se sem que, entretanto, fossem definidas explicitamente políticas de preservação. Na ausência de referências maiores, as políticas culturais do Estado, as práticas do Condephaat foram circunstanciais e definiram políticas a partir da composição dos conselhos deliberativos, das pressões externas resultantes da vontade política do poder público, de interesses do setor privado, em especial os relativos à especulação imobiliária intensificada a partir da década de 1970, e de referências teóricas e conceituais assumidas por conselheiros e técnicos (RODRIGUES, 1999, p.40).

Além da abordagem histórica, das pesquisas de cunho jornalístico e das análises da Casa das Rosas com base na urbanização, há trabalhos que falam sobre a Casa sobre outros aspectos como por exemplo o artigo “Empreendedorismo cultural: benefícios da captação de recursos para o Museu casa das Rosas” (MARIN, A.C.et al., 2018) que debate possibilidades de inserção da Casa das Rosas em programas de captação de recursos que poderiam beneficiar ainda mais as atividades de promoção e difusão de conhecimento.

O estudo aqui apresentado buscou demonstrar como o processo de captação de recursos financeiros públicos atrelados ao empreendedorismo cultural podem beneficiar o museu Casa das Rosas, que tem sua importância como patrimônio histórico-cultural na cidade de São Paulo, trabalhando para auxiliar na sua missão de promover a literatura, incentivando a leitura e a criação artística não através somente de doação, mas na busca de parcerias oferecendo relações de ganho mútuo entre os envolvidos. (MARIN, A.C. et al, 2018, p.1)

Segundo Marin (MARIN, 2018, p.4) “durante o período de 1991 a 2003 foram promovidas diversas exposições enquanto o espaço era administrado como galeria de arte” sendo a primeira, uma exposição intitulada “Confrontos” que “reuniu cerca de 45 trabalhos de diversos artistas brasileiros”. Os autores retratam esse período analisando o potencial que a Casa das Rosas tinha para desenvolver atividades que fossem além da realização de exposições, e citam leis como a Lei Complementar nº 846/1998 que fala sobre as organizações sociais sem fins lucrativos, que por meio de contratos podem auxiliar na administração de equipamentos como museus, bibliotecas, teatros e atividades de “fomento e difusão da arte e cultura, entre outras metas estabelecidas” (MARIN, 2018, p.4).

Este trabalho tem por objetivo reunir todas essas visões, e analisar como a verticalização da Avenida Paulista, a criação de políticas culturais em São Paulo e no Brasil, e como as discussões do campo museológico entre os anos de 1985 e 2004

têm influência nas mudanças sofridas pela Casa das Rosas desde os anos de negociação de seu tombamento (1982-1985) até o momento em que se torna de fato um museu.

Com a missão de “promover o conhecimento, a difusão e a democratização da poesia e da literatura, incentivando a leitura e a criação artística, preservando e problematizando o patrimônio histórico-cultural que abriga, tanto o arquitetônico quanto o acervo Haroldo de Campos”<sup>4</sup>, a Casa das Rosas realiza exposições e atividades que promovem essa integração do museu com a sociedade. Vale pontuar que há problematizações que serão colocadas neste trabalho, que giram em torno de questionamentos a respeito: do processo de tombamento do casarão que durou três anos e foi fruto de negociações; da forma como as mansões, palacetes e casas da Avenida Paulista eram vistas anteriormente ao tombamento da Casa das Rosas; do motivo de a casa das Rosas e outros museus terem investido tanto tempo e dinheiro nos anos 90 para montar exposições de curta duração; de como o campo da Museologia contribuiu para que de fato a instituição se tornasse um museu.

Ao analisar a história da Casa das Rosas muitos conceitos se interpelam até que seja possível a leitura proposta neste trabalho. O primeiro conceito a ser enfrentado aqui é o de “patrimônio”, que é amplo devido à diversidade de suas categorias e classificações que são compreendidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), nos Quatro Livros de Tombo citados anteriormente que são: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas. O CONDEPHAAT recorre aos mesmos livros, porém, com classificações próprias, que são atribuídas aos patrimônios tombados quando inseridos em algum dos livros.

Inspirado nos estudos de Françoise Choay (1992) é possível estabelecer um diálogo entre as mudanças urbanísticas ocorridas na época de criação da Avenida Paulista e da Casa das Rosas com os conceitos e políticas públicas que prezavam pela preservação de bens culturais. A principal categoria da obra de Choay que será explorada na pesquisa é a de patrimônio edificado que segundo a autora “no passado, ter-se-ia dito os ‘monumentos históricos’, mas as duas expressões deixaram de ser sinônimas. Desde os anos sessenta do século XX, os monumentos históricos

---

<sup>4</sup> Missão do Museu Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e literatura descrita no site do museu. Disponível em: <http://www.casadasrosas.org.br/institucional/> Acesso em: 10 abr. 2022

constituem apenas parte de uma herança que não para de aumentar” (CHOAY, 1992, p. 12). Choay observa que os monumentos têm uma função antropológica, e não apenas estética, pois se relacionam com o tempo em que foram criados, e com o meio em que se localizam.

Mariana Brito (2018) explica que a ideia de patrimônio surge na França em meados do século XIX, quando os cidadãos iniciaram um movimento de destruição de símbolos da aristocracia e das igrejas francesas. No ano de 1790 surge a primeira “Comissão dos Monumentos”, que quatro anos depois elaborou um relatório de vandalismo, relatando o que se perdeu e o que havia sido preservado após as tentativas de destruição. No ano de 1830 surge o primeiro cargo de inspetor de patrimônio no país, capitaneado por Ludovic Vitet.

Vale notar que nessa pesquisa, a autora busca traçar pontos que conectem a história e as mudanças da percepção daqueles que dão continuidade às políticas francesas de preservação do patrimônio, mostrando como elas são alteradas desde reformulações nas palavras quanto nas práticas, pois os objetivos dessas políticas mudam. Mariana Brito também menciona que para Veschambre (2008):

a evolução da legislação é interessante para resumir esse processo de mudança e ampliação do fenômeno patrimonial, que repercutiu em sua “extensão geográfica”. Esta, sob o efeito da sensibilidade patrimonial, tem tendência a abranger espaços cada vez maiores e, portanto, a estar cada vez mais próxima da vida cotidiana de uma grande parte da população. Da lei de 1913, sobre os monumentos históricos, até a lei sobre as paisagens, assistimos a uma extensão espacial considerável na apreensão das heranças culturais e naturais francesas (BRITO, 2018, p. 97).

Para José Reginaldo Santos Gonçalves (2007, p. 215) “os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público”. O conceito de “ressonância”<sup>5</sup>, que se refere à condição de um objeto exposto que evoca no expectador uma série de interpretações e forças culturais, que evoca dinâmicas entre expectador e representante, é um conceito já trabalhado pelo historiador Stephen Greenblatt, que foi objeto de análise de Gonçalves por conseguir navegar entre definições do que é patrimônio, e entre suas ambigüidades:

O que pretendo colocar em foco é precisamente a ambigüidade presente na categoria patrimônio, aspecto definidor de sua própria

<sup>5</sup> Referência ao capítulo “Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios” In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios – Rio de Janeiro, 2007. 256 p. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4697385/mod\\_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia\\_dos\\_objetos\\_V41.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4697385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf) Acesso em 10 abr. 2022.

natureza, uma vez que liminarmente situada entre o passado e o presente, entre o cosmos e a sociedade, entre a cultura e os indivíduos, entre a história e a memória. Nesse sentido, algumas modalidades de patrimônio podem servir como formas de comunicação criativa entre essas dimensões, comunicação realizada existencialmente no corpo e na alma dos seus proprietários (GONÇALVES, 2007, p.215).

A partir desse enfoque, também é percebida a relação com a retórica da perda, outro conceito trabalhado pelo autor, e que se refere à noção que é aplicada em processos de salvaguarda e proteção de objetos e bens de diversas naturezas, mas nesse caso em específico, dos patrimônios edificados.

Waldisa Rússio Guarnieri, segundo Gouveia (2020, p. 15) atuou regularmente no campo museológico, na década de 1970, utilizando também seus conhecimentos e experiências adquiridos na área do Direito, que foi sua primeira formação, para ressaltar a importância de se fazer políticas voltadas para esse campo, sendo uma das agentes responsáveis pelo Grupo Executivo da Reforma Administrativa do Estado de São Paulo. Os textos e contribuições de Waldisa para com o campo museológico influenciaram este trabalho, mesmo que de forma indireta, pois há sempre uma tentativa de se fazer presente a relação entre os museus, galerias e bens tombados e as formas de gestão e criação das políticas públicas de valorização e fomento desses bens e práticas culturais.

Nos anos que sucederam a resolução do processo de Tombamento da Casa das Rosas (entre os anos de 1987 e 1990), o casarão passou por um processo de restauro, até ser desapropriado em 1991 e inaugurado pelo então governador Orestes Quércia como um equipamento cultural, que como pontua Ciccacio (2013), foi aberta com o nome de Casa das Rosas - Galeria Estadual de Arte, que sob a direção do artista plástico Cildo Oliveira.

A Casa das Rosas hoje é gerida pela Organização Social POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura, que compõe uma das parcerias da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio de um Contrato de Gestão que comporta “quatro Oficinas e Programas Especiais de Formação dirigidos para o Interior, cinco Fábricas de Cultura e dois espaços culturais: Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, e Museu Casa Guilherme de Almeida”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Informações do site da POIESIS. Disponível em: <https://www.poiesis.org.br/new/poiesis/quem-somos.php> Acesso em: 10 abr. 2022

No ano de 1995 foi criada a POIESIS – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura, que no “ano de 2008 recebeu a qualificação de Organização Social (OS) por parte do Governo do Estado de São Paulo, habilitando-se para ser executora de políticas públicas na área cultural<sup>7</sup>, e atualmente gere o Museu Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, que pode usufruir de ainda mais aparatos legais no que diz respeito à captação de recursos e realização de atividades diversas que estão em consonância com a missão, visão e valores do museu.

Importante mencionar que uma Organização Social no âmbito do Estado de São Paulo é qualificada de acordo com a Lei Complementar no 846/1998 e normas correlatas, onde inicialmente é dito no seu Artigo 1o: “O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas à saúde e à cultura, atendidos os requisitos previstos nesta lei complementar”. A Secretária da Cultura por meio de contratos de gestão concede as organizações sociais de cultura sem nenhum fim lucrativo a oportunidade de administrar os equipamentos culturais como museus, bibliotecas, teatros, escolas de formação artístico-cultural e também realizar programas, projetos e atividades de fomento e difusão da arte e cultura, entre outras metas estabelecidas em contrato (MARIN *et. al*, 2008, p.4)

A elaboração deste trabalho consiste em uma pesquisa de tipologia exploratória, onde o intuito principal é sistematizar dados reunidos a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental e formar hipóteses a partir da comparação das fontes e da ressonância e influência de alguns fatores que agem sobre outros. Segundo Rocha e Bernardo (2011, p.93) “a leitura do texto requer que se façam análises de cunho textual, temática e interpretativa”. Segundo as autoras a “análise textual deve iniciar o processo, incitando o pesquisador a conhecer as características da sua fonte”, fazendo com que haja uma familiarização do pesquisador com as fontes, e com a natureza de cada uma delas.

Para Gil (2007) o processo de leitura exploratória é importante pois serve para estabelecer diálogos entre autores, e articular ideias que podem enriquecer debates acerca do tema escolhido pelo pesquisador. Além disso, o procedimento de pesquisa escolhido se trata de um estudo de caso que será utilizado para que o leitor possa se aprofundar em outros temas que foram citados nos tópicos anteriores.

A pesquisa bibliográfica e a descrição desses dados relacionados ao objeto servem para que possam ser pontuados questionamentos e observações dirigidos, de

---

<sup>7</sup> Definição trazida no site da POIESIS na sessão “sobre”. Disponível em: <https://site.poiesis.org.br/sobre-a-poiesis/> acesso em: 14/12/2021.

forma a analisar os elementos que constituem os processos de transformação da Casa das Rosas enquanto instituição no recorte temporal que vai do ano de 1985 ao ano de 2004.

Um método de análise comparada foi utilizado nesse trabalho, tal qual no artigo de Cláudia Neves, Jefferson Chaves e Renato Gilioli (2015), que se trata de uma análise comparativa dos processos e transformações das políticas patrimoniais francesas e as políticas culturais brasileiras. No caso do trabalho, as políticas públicas brasileiras foram cruzadas com a forma com a qual a Casa das Rosas foi gerida dos anos de 1985 até 2004. Outro ponto acrescentado foram as análises da relação dessas políticas com o pensamento museológico contemporâneo a elas.

O primeiro capítulo deste trabalho consiste em uma contextualização da Avenida Paulista e da criação da Casa das Rosas, com o objetivo de familiarizar o leitor com o objeto de estudo. A divisão em três subitens tem por objetivos específicos: (1.1) analisar o processo de criação da Avenida Paulista e suas fases de ocupação, assim como a adoção de elementos arquitetônicos europeus na construção dos casarões ali presentes; (1.2) contextualizar e problematizar as tendências arquitetônicas percebidas no contexto de modernização da cidade de São Paulo e, por fim, apresentar a Casa das Rosas (1.3), pontuando suas características físicas e sua relação com o arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo e sua família.

No segundo capítulo, será tratado um processo de modernização que sucedeu a criação da Avenida Paulista, compreendido como o período de verticalização da região. No primeiro tópico, a verticalização será apresentada de forma cronológica trazendo exemplos de edifícios que foram erguidos nas proximidades da Casa das Rosas. O segundo tópico se trata de uma análise das transformações que podem ser observadas na legislação (tanto em âmbito municipal, quanto nacional) desde a década de 1930 até meados de 1970, a fim de se compreender quais aparatos legais justificariam a velocidade com a qual se configurou a verticalização na Avenida Paulista que ocasionou a demolição da maioria dos casarões ali presentes. O terceiro tópico deste capítulo se trata de apresentação do processo de demolições em massa que foi documentado na região, que em resposta das autoridades públicas, motivou pedidos de avaliação de imóveis localizados ao longo do espigão (próximos à residência de Lúcia Ramos de Azevedo), que pelo que se sabe, foram demolidos pelos respectivos proprietários que não tinham interesse em preservar suas residências por meio da abertura de processos de tombamento.

**Figura 1** - Detalhe do telhado da Casa das Rosas com o Edifício Parque Paulista



Fonte: Maurílio Clareto/Estadão.

Na figura 1 é possível observar que logo atrás da Casa das Rosas está o Edifício Parque Paulista, que possui quinze andares e está localizado nos fundos do terreno da residência tombada. O edifício foi construído após a aprovação do pedido de desmembramento em 1985, solicitado por Mário Pimenta Camargo.

O próprio processo de tombamento da Casa das Rosas será uma das principais fontes deste trabalho, que será alvo de análise no terceiro capítulo para que se entendam desdobramentos conseguintes à sua resolução, que levaram o bem tombado à sua musealização quase duas décadas depois. O processo é constituído por: diversos estudos e artigos de cunho historiográfico que revelassem os valores imateriais da casa das Rosas, que serviriam de respaldo para o ato de tombamento; pareceres de Ernesto Dias de Castro e seus advogados, afim de anular o processo; análises e pedidos de execução de outras pesquisas que justificassem o tombamento (por parte de diversos conselheiros do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), e por fim, o pedido e a aprovação do desmembramento do terreno.

O terceiro capítulo será constituído por: uma descrição de parte dos documentos compilados no processo de n.º 22104/1982; uma apresentação das exposições realizadas na Casa das Rosas durante os anos em que foi utilizada como uma Galeria

Estadual e, por fim, uma reflexão acerca do processo de musealização da residência e sua inserção na Rede de Museus-Casa Literários de São Paulo. O objetivo deste capítulo é compreender o que levou a Casa das Rosas a ser tombada, aberta como uma galeria e posteriormente reinaugurada como um museu literário, e em que instância seus usos dialogam com as políticas públicas criadas nesses três momentos em que se instituiu a preservação e valorização do imóvel de formas diferentes.

Além disso, algumas razões de ordem pessoal motivaram esta pesquisa e fizeram com que fosse pensada e executada desta forma, como as lembranças de uma vida humilde na metrópole paulistana e uma lembrança através de um objeto de estudo que desde muito cedo ocuparam um espaço no acervo de referências de vida, que serão apresentadas através da análise da história da Casa das Rosas e da Avenida Paulista, na esperança de unir as experiências passadas, e ressignificar afetos e afetividades no presente. Vale citar Girlene Chagas Bulhões (2016, p.36) para afirmar que a narrativa aqui presente pode ser vista como “uma história de memórias das memórias” onde há uma reinterpretação de uma curiosidade pessoal cujo despertar se deu em meados dos anos 2000, e se manifesta agora com um cunho intelectual de forma sistemática. Tanto para Bulhões quanto para quem lhes apresenta esse trabalho, o profissional de Museologia assume em suas pesquisas e em suas práticas uma função de articular possibilidades de variação nas narrativas – a (re)interpretação da história e da cultura - de seus museus e seus diversos objetos de análise, possibilitando o uso de uma metalinguagem. “Têm sempre entre as suas *Basis* memórias ligadas a intensidades e atravessamentos entre profissionais e performances do campo dos museus e da museologia: afetos, pessoas, bens, coleções, acervos, eventos, instituições” (BULHÕES, 2016, p.36).



## 1. A MODERNIZAÇÃO PAULISTA

As últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas por diversas transformações políticas, sociais, comerciais, demográficas e construtivas. Com a transição do Brasil Império para o Brasil República, alguns estados optaram por modificar as estruturas que determinariam os novos padrões de convívio nesses polos que à época concentravam a maior quantidade de instituições públicas e o capital.

Tendo como base o modelo urbanização francês elaborado e conduzido por Georges Eugène Haussmann entre 1853 e 1869, que se norteava por ideais de higienização, embelezamento e racionalização do espaço urbano, estados como São Paulo e Rio de Janeiro investiram em reformas de prédios institucionais e comerciais, igrejas, avenidas, e na venda de lotes para as elites que buscavam se concentrar em regiões tidas como nobres devido à localização geográfica, que também estava ligada a questões sanitárias e à proximidade com os órgãos públicos.

É importante salientar que as reformas urbanas de Haussmann tinham por objetivo deixar no passado a influência medieval impressa nas estruturas urbanas de Paris, criando então uma cidade moderna, a partir de um projeto integrado de demolição de prédios históricos e construção de outros novos. Segundo Follis (2004, p.25), a modernização parisiense consistiu na abertura de amplas avenidas que possibilitaram a fluidez do tráfego, além de uma grande circulação de pessoas e mercadorias – algo pouco provável em uma cidade medieval, repleta de ruas estreitas.

Para além da estética, havia também uma preocupação em afastar dos centros qualquer possibilidade de manifestações públicas e ataques aos moradores mais abastados que residiam nessas regiões. Ainda segundo Follis (2004):

Ao eliminar um grande número de miseráveis habitações populares - tidas como insalubres e vistas como focos de epidemias - e permitir que a circulação de ar e a penetração de luz solar fossem substancialmente melhoradas, a construção dessa nova malha urbana de amplas vias, juntamente com a nova rede de esgotos e várias obrigações relativas à higiene impostas ao setor privado, revelava também o objetivo higienizador da reforma. Assim, foi dado ao mundo o primeiro grande exemplo de como refazer uma cidade antiga de modo a torná-la moderna e civilizada, ou seja, prática, higiênica e bonita (FOLLIS, 2004, p.26).

Assim como em Paris, nas cidades brasileiras com grande concentração de capital financeiro, criou-se uma dicotomia entre a população pobre e trabalhadora (integrada por imigrantes e pessoas vindas de áreas mais afastadas dos centros), que vivia em cortiços e locais com pouca infraestrutura, como saneamento básico, e a população mais abastada, residente nas regiões centrais e que se apropriava dos espaços urbanos não apenas pelas facilidades estruturais e de locomoção, como também pela possibilidade de contemplação desses espaços.

No Rio de Janeiro, a modernização no início do século XX foi pautada por melhorias na zona portuária, ampliação de ruas, construção de praças e demolições em grandes proporções, que incluíram a destruição de cortiços, ocasionando o êxodo de parte da população para as periferias e morros da cidade<sup>8</sup>.

No contexto da modernização urbana de São Paulo - ponto central deste primeiro capítulo – nota-se que a topografia da cidade se mostrou um fator de suma importância no que tange à distribuição demográfica da cidade, à aglomeração de construções em determinadas regiões, às melhorias infraestruturais (saneamento básico e alargamento das rodovias), a construção e reforma de prédios utilizados para fins de lazer. De acordo com Shibaki (2007, p.33) grande parte da população pobre residia em bairros deteriorados como o Brás, Bom Retiro e Santa Efigênia, e o Estado foi obrigado a agir, reformulando o Serviço Sanitário e o saneamento das terras e das águas, encampando a antiga Cia. Cantareira de Água e Esgotos.

Como cita Follis (2004, p.27), mesmo com as transformações ocorridas até as últimas décadas do século XIX no Brasil, não se alteraram profundamente os padrões tradicionais de urbanização que se definiram no período colonial e, embora a elite brasileira admirasse os processos de modernização das cidades europeias, não havia um interesse em estabelecer essas mudanças de forma tão demarcada.

A contexto da modernização da cidade de São Paulo será apresentado em três subitens neste primeiro capítulo. No tópico 1.1 será discutido o processo de aglomeração na cidade de São Paulo no século XIX, e os motivos que levaram os grandes cafeicultores a se concentrarem e investirem na modernização e nas transformações do estado. Além disso, será apresentado o contexto de inauguração

---

<sup>8</sup> As reformas no Rio de Janeiro se iniciaram nos primeiros anos do século XX, entre os anos de 1902 e 1906, seguindo à risca o modelo de modernização francesa de Haussmann. No caso da urbanização que buscava modernizar a cidade de São Paulo, o processo não foi tão estrito, e se iniciou por volta da década de 1880.

da Avenida Paulista e de outros locais que representavam os padrões europeus que tanto o Estado quanto a elite paulista buscavam aderir.

O segundo tópico (1.2) aborda o início da Avenida Paulista: os primeiros casarões erguidos e as preocupações dos arquitetos e engenheiros envolvidos, empenhados em atender aos pedidos dos moradores e ao mesmo tempo manter o foco no projeto de modernização da cidade patrocinado pelo Estado.

Por fim, o tópico 1.3 consiste em apresentar a construção da Casa das Rosas e suas características físicas, além de apresentar alguns padrões da época no que tange às escolhas estéticas presentes na arquitetura desta e de outras construções realizada pelo escritório de Ramos de Azevedo.

### **1.1 A elite cafeeira e a criação da Avenida Paulista**

A Avenida Paulista, localizada na cidade de São Paulo, é tida como símbolo da maior capital econômica do Brasil, concentrando instituições financeiras, centros comerciais, espaços culturais, como cinemas, museus<sup>9</sup>, galerias de arte<sup>10</sup>, institutos<sup>11</sup> e é também palco das mais diversas manifestações sociais.

O que pode ser visto hoje, é o resultado de séculos de história que levaram a cidade de São Paulo a ser uma grande metrópole. O processo de modernização urbana, que será aprofundado neste tópico, depende de uma análise que não pode ser dissociada do tempo histórico referente à elaboração e execução dos projetos arquitetônicos erguidos na Avenida Paulista a partir de 1891. Às margens de sua criação a avenida abrigava grandes casarões feitos para famílias abastadas - algumas ligadas a grandes cafeicultores, conhecidos como “barões do café”, e imigrantes bem-sucedidos em suas profissões (investidores, comerciantes e industriais) no século XIX, que faziam parte de um processo de incentivo ao crescimento econômico e da ocupação da metrópole.

Segundo José Murilo de Carvalho (2004, p.23), à época da independência do Brasil, a economia colonial ainda podia ser descrita de forma simplificada, pois os

---

<sup>9</sup> Como, por exemplo, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), a Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, e o acervo histórico do Hospital Santa Catarina, composto por diversas peças utilizadas na medicina no século XX.

<sup>10</sup> Dentre as quais, podemos citar a Japan House, a Petit Galeria, a SteinART Contemporânea e a galeria da AGAB (Associação de Galerias de Arte do Brasil).

<sup>11</sup> Como o Instituto Cervantes, o Instituto Moreira Salles, o Instituto Itaú Cultural e o Centro Cultural Fiesp – Ruth Cardoso.

principais latifúndios eram voltados para a produção de mercadorias exportáveis, como açúcar, o tabaco, o algodão e produtos voltados para o mercado interno como feijão, arroz, milho, criação de gado (sobretudo no Norte e no Sul) e os centros de mineração já entravam em fase de decadência. Uma grande mudança na economia do país se deu com o desenvolvimento da cultura do café, produto que em 1830 assumira o primeiro lugar nas exportações. Carvalho (2004, p.28) também ressalta que a mudança de produto não mudou os meios de cultivo e condições de trabalho, pois o sistema ainda era mantido por meio do trabalho escravo, o que só passou a mudar legalmente com a abolição do tráfico de escravizados em 1850 pela Lei Eusébio de Queirós, e com a abolição da escravidão em 1888.

No ano de 1850, duas leis se mostraram determinantes nas mudanças de concentração de poder através da posse de terras no país, o que influenciou também a ocupação da cidade de São Paulo. A Lei de número 581, de 4 de setembro, conhecida como Lei Eusébio de Queirós<sup>12</sup>, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de escravizados africanos; e a Lei n.º 601<sup>13</sup>, de 18 de setembro de 1850, que dispunha sobre as terras devolutas do Império, cujo requerimento e posse se dariam mediante ao pagamento de taxas de aquisição e outros fatores que fizeram com que grandes proprietários aumentassem ainda mais seus terrenos, ao mesmo tempo em que se iniciou um processo de incentivo à imigração como forma de obter mão-de-obra barata.

O fluxo de pessoas vindas de outros países resultou em um crescimento de estados como São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, e a conseqüente ocupação de áreas como Petrópolis, e os estados de Espírito Santo e Pará. Ainda de acordo com Gomes (2002):

Assim, a imigração, predominantemente de italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães, foi, até 1930, um dos fatores mais importantes para o crescimento da população brasileira, para sua distribuição pelo território e também para o desenho de seu perfil sociocultural, em função dos diferentes costumes e tradições que seriam integrados ao modo de ser das populações locais. Justamente por isso, esse longo período, que se estende de 1870 a 1930, ficou conhecido como o da grande imigração, uma vez que a partir daí, e especialmente dos anos 1950, alteraram-se as características do fluxo migratório (GOMES, 2002, p.185).

---

<sup>12</sup> Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm) Acesso em 30 jan. 2022.

<sup>13</sup> Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm) Acesso em 30 jan. 2022.

A Constituição do país sofreu uma alteração com o Ato Adicional no ano de 1834, e sobreviveu até 1981, quando foi substituída pela Constituição Republicana que durou até o ano de 1934. Nesse meio tempo, com o fim do Império, o poder de alguns estados e senhores de terra foi ampliado, e o sistema coronelista ficou cada vez mais forte. Segundo Carvalho (2004, p. 28) “a Proclamação da República também coincidiu com a ascensão de São Paulo à posição de estado hegemônico da Federação, graças ao deslocamento da produção do café para novas terras e a entrada de milhares de imigrantes italianos”.

Há duas características centrais citadas por Carvalho (2004) para a formação política do país no que diz respeito à colonização portuguesa e à transição do Brasil colônia para o Brasil República. A primeira delas é o caráter estatal da empresa colonial, pelo qual a exploração do país era patrocinada pela Coroa, e que posteriormente funcionou com a designação de funções e títulos a fim de manter o controle das metrópoles (com a nomeação de vice-reis, capitães-generais, magistrados, padres e bispos). A segunda característica é o fato de haver pouca mão-de-obra portuguesa, o que fez a Coroa recorrer à cooperação dos potentados rurais para expandir a colônia, manter a ordem e tocar a administração, sobretudo no interior, mas que com o tempo ganharam mais espaço e mais influência na administração dos estados do que os próprios portugueses (CARVALHO, 2004, p. 25).

Essa base dual do sistema patrimonialista resulta em uma contradição, pois demonstra um Estado forte, porém sem recursos, que deu origem a uma nova fase da história do país chamada de Coronelismo, que consistia em um conluio entre os poderes privado e estatal. Coronéis se transformaram em chefes políticos locais durante o século XIX, e sobretudo durante a Primeira República (1889-1930) acentuaram-se as práticas de exclusão popular nas decisões políticas da época.

Segundo Ângela de Castro Gomes (2002, p.183-184) entre os anos de 1870 e 1900 criou-se uma política de atração de mão-de-obra promovida pelo Império, baseada no oferecimento de subsídios para a viagem e o estabelecimento inicial do imigrante, bem como em promessas de acesso a uma porção de terra e a um futuro próspero. Tal política foi implementada inicialmente como uma parceria entre os fazendeiros, mas aos poucos ficou sob responsabilidade quase exclusiva das autoridades governamentais. O projeto de incentivo à vinda de imigrantes se baseava na substituição da mão-de-obra escrava que trabalhava nas fazendas de café, e além

das razões econômicas, tinha um cunho racista, pois também visava o branqueamento do povo brasileiro.

Como pontua Nadia Somekh<sup>14</sup> (1999), a expansão cafeeira estimulou um crescimento demográfico na cidade de São Paulo por conta da necessidade de mão-de-obra, o que fez com que a população saltasse de 31.850 habitantes no ano de 1875<sup>15</sup> para 239.620 habitantes em 1900<sup>16</sup>, sendo em grande parte composta por imigrantes. Esses mesmos imigrantes trouxeram consigo diversos “conhecimentos e técnicas construtivas, que somado à importação dos materiais de construção muito tiveram a contribuir para o chamado ecletismo” (SOMEKH, 1999, p.4), que marcou fortemente a expressão dos casarões erguidos na Avenida Paulista.

Somekh (1999) conta que a paisagem paulista se modificou muito com a chegada e permanência da elite cafeeira entre os anos de 1880 a 1890, o que pode ser observado na Estação da Luz, e nos primeiros grandes bairros projetados, erguidos e habitados em São Paulo como Campo Elíseos (inicialmente foi um bairro residencial que dispunha de serviços como linhas de bonde e tração animal, que por estar situado na várzea do Tietê foi cedendo lugar a Higienópolis).

Vale ressaltar que, de acordo com Fransérgio Follis (2004, p.16), o primeiro grande exemplo de reforma urbanística do Brasil se deu entre os anos de 1902 e 1906 no Rio de Janeiro, quando o prefeito Pereira Passos pôs em prática o plano de modernização urbana que seria responsável por reformar as regiões centrais da cidade. No caso da cidade de São Paulo, a racionalização do espaço urbano – aqui compreendida como uma divisão entre classes sociais de forma sistemática através do acesso e uso das construções - se deu em poucos edifícios, e principalmente em edificações feitas para as classes mais abastadas, mas não configurou a princípio um processo de remodelação por meio de um planejamento da cidade como um todo.

Durante o mandato de Antônio Prado (1899-1911) como prefeito de São Paulo, muitas mudanças na área central da cidade e em sua imagem foram efetivadas. Prado

---

<sup>14</sup> Nadia Somekh (1999) estuda os processos que contribuíram para a verticalização da Avenida Paulista a partir de uma análise da história dos casarões, tendo como referência os trabalhos do arquiteto Ramos de Azevedo (1851-1928), em especial a Casa das Rosas e os motivos que levaram o CONDEPHAAT a tombá-la em 1985.

<sup>15</sup> Fonte: IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477> Acesso em: 21 fev. 2022.

<sup>16</sup> Fonte: IBGE. Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

foi um dos protagonistas na produção e exportação de café no país. A autora Vera Pallamin ao analisar o processo de ocupação e urbanização do centro de São Paulo:

[...] nas duas décadas anteriores, várias chácaras foram loteadas gerando bairros de alto padrão, a começar por Campo Elíseos (1879), Higienópolis em 1890, e no ano seguinte foi inaugurada a Avenida Paulista” que foi idealizada/derivada de um empreendimento “conduzido pelo agrônomo uruguaio Joaquim Eugênio de Lima (PALLAMIN, 2015, p.1).

A Avenida Paulista foi construída no topo do Morro do Caguassu<sup>17</sup>, 900 metros acima do nível do mar, projetada pela empresa Sociedade Anônima Companhia Viação Paulista, do engenheiro agrônomo e precursor do urbanismo na cidade de São Paulo, o uruguaio Joaquim Eugênio Lima, do investidor José Borges de Figueiredo e do servidor público João Augusto Garcia. Seu planejamento foi realizado pelo agrimensor Tarquínio Antonio Tarant, encarregado da arborização, do arruamento e da criação de suas alamedas transversais.

A princípio, seu nome deveria ser Avenida das Acácias ou Prado de São Paulo, mas Joaquim Eugenio de Lima resolveu nomeá-la Avenida Paulista<sup>18</sup>, em homenagem aos paulistas. Com uma extensão de 2.700 metros, foi a primeira rua pública inteiramente planejada, asfaltada<sup>19</sup> e arborizada da cidade, com calçadas e duas vias cercadas por árvores (plátanos e magnólias). De cada lado da avenida, imensos lotes demarcados por cercas de arame seriam destinados à construção de grandes mansões. O paisagismo ficou a cargo do francês Paul Villon, que projetou o Parque Trianon (atualmente Parque Tenente Siqueira Campos), inaugurado pelo arquiteto e urbanista inglês Barry Parker, em 3 de abril de 1892, e adotado como área de lazer das famílias proprietárias de casas na região.

Apesar da magnitude da Avenida Paulista, é importante ressaltar que ela não foi o endereço escolhido pelas elites políticas da capital e pelos chamados “barões do café”, que com seus descendentes<sup>20</sup>, habitavam os bairros Higienópolis e Campos Elíseos. Isso pode ser explicado pelo fato de alguns moradores, apesar de dedicados

---

<sup>17</sup> Caaguaçu, que em tupi significa mata grande, era um terreno ermo e pertencia à Chácara do Capão, propriedade de Manuel Antônio Vieira.

<sup>18</sup> No final da década de 1920, o nome da via foi alterado para Avenida Carlos de Campos, em homenagem ao ex-governador do estado de São Paulo, mas a população desaprovou e repudiou a mudança, fazendo com que o nome voltasse a ser Avenida Paulista.

<sup>19</sup> A pavimentação da Avenida Paulista ocorreu em 1909.

<sup>20</sup> Dentre os quais, podemos citar as famílias Prado, Penteado, Almeida Prado, Arruda Botelho, Toledo Piza e Camargo.

a profissões liberais, pertencerem a famílias ligadas à cafeicultura. Ernesto Dias de Castro (importador), Nicolau Moraes Barros (médico), Luis Anhaia (professor), Horácio Sabino (empresário) e Numa de Oliveira (banqueiro), eram alguns desses indivíduos oriundos de famílias vinculadas à agricultura, porém notadamente urbanos. Os poucos cafeicultores que ali residiram até a virada do século XX foram Francisco Ferreira Santos e Joaquim Franco de Mello.

Da fase residencial da Avenida Paulista, os dois casarões tombados pelo governo do estado de São Paulo - a Casa das Rosas, que pertenceu a Ernesto Dias de Castro e o palacete de Joaquim Franco de Mello -, foram preservados sob alegações que os vinculavam à elite do café.

Tombada em 22 de outubro de 1985, a Casa das Rosas foi considerada bem cultural de interesse histórico-arquitetônico por se tratar de um *exemplar tardio remanescente do período cafezista* e a antiga residência de Joaquim Franco de Mello, tombada em 16 de novembro de 1992, teria sido descrita como um documento do *desenvolvimento da aristocracia cafeeira* (MARINS, 2019, p.51, grifos do autor).

A Paulista era endereço de imigrantes, como o comerciante sírio-libanês Rizkallah Jorge Tahan (proprietário da casa 28, cujo número mudou para 2371), o empresário dinamarquês Adam Ditrik Von Bülow (proprietário da casa 91, posteriormente 960), o industrial italiano Francesco Matarazzo (proprietário da casa 83, posteriormente 1230), o escocês Thomas Ballantine Muir (proprietário da casa 110, posteriormente 1079), gerente do London & Brazilian Bank, dentre outros. Essa diversidade de culturas se refletia nos estilos que compunham a avenida: florentino, neoclássico, mourisco, classicismo francês, academicismo e alguns exemplares da art-nouveau<sup>21</sup>.

Oficialmente, o primeiro casarão documentado da Paulista foi projetado pelo arquiteto Augusto Fried, responsável por outros projetos na avenida, e era de propriedade do dinamarquês Adam Ditrik Von Bülow. A obra, concluída em 1895, seguia um padrão arquitetônico eclético, contava com um amplo belvedere e uma torre de observação bastante alta. Segundo Marins (2019), a residência era uma releitura das casas de veraneio europeias com padrões arquitetônicos característicos da Europa Setentrional de onde ele provinha. Durante muito tempo, o local foi mais

---

<sup>21</sup> PAULISTA VIVA. História da Avenida Paulista. Disponível em: <https://www.associacaopaulistaviva.org.br/av-paulista/historia> Acesso em: 25 fev. 2022.



elevado da avenida, sendo um dos pontos prediletos do fotógrafo Guilherme Gaensly (1843 – 1928)<sup>22</sup> para fotografar a Avenida Paulista.

Atualmente, no lugar antes ocupado pelo casarão Von Büllow, está o Edifício Paulicéia, um ícone da arquitetura moderna de São Paulo, projetado pelos arquitetos Jacques Pilon e Gian Carlo Gasperini, e inaugurado em 1958.

As casas opulentas, concentradas em espaços urbanos restritos, eram o modo como os imigrantes exibiam sua prosperidade e ascensão social. Até a década de 1930, quando os bairros-jardins da zona sul de São Paulo começaram a disputar a preferência das novas elites, a Avenida Paulista era o local para tal finalidade. Ao final do século XIX, a avenida já tinha cerca de 50 casarões utilizados como residência principal ou casa de veraneio de tradicionais famílias paulistas, grandes comerciantes, banqueiros e industriais.

Com a concentração das elites e empresários ao centro, aos poucos a cidade foi sendo preenchida por territórios mais pobres incluindo as zonas pantanosas e cortiços pelo centro, que em 1894 seriam vetados pela aprovação do Código Sanitário Estadual. Segundo Carlos Kessel:

O crescimento populacional, em grande parte decorrente da imigração italiana e portuguesa (entre 1884 e 1914, aproximadamente um milhão de imigrantes chegariam ao estado), havia gerado uma demanda progressiva por novas moradias, que abrigavam desde o proletariado industrial crescente até os aristocratas do café, passando pela burguesia comercial. A isso se somava um ciclo de construções monumentais encomendadas pelo setor público, afinado com os interesses das elites cafeeiras, que procuravam moldar a cidade de acordo com os preceitos de salubridade e bom gosto importados do velho mundo (KESSEL, 2002, p.113).

Bairros localizados no entorno de trilhos ferroviários, como Mooca, Brás, Pari, Barra Funda e Belenzinho, abrigavam uma considerável população de imigrantes de baixa renda e seu conjunto não era de interesse de investimentos por parte do governo.

Para Barbosa (2020, p. 612), São Paulo representa uma duplicidade existencial, pela qual indivíduos envolvidos em seu processo de desenvolvimento se

---

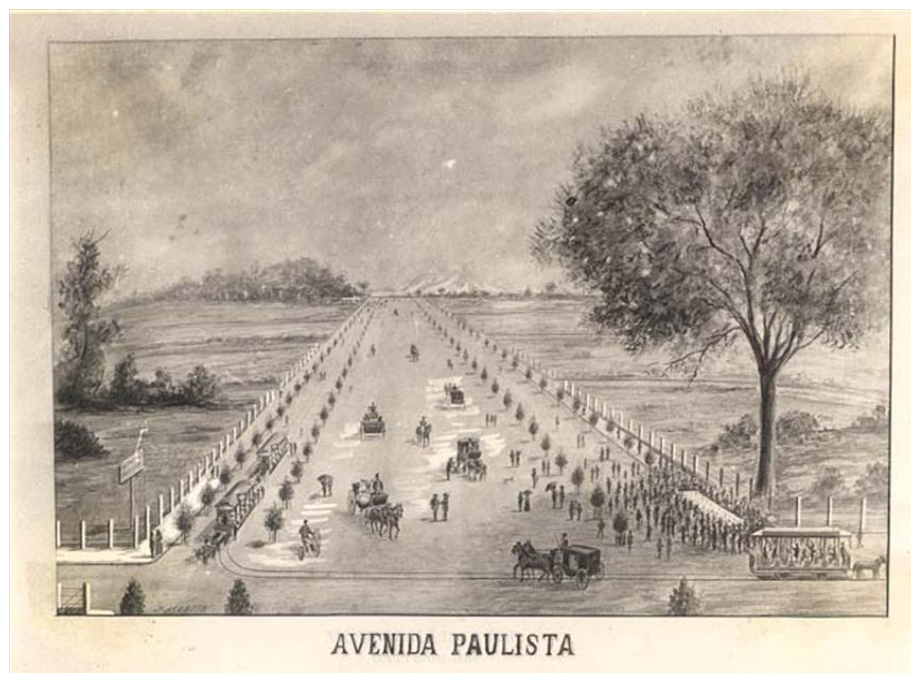
<sup>22</sup> O fotógrafo suíço, criado no Brasil desde seus cinco anos de idade, se profissionalizou na década de 1860. Em 1890 se mudou para São Paulo e passou a trabalhar para a empresa São Paulo *Tramway Light and Power Company*, onde documentou transformações físicas na cidade como a instalação dos bondes elétricos, a construção de prédios, o calçamento de vias e outros aspectos que eram percebidos no processo de urbanização da metrópole. Posteriormente, o fotógrafo documentou as transformações ocorridas na Avenida Paulista no começo do século XX, cujo acervo se tornou.

preocupavam simultaneamente com o presente e o passado ao mesmo tempo, uma vez que passado serviria como “uma credencial que é apresentada em troca de credibilidade”. Para suplantarmos o estado do Rio de Janeiro, foi necessário que se adotassem símbolos, pois para se tornar a maior metrópole brasileira da época, não bastava a liderança econômica sem uma narrativa histórica com ícones e elementos urbanos que evidenciassem o poder e atribuíssem valor e autoridade à população que crescia cada vez mais. Barbosa cita que em 1910 já existia um esforço consciente por parte das elites paulistas em iniciar um ciclo de construção da identidade da própria cidade.

Neste momento, percebemos uma sutil diferença em relação à apropriação dos espaços em São Paulo onde, nos loteamentos e áreas nobres, instalava-se a elite, restando o subúrbio para a população mais empobrecida, sendo que esta poderia ter acesso às áreas pertencentes à primeira somente na forma de trabalho ou contemplação (SHIBAKI, 2007, p.32).

Nas figuras 2 e 3 é possível observar respectivamente dois aspectos: num primeiro momento a Avenida Paulista era como um conjunto de terrenos com algumas casas, e num segundo momento (este com um espaço de amostragem que compreende os anos de 1877 a 1952) é possível perceber o aumento de construções que cercam justamente estes grandes centros residenciais e empresariais:

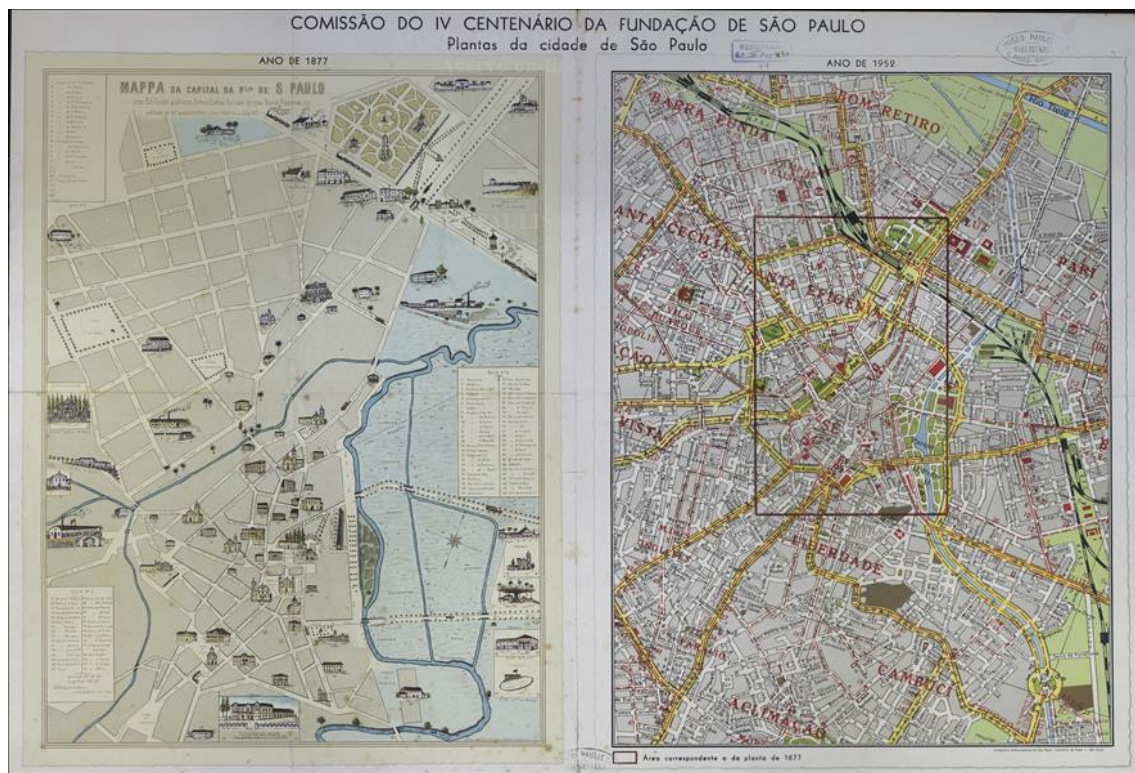
**Figura 2** - Cartão postal, aquarela da inauguração da Avenida Paulista (1891)



Fonte: Acervo Museu Paulista/USP Autor: Jules Martin.

A aquarela de Jules Martin representa a Avenida Paulista no ano de sua inauguração, e mostra uma paisagem ampla, onde os grandes lotes emolduram uma larga avenida com uma grande extensão. Nesses primeiros anos de aglomeração no bairro da Bela Vista, esses lotes eram chamados de chácaras, justamente pelas características que marcavam as divisões entre os terrenos.

**Figura 3** - Plantas da cidade de São Paulo (1877 e 1952)



Fonte: Acervo Museu Paulista/ USP Autor: Jules Martin; Francisco Albuquerque

Já na figura 3 é possível ver uma comparação entre as plantas da cidade de São Paulo entre os anos de 1877 e 1959. A região que ocupa o centro das duas plantas é justamente onde se localiza a Avenida Paulista, no bairro Bela Vista. Nos arredores estão outros bairros que eram pouco ocupados, mas que devido a diversos fatores como a construção de ferrovias, a ida de cafeicultores para essas regiões centrais e elevadas, e às mudanças nos equipamentos públicos da cidade, mudaram não apenas as formas de socialização, mas as formas de se ocupar a cidade.

Muitos bairros cresceram junto a essas regiões centrais, como Santa Cecília, Cambuci, Aclimação, Vila Mariana, o bairro do Bixiga (com uma grande concentração de imigrantes italianos) e o bairro da Liberdade.

## **1.2 Tendências arquitetônicas: a era dos casarões e palacetes**

Conforme apresentado anteriormente, a imigração no estado de São Paulo e o crescimento dos investimentos na economia cafeeira impulsionaram os investimentos por parte do poder público municipal na infraestrutura ferroviária e na execução de projetos viários, que compreendiam a pavimentação de ruas, o calçamento, a abertura de novas praças e a construção de edifícios institucionais. Vera Pallamin (2015) destaca as inovações relacionadas à arquitetura, que serão aprofundadas neste tópico:

No âmbito construtivo, uma das significativas transformações na paisagem urbana consistiu na substituição da taipa de pilão, dominante no período colonial e que passou a ser tratada como símbolo do atraso, pela alvenaria em tijolos. Essa técnica, trabalhada por imigrantes atraídos pelo desenvolvimento industrial e urbano em andamento em São Paulo, reconfigurou a arquitetura da cidade (PALLAMIN, 2015, p. 2).

Diante do fluxo crescente de pessoas na metrópole, a prefeitura passa a estabelecer novas diretrizes destinadas à importação de materiais voltados para construções civis mais sofisticadas, equipamentos e até estruturas metálicas pré-fabricadas, como as trazidas diretamente da Inglaterra para a construção da Estação da Luz, inaugurada em 1901 (PALLAMIN, 2015, p.3). Iniciava-se um ciclo de construções monumentais encomendadas pelo setor público em conjunto com as elites da época, que buscavam moldar a cidade sob forte influência estética de grandes capitais europeias.

O crescimento populacional entre os anos de 1884 e 1914, consequência da imigração de cerca de um milhão de pessoas nesse período, gerou uma demanda progressiva por novas moradias, que abrigavam desde o proletariado industrial crescente até os aristocratas do café, passando pela burguesia comercial (KESSEL, 2002, p.113). Aos poucos a cidade se transforma fisicamente, com a substituição dos lampiões a gás pela iluminação elétrica, a introdução dos bondes elétricos, e outras

facilidades trazidas por empresas como a São Paulo Tramway Light and Power Company Limited.

Em 1900, a Companhia Canadense Light and Power Co. Ltda. instalava bondes elétricos na Avenida Paulista. Este fato acelerou de forma significativa a migração da burguesia paulistana para esta região. Entre os anos 1915 e 1920, por conta da Primeira Guerra Mundial, que trouxe um grande fluxo de imigrantes à região central da cidade, criando novos problemas habitacionais nesta região, e somada ao alastramento da gripe espanhola que dizimou milhares de paulistanos em bairros mais populosos, o afluxo da elite em direção à região da Avenida Paulista consolida-se e há uma explosão de construções de casas de alto padrão na região (MEIRELLES, 2007, p. 21).

São Paulo reconstruiu densamente seus elementos arquitetônicos através de uma inserção de elementos cosmopolitas, como o Teatro Municipal, com a inserção de técnicas e materiais utilizados nas construções de casas que remetiam à arquitetura de cidades europeias, que marcaram a substituição de uma imagem provinciana por meio de uma expressão de ostentação (BARBOSA, 2020).

Houve um grande esforço por parte dos arquitetos em prol de uma mudança de escala e verticalidade das novas construções, a fim de que se apagasse de certa forma a memória escravocrata que marcava a história da ocupação da antiga Província, atual estado de São Paulo. Segundo Rosada (2015), fachadas de igrejas construídas por escravos, como Joaquim Pinto de Oliveira, foram demolidas, sendo substituídas por frontispícios<sup>23</sup> concebidos por arquitetos nascidos e formados na Alemanha. Substituiu-se, portanto, não apenas o corpo físico das igrejas, mas as memórias articuladas em torno destes bens, que envolviam um lastro de dificuldades econômicas e de escravidão (apud BARBOSA, 2020, p.621).

Ocorreram nas últimas duas décadas do século XIX, debates na Câmara conduzidos por políticos e pelas elites que almejavam reconstruir a identidade patrimonial na cidade por meio da adoção de elementos monumentais baseados na arquitetura francesa no que diz respeito à imagem que seria vinculada à identidade local.

Mariana Brito (2018) analisa obras como *A alegoria do patrimônio*, de Françoise Choay (2001), e *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX*, de Dominique Poulot (2009), assim como outros autores como Jean Michel Leniaud, Pierre Nora e Greffe Xavier, para compreender como foram concebidas as noções de

---

<sup>23</sup> O mesmo que fachadas.

patrimônio e monumento histórico, e como a França instituiu leis e cargos voltados à proteção dos bens que se enquadram, segundo o Estado, em sua ideia de nação.

Choay (2001) e Leniaud (2002) apontam que a origem dos “monumentos históricos” e da própria história do patrimônio remonta à Revolução Francesa e sua fúria destruidora contra os símbolos da aristocracia e da igreja. A fim de barrar o vandalismo contra os objetos que de alguma maneira estavam ligados a essas instituições, foi criada, em 1790, a comissão dos monumentos, seguida, em 1794, do relatório sobre o vandalismo e como reprimi-lo. Em 1830 foi criado o primeiro posto de inspetor do patrimônio, capitaneado por Ludovic Vitet e em seguida por Prosper Mérimée, primeiro a realizar um tour (de 1839 a 1860 e em 1837) pela França para inventariar e diagnosticar os bens em perigo (BRITO, 2018, p. 90).

Segundo o historiador Alois Riegl, monumento é uma criação deliberada, enquanto o monumento histórico não é premeditado, estando ligado a um contexto e a uma visão de mundo por parte de quem o observa. Em seus estudos no ano de 1907 sobre o tema, ressaltou também os valores atrelados à conservação dos monumentos antigos e que prevalecem quase intocáveis durante todo o século XIX e até os anos 60 do século XX, sendo eles: o valor cognitivo, também tratado como valor educativo; o valor econômico; o valor artístico, na época constituído pela adoção de elementos góticos de acordo com relatórios analisados pelo autor (CHOAY, 2001, p. 119-120).

Riegl raciocina enfocando o monumento histórico, noção que prevaleceu por todo o século XIX e até a década de 1960, e não enfocando o patrimônio: este último conceito, forjado para designar bens pertencentes à nação e aos quais se pode aplicar um novo tipo de conservação, deixa, em parte, de ser pertinente e cai em desuso quando a Revolução chega ao fim. Na França revolucionária, foi o valor nacional que legitimou todos os outros, dos quais é indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica seu poder afetivo (CHOAY, 2006, p.117).

Françoise Choay (2001) apresenta as diferenças entre os termos monumento, como sendo qualquer artefato construído individual ou coletivamente para que outras gerações recordem pessoas, crenças, rituais ou acontecimentos, e monumento histórico, tido como uma abstração, um conceito ocidental, inventado, exportado e difundido além da Europa a partir da segunda metade do século XIX. O monumento histórico pode ser tudo o que adquiriu valor cultural e documental com o passar do tempo, funcionando como representação ou ícone de um passado atemporal (CHOAY, 2001, p.118).

A autora também reflete sobre diversos contextos que levaram a construção destes imaginários acerca dos monumentos históricos como portadores de valores

específicos e sobre formas de arquitetura que foram sendo incluídas no conceito de patrimônio (edifícios públicos ou privados, habitações, manifestações culturais, e até mesmo cidades inteiras).

Choay (2001) aponta que a mesma Revolução Francesa que promoveu a destruição de monumentos históricos (que simbolizavam a igreja e a aristocracia), serviu também para que os intelectuais pautassem a demanda por uma política de conservação patrimonial, ao transformarem esses bens em patrimônio nacional capazes de construir uma memória nacional Republicana. Assim, os bens do clero foram colocados à disposição da nação, transformando-os em bens materiais protegidos, que precisavam ser preservados em respeito à memória e soberania nacional.

Segundo Dominique Poulot, o patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica” (POULOT, 2009, p. 12).

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades (POULOT, 2009, p. 13).

A partir da década de 1960, ampliaram-se os conceitos de patrimônio, que deixou de se restringir a uma edificação ou seu entorno a ser preservado, passando a compreender todo o tecido urbano, incluindo o território e seus aspectos culturais.

A noção de patrimônio urbano histórico constituiu-se na contramão do processo de urbanização dominante. Ela é o resultado de uma dialética da história e da historicidade que se processa entre três figuras (ou abordagens) sucessivas da cidade antiga. Chamarei essas figuras respectivamente de memorial, histórica e historial (CHOAY, 2006, p.178).

Para a historiadora Janice Theodoro (1996, p.201) a cidade de São Paulo teve seu perfil desenhado de acordo com o imaginário colonial, onde não havia uma preocupação com a noção de monumentalidade (característica de cidades como Salvador ou Rio de Janeiro). O século XIX representa de certa forma a transição de uma sociedade rural para uma sociedade capaz de gerenciar e agenciar novos tipos de relações sociais que representassem as expectativas modernas no Brasil.

É interessante notar que o imaginário urbano se transforma antes das relações econômicas justificarem esta mudança. Ou seja, desejávamos um desenho de cidade semelhante ao europeu sem termos atrás de nós uma revolução industrial que justificasse estruturalmente a mudança. A nossa relação primeira era com a cena da modernidade. Neste sentido a chegada do imigrante terá um papel muito importante porque ele é o único que podia, com sua herança de artesanato europeu, repetir com exatidão o modelo, incorporando-o à nova dinâmica da vida urbana paulistana (THEODORO, 1996, p. 201).

Na Câmara Municipal de São Paulo, no fim do século XIX se discutiam medidas de embelezamento da cidade, pelas quais as inovações tecnológicas da época serviriam para trazer à tona a modernidade que era compreendida pela maior parte das elites brasileiras como símbolos que remetiam à moda europeia.

Segundo Follis (2004, p.83), o Brasil se inspirou nos ideais de higienização e de racionalização do espaço urbano, trazendo também uma carga de embelezamento típica dos projetos de Haussmann, que marca a estética das construções da *Belle Époque* com a construção de parques e praças ajardinadas e monumentais edifícios de arquitetura moderna. As reformas nas cidades modernizadas reforçavam uma expressão do progresso material e civilizatório (FOLLIS, 2004, p. 15).

No Rio de Janeiro a adoção dos princípios da *Belle Époque* francesa se deu com a destruição de cortiços e a abertura de largas avenidas e bulevares. Ainda de acordo com Follis (2004, p.30) planejamento de Pereira Passos consistia em condenar hábitos tradicionais da velha cidade colonial, tidos como atrasados (p.30).

O historiador Nicolau Sevcenko (1999) ressalta que:

[...] Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1999, p.30).

A época dos casarões e palacetes na cidade de São Paulo se inicia, de fato, com a adoção do ecletismo por parte de arquitetos contratados para realizar obras públicas e privadas, assim como projetos urbanísticos de áreas residenciais e comerciais, sem a pretensão de destruir por completo a arquitetura colonial, mas se apropriando de elementos antigos para criar uma narrativa através das edificações. Dentre os principais arquitetos e engenheiros da época, é possível citar Ricardo Severo, nascido



em 1869 na cidade do Porto, e que como cita Kessel (2002, p. 112) tinha o impulso de confrontar inovação e tradição, internacionalismo e regionalismo, e se concentrava na adequação dos estilos históricos às novas necessidades programáticas, aos novos materiais e às novas técnicas construtivas.

Severo associa-se a Francisco de Paula Ramos de Azevedo (1851-1928), arquiteto e engenheiro, que além da profissão principal, lecionou na Escola Politécnica de São Paulo, na cadeira de Construções Civas e Higiene das Habitações, onde por fim se tornou diretor. De acordo com o *site* da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo<sup>24</sup>, Ramos de Azevedo montou seu escritório no ano de 1886 e tomou frente de várias obras públicas como: o Prédio do Tesouro (1886-1891); o Quartel da Polícia (1888); a Secretaria de Agricultura (1896); a Escola Prudente de Moraes (1893-1895); a Escola Politécnica (1895); o Liceu de Artes e Ofícios (1897-1900) e o Teatro Municipal (1903-1911).

**Figura 4** – Retrato de Ramos de Azevedo



Fonte: Guia das Artes, 2015. Reprodução.

---

<sup>24</sup> O site descreve a importância do arquiteto para a Universidade de São Paulo (USP) e para a própria cidade, com o auxílio de depoimentos e dos arquivos da própria universidade, que buscam mostrar as origens e trabalhos realizados por Ramos de Azevedo. Disponível em: <https://www.poli.usp.br/institucional/diretoria/galeria-de-diretores/prof-dr-francisco-de-paula-ramos-de-azevedo> Acesso em: 30 jan. 2022.

A Figura 4 mostra o retrato do arquiteto Ramos de Azevedo, cuja imagem se associou fortemente à residência construída para sua filha e seu genro. Há registros que confirmam que o retrato do arquiteto foi colocado no *hall* de entrada da residência.

Ainda de acordo com Kessel (2002, p.114), o escritório de Ramos de Azevedo foi o que mais se beneficiou nesse momento, e tinha como principal característica a versatilidade para atender aos diversos clientes responsáveis pelas encomendas dos projetos de grande escala. Além disso, o escritório contava com acordos de importação de materiais de construção, “uma serraria, uma fábrica de tijolos e telhas prensadas, outra de esquadrias, uma companhia imobiliária, bancos e estradas de ferro”. Aos poucos, com o desenvolvimento da instituição Liceu de Artes e Ofícios, muitos artesãos e engenheiros qualificados se formaram e se associaram ao escritório, além de trabalharem em conjunto com colaboradores estrangeiros (muitos italianos) como Domiziano Rossi, Cláudio Rossi, Felisberto Ranzini e Adolfo Borione.

Os terrenos presentes na Avenida Paulista foram preenchidos por casas, ou chácaras como eram chamadas. Nádia Somekh (1999) cita entre as primeiras construções as seguintes residências: 1897 – Residência José Borges Figueiredo, cujo projeto foi realizado por Augusto Fried e Carlos Ekman; 1903 - Vila Fortunata, residência de Alexandre Thiollier, com o projeto feito pelo arquiteto Augusto Fried; 1905 - Vila Virgínia Matarazzo, projetada por Fortunato Nigro; e 1905 - Residência Joaquim Franco de Mello, projetada por Antônio Fernandes Pinto<sup>25</sup>.

A residência de Joaquim Franco de Mello é a única remanescente dessa primeira fase residencial da avenida, compreendida entre os anos de 1891 e 1937. Segundo Douglas Nascimento (2012) a “fachada da casa possui influências francesas como os enfeites do frontão, e também no caixilho das janelas, além de uma mansarda renascentista, e conta com 35 cômodos em seu interior”.

Há uma série de fotografias da Avenida Paulista disponível para consulta no acervo digital da Biblioteca Nacional, que mostram como eram as casas nos primeiros

---

<sup>25</sup> Segundo o jornalista Douglas Nascimento (2012), colunista do site São Paulo Antiga, a residência está localizada em um terreno de aproximadamente 4720m<sup>2</sup>, e mesmo sendo tombada, foi alvo de disputas entre o dono do casarão, Rubens Franco de Mello, e o governo paulista que teve que pagar uma indenização de 55 milhões de reais ao dono do imóvel devido aos prejuízos que o mesmo teve em decorrência do processo de tombamento. Fonte: <https://saopauloantiga.com.br/franco-de-mello/> Acesso em :21 fev. 2022

anos de ocupação do local. É possível ver diversos terrenos vazios, e um espaço amplo e arborizado, seguido por construções com pavimentos altos e diversas janelas.

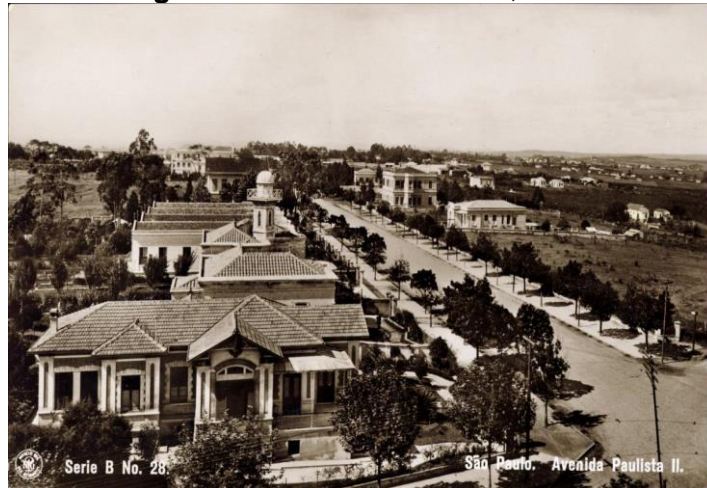
**Figura 5** - Avenida Paulista, 1902



Fonte: Acervo FBN – Biblioteca Nacional; Coleção: Instituto Moreira Salles  
Autor: Guilherme Gaensly

Por meio de fotografias é possível visualizar como rapidamente foram erguidos esses casarões. Em um espaço de tempo de aproximadamente três anos, o fotógrafo Guilherme Gaensly registrou algumas mudanças tanto na arborização, quanto nas dimensões preenchidas nos terrenos que, num primeiro momento eram quase vazios, e abrigaram construções residenciais de médio e grande portes. Na figura 4 cuja data atribuída corresponde ao ano de 1902, muitos dos terrenos ainda estavam vazios, e larga avenida dispunha de alguns palacetes.

**Figura 6 - Avenida Paulista II, 1905.**



Fonte: Acervo FBN – Biblioteca Nacional; Coleção: Instituto Moreira Salles  
 Autor: Guilherme Gaensly

Na figura 6, algumas outras casas já haviam sido construídas ao longo da avenida. De acordo com Shibaki (2007, p.52) a inauguração da Paulista “refletia uma realidade econômica que permitia o estabelecimento de moradias requintadas por parte de uma oligarquia numa franca expansão urbana”. Nos primeiros anos de sua construção, a Paulista, no entanto, não servia ainda como morada fixa para os proprietários dos terrenos e dos poucos casarões que foram construídos, por essas pessoas estavam acostumadas com outros padrões que traziam mais conforto. Assim, algumas residências serviam como casas de veraneio, com exceção por exemplo da residência de Francisco Matarazzo, que inicialmente era uma casa térrea, que foi construída por Giulio Saltini em 1896.

### **1.3 A Casa das Rosas**

Um dos dois casarões remanescentes do período de expansão da Avenida Paulista é a Casa das Rosas. Projetada na década de 1930 pelo escritório de Ramos de Azevedo, para ser a moradia de sua filha Lúcia Ramos de Azevedo e de seu genro, Ernesto Dias de Castro. O nome do arquiteto Francisco de Paulo Ramos de Azevedo ganhou força na época devido à construção de diversos prédios de importância histórica, tais como a Pinacoteca do Estado, o Teatro Municipal, o Prédio da *Light* e o

Mercado Público de São Paulo<sup>26</sup>, consiste em testemunho das transformações da cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Apesar de haver muitas datas relacionadas à casa, o projeto tem documentos datados desde 1922. O imóvel foi uma das últimas construções residenciais realizadas na avenida (ASSIS, 2012, p.126).

De acordo com Carlos Moura (2018), apesar de ter criado parte do projeto, Ramos de Azevedo não pôde ver a execução do mesmo, pois faleceu no ano de 1928. A ideia era que o terreno servisse de lar para Lúcia Ramos de Azevedo e para o genro Ernesto Dias de Castro (detentor da escritura do terreno)<sup>27</sup> que era sócio de Ramos de Azevedo. Quem supervisionou a obra em 1935 foi o arquiteto Felisberto Ranzini, do Escritório Técnico Ramos de Azevedo, Severo & Villares, realizando algumas modificações nas plantas, a fim de atender os anseios do casal. Felisberto Ranzini foi responsável pela elaboração de outros projetos emblemáticos, como o Mercado Municipal de São Paulo, cuja construção se iniciou em 1925, sendo inaugurado em 1933.

A área construída soma 1.500m<sup>2</sup>. São trinta cômodos em quatro pavimentos, com várias varandas, jardim geométrico inspirado nos jardins de Versalhes, garagem e edícula. O subsolo abriga sala de jogos, caldeira e lavanderia. No térreo há uma enorme cozinha, copa, despensa, salas de jantar e estar, terraços e três amplos quartos. Na mansarda (desvão do telhado habitável) ficam salas e quartos para empregados domésticos (CICCACIO, 2013, p. 38).

Tendo como base as plantas impressas fornecidas pela Organização Social Poiesis – Associação dos Amigos da Casa das Rosas da Língua e da Literatura, Elisa Prado de Assis (2012, p.114-125) disponibilizou algumas imagens que mostram como o terreno foi ocupado pela casa e pelo jardim, além de mostrar a estrutura da residência em seus três pavimentos. A autora afirma que a família relatou que a quadra esportiva que consta no projeto inicial nunca chegou a ser construída, e que as fachadas, datadas de 1928 foram desenhadas com uma ornamentação diferente da que foi construída, e não apresenta o terraço do andar superior.

---

<sup>26</sup> Descrição extraída do site da Casa das Rosas. Disponível em: <http://www.casadasrosas.org.br/institucional/> Acesso em: 09 dez. 2021.

<sup>27</sup> Escritura pública do terreno onde foi construída a Casa das Rosa. Disponível em: [https://www.cnbsp.org.br/?url\\_amigavel=1&url\\_source=noticias&id\\_noticia=13630&filtro=&Data=&lj=1366](https://www.cnbsp.org.br/?url_amigavel=1&url_source=noticias&id_noticia=13630&filtro=&Data=&lj=1366) Acesso em: 30 jan. 2022.

**Figura 7 - Implantação e planta (1935) do pavimento térreo (1929)**

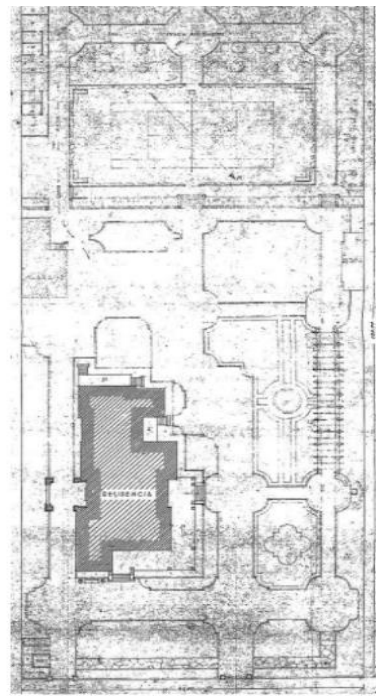


Figura 46 - Implantação. Data: 1935.

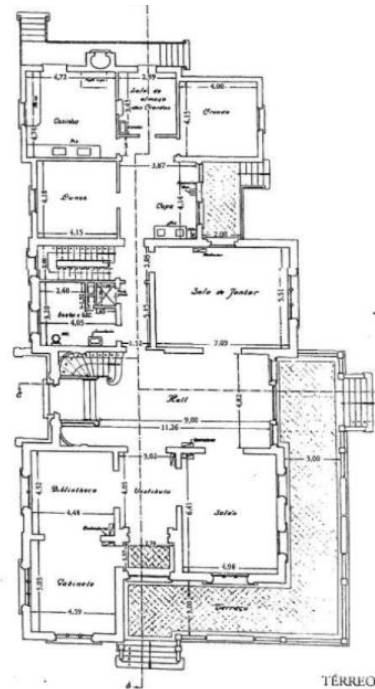


Figura 47 - Planta do pavimento térreo. Data: 1929.

Fonte: Acervo da Organização Social Poiesis. Reprodução: Elisa Prado de Assis, 2012.

A Figura 7 mostra o terreno e o recuo da residência para o lado esquerdo, de forma que o terreno visto de frente mostra tanto o casarão quanto o jardim. A planta baixa do pavimento térreo da residência possui cômodos funcionais, como a cozinha, sala de jantar, lavanderia e outras dependências. Os cômodos descritos na imagem da direita são de cima para baixo: cozinha, sala de almoço, lavabo, uma copa, uma sala de jantar, um hall que dá acesso a escada, uma biblioteca, um gabinete, um vestiário, um salão e um terraço.

A divisão dos cômodos da Casa das Rosas, em características formais, seguia o padrão dos palacetes das famílias mais ricas a partir da Primeira Guerra (ASSIS, 2012, p. 131 apud LEMOS, 1989, p.78), sendo dividida em três zonas, sendo elas: de serviço, de estar e de repouso. No hall de entrada há uma escada que liga os andares; a edícula assobradada com acesso para os carros, estão as dependências voltadas para os serviços domésticos, como tanques para instalações sanitárias e lavanderia.

**Figura 8** - Planta do pavimento superior; Planta da mansarda (1929)

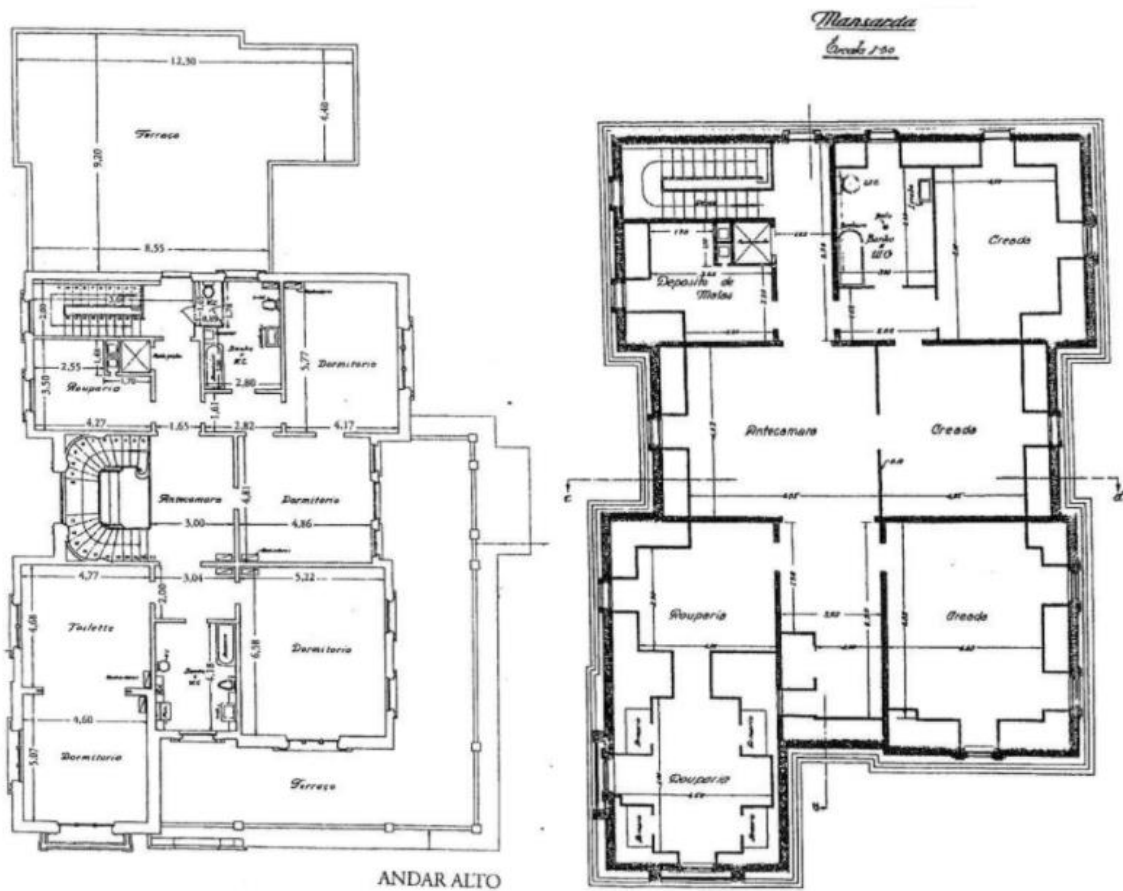


Figura 48 – Planta do pavimento superior (Andar Alto). Data: 1929.

Figura 49 – Planta da mansarda. Data: 1929.

Fonte: Acervo da Organização Social Poiesis. Reprodução: Elisa Prado de Assis, 2012.

No andar superior (Figura 8) se localizam os cômodos voltados para a utilização mais íntima dos moradores, sendo o primeiro andar composto por: um terraço que fica acima da cozinha; rouparia, banheiro e dormitório; um dormitório em frente à escada; mais um dormitório com toilette; um dormitório conectado a outro banheiro com acesso pelo corredor e um terraço que pode ser acessado por quase todos os quartos. A mansarda, que é um espaço entre o telhado e o andar superior, possuía pequenos cômodos, sendo três quartos, um banheiro, um cômodo utilizado como rouparia, um quarto para malas e um acesso por escada que se dava pela passagem localizada atrás da rouparia do primeiro andar.

Talvez a diferença na implantação da Casa das Rosas está em ter sua frente voltada para o jardim, e não para a av. Paulista; para este lado ficava a entrada próxima ao gabinete usado por Ernesto de Castro, que se caracterizava como uma entrada não social mas para atender demandas de trabalho. Não que a avenida seja ignorada: há um pequeno balcão no quarto do casal, o principal da casa, voltado para

ela. A casa se orienta da seguinte forma: frente voltada para o jardim (a lateral do terreno), uma lateral para a Av. Paulista e outra para a Al. Santos, e fundos para o lote vizinho, onde ficava a entrada e desembarque de veículos (*porte-cochère*) (ASSIS, 2012, p.132).

Um dos pontos que chamam a atenção no projeto da Casa das Rosas é o ecletismo muito presente nos projetos de Ramos de Azevedo, o que pode ser visto na própria residência do arquiteto no bairro da Liberdade. O casarão projetado na paulista representa o “estilo eclético *renaissance* francês em pequena escala, mesclando ainda *art deco*, neoclassicismo e elementos decorativos ingleses” (CICCACIO, 2013, p. 38) além de possuir outros elementos como uma entrada de mármore e pedra italianos, ferragens inglesas e escocesas, vidros belgas, e muitos outros elementos que caracterizam a construção como marco da época dos barões do café que habitaram a avenida Paulista, nas primeiras décadas do século XX. O vitral que decora o *hall* de entrada foi feito por Carlos Sorgenicht, que também assina os vitrais do Mercado Municipal, do teatro Municipal e da faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Segundo Idália Maria Teixeira Souto (2010, p.2):

Ele foi projetado pelo escritório de arquitetura de Francisco de Paula Ramos de Azevedo e o arquiteto responsável foi o italiano Felisberto Ranzini, que desenhou o Mercado em estilo eclético, no Parque Dom Pedro II, às margens do rio Tamanduateí, o que facilitava o transporte das mercadorias. Os cinco vitrais temáticos coloridos, que retratam o cotidiano do campo, foram criados pelo artista Conrado Sorgenicht Filho. Ele viajou por fazendas e sítios para colher imagens da vida dos agricultores. A intenção era constituir um documentário, através dos vitrais, sobre os produtores e o trabalho manual que eles desenvolviam no campo.

Conforme Lemos (1987, p. 15), a casa foi construída nos padrões do classicismo, contando com um jardim geometrizado ao gosto francês [...] mansarda coberta de ardósia assentada pelo sistema de escamas onde vemos as aberturas típicas [...] rodeada por uma varanda coberta por um terraço, parecendo ambos predispostos à fruição do jardim (apud ASSIS, 2012, p. 111).

Como citado por Márcia Chuva e Antônio Nogueira (2012), “em 1911, [Ricardo] Severo assumiu a cátedra no Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) de São Paulo e em 1918 o engenheiro financiou as viagens dos pintores José Wasth Rodrigues e Felisberto Ranzini às regiões Norte e Nordeste e a Minas Gerais”, para que documentassem, através de desenhos técnicos, os traços da arquitetura colonial brasileira. Tais excursões influenciaram a formulação de um estilo arquitetônico assentado nas bases da arte colonial, mas com o intuito de criar uma tradição artística



e histórica por meio da arquitetura. Essas influências podem ser identificadas nos projetos de Ranzini (NATAL, 2009, p.3).

O período conhecido como *Belle Époque*, ou bela época, corresponde aos anos de 1871 (com o fim da guerra Franco-Prussiana) até 1914 (começo da Grande Guerra/Primeira Guerra Mundial). O ideal exaltado nessa época era o de “modernidade” que abarcava também a modernização enquanto processo, o modernismo enquanto movimento estético que influenciou áreas como a literatura, a pintura e a arquitetura, e a construção de uma narrativa neocolonial a partir dessa junção de elementos com os novos modos de vida proporcionados pelas novidades da época. Nesse período, na França, as elites desfrutavam de inovações tecnológicas como: o avião; os carros; as bicicletas; o cinema; a máquina fotográfica criada por Louis Daguerre; descobertas científicas como os estudos de Marie Curie (1867-1934) sobre a radioatividade; a ascensão do movimento impressionista, tendo como um dos principais pintores Claude Monet (1840-1926); e a adoção do estilo *Art Nouveau* na arquitetura.

A *Belle Époque* brasileira se deu através da abertura de praças, bosques, teatros, palacetes, mercados amplos e outras obras em regiões como: Manaus e Belém que se inseriam no ciclo da borracha e na construção da ferrovia Madeira Mamoré; as cidades coloniais de Recife, Salvador e Rio de Janeiro (essa com o agravante das reformas instituídas pelo prefeito Pereira Passos, bem como as novas leis sanitárias no início do século XX); as cidades cuja aglomeração aumentou com o ciclo do café, como São Paulo (onde a imponência da arquitetura eclética em pontos centrais como a Estação da Luz e a Avenida Paulista desenhavam os novos costumes que seriam adotados pela sociedade moderna na cidade) e Minas Gerais.

O Escritório do arquiteto e engenheiro Ramos de Azevedo se apoiava no ecletismo, enquanto ressignificava fachadas com materiais industriais importados, ou produzidos por novas indústrias que produziam esses moldes que evocavam elementos historicistas (MOURA, 2018, p. 76). Muitas casas importadoras foram instaladas em São Paulo nas duas últimas décadas do século XIX, e no início do século XX Ramos de Azevedo e seu genro, Ernesto Dias de Castro associaram-se a comerciantes e industrialistas que passaram a ocupar a Avenida Paulista ao lado dos antigos residentes que se mudaram na época em que a economia crescia em torno da elite cafeeira.

Interessante notar como Ramos de Azevedo associou-se aos seus dois genros para a manutenção de seu legado em duas firmas que seriam, nos anos futuros, influentes no processo de intensa verticalização da cidade de São Paulo. Enquanto Ernesto Dias de Castro atuou na função de diretor de uma das lojas mais importantes para o fornecimento de materiais da construção civil, Arnaldo Dumont Villares ficou responsável por gerenciar o escritório de projetos do sogro. As estratégias de Ramos de transferir para os dois genros o legado de suas duas maiores empresas que juntas continuariam a funcionar sobre a direção das famílias Severo e Villares, no caso do escritório, e nos Rosa Castro, para a Ernesto de Castro & Cia, confirmando a ideia da construção de um clã preocupado em manter suas influências e negócios na cidade (MOURA, 2018, p.80).

Outra característica chamativa da Casa das Rosas que trouxe esse nome para a construção, é a estufa de metal localizada no pátio do terreno, construída para o cultivo de plantas ornamentais:

Ao contrário da maioria dos casarões que existiram na Paulista, a Casa das Rosas não está centralizada no terreno, mas deslocada para a esquerda, com o jardim à direita, e a razão é simples. “Ramos de Azevedo deu dois lotes na Avenida Paulista a cada filha. Para Lúcia, o da Casa das Rosas e o de trás, para Laura, o terreno ao lado e também seu contíguo atrás”, explica Marta. [...]” Ramos de Azevedo era apaixonado por flores. Teve, talvez, a maior coleção de orquídeas do Brasil”, conta Marta. A casa onde morou em 1891 na Liberdade tinha no terreno várias estufas com orquídeas e muitas árvores brasileiras com flores, outra de suas paixões (CICCACIO, 2013, p. 55).

Nas imagens a seguir (Figuras 9 e 10) é possível observar a Casa das Rosas vista da parte lateral e da parte frontal do terreno, respectivamente. Revelando também, uma das características mais marcantes da edificação, que é o fato de a casa não estar centralizada no terreno, e sim recuada para a lateral, dando espaço para um amplo jardim.

**Figura 9** - O casarão: obra finalizada em 1935



Fonte: Veja/SP, 2021. Álbum fotográfico da Avenida Paulista/ Reprodução

Na figura 9 pode-se perceber que a fachada é menor do que a construção que se estende ao longo do terreno, e rompe com padrões construtivos de outras casas da época por quebrar a ideia de simetria por conta da torre de acesso ao segundo andar, e pela disposição dos cômodos, portas e janelas, com os cômodos divididos também de forma singular, como apresentado nas plantas (Figuras 7 e 8).

Na figura 10 é possível ver um pouco mais da extensão do terreno pela fotografia, que mostra a entrada pelo portão lateral, a torre vista de frente, a passagem para carros até os fundos do terreno e a varanda do andar superior. Além disso, é possível perceber que há outras construções no entorno do terreno onde se localiza a Casa das Rosas, indicando que no entorno da Avenida, na Alameda Santos, a construção de novas residências também estava sendo fomentada, configurando o que futuramente seria o novo centro econômico de São Paulo (fator que será aprofundado no capítulo 2).

**Figura 10** - O imóvel em 1940: presente para Lúcia Dias de Castro



Fonte: Veja/SP, 2018.

Por meio da análise de fotografias e cartões postais, em conjunto com as descrições trazidas por diversos autores em artigos acadêmicos, *websites*, e até mesmo em pareceres anexados ao processo de tombamento da Casa das Rosas, fica evidente que o imóvel expressa “um modo inédito de habitar e ocupar o espaço urbano”, onde há uma persistência de tendências arquitetônicas dos anos trinta, em conjunto com uma força de “novos valores urbanísticos e arquitetônicos advindos com a ocupação da Avenida Paulista”<sup>28</sup>, sendo assim, o imóvel de propriedade do espólio de Lucia Azevedo Dias de Castro, em relação ao conjunto de casarões e mansões documenta com precisão o novo modelo de vida urbana de inspiração europeia.

A reflexão acerca dos motivos que influenciaram a criação da Avenida Paulista no ano de 1891 pode auxiliar na percepção dos discursos que foram articulados na região pelas elites dessa e de outras épocas. Os casarões - inicialmente pertencentes aos aristocratas ligados à produção e exportação do café - presenciaram diversas mudanças nas estruturas em seu entorno, como a construção de novas residências

<sup>28</sup> Trecho retirado do próprio processo de tombamento da residência espólio de Lucia Azevedo Dias de Castro, que está disponível online. Integralmente, desde o requerimento do pedido de Tombamento, até o ato de resolução do processo, que só foi possível após um esforço conjunto por parte dos historiadores, arquitetos e outros profissionais que se preocuparam em definir os motivos que poderiam justificar a preservação desse bem mediante às negociações constantes com o dono do imóvel. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-casa-das-rosas/#!/map=38329&loc=-23.50670025083352,-46.329345703125,10> Acesso em: 30 jan. 2022.

com traços que remetiam a outros países e, posteriormente, a construção de edifícios residenciais e comerciais.

Muitos aspectos da legislação paulista mudaram a partir da década de 1930, principalmente no que diz respeito às construções e aos modos de vida na cidade, criando medidas de incentivo à construção de prédios comerciais e residenciais de grande porte. O que será evidenciado no capítulo 2 é a relação entre os casarões da Avenida Paulista com o processo de verticalização e ocupação da metrópole até os anos 1980, que foi marcado pela demolição de inúmeros casarões erguidos ao longo do espigão em detrimento da valorização do metro quadrado na região.

## 2. A SELVA DE PEDRA E O JARDIM DE ROSAS

Este capítulo enfatiza algumas mudanças que a legislação do Estado de São Paulo sofreu durante o século XX no que diz respeito ao incentivo à urbanização da cidade. Além disso, tem por objetivo fazer um paralelo com o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio no país e as lacunas ocasionadas pela condição dessas políticas e órgãos não se comunicarem com os interesses da população, justamente por representar algo com pouca ressonância no imaginário da população paulista.

Um dos principais conceitos que serão abordados neste capítulo é o de políticas públicas, que pode se entender como uma “mistura de presenças e ausências” (COSTA et. al, 2010, p.1) no que diz respeito ao que se escolhe investir e o que fica de lado. Para Carlos Thaniel Moura (2019, p.1):

as políticas preservacionistas retomam tão somente a identidade e busca por um passado ilustre paulista em primeiro plano, quanto aos discursos presentes nas questões de moradia na capital entre seus processos e memórias ligados à história urbana.

Os anos de 1980 marcaram uma transição nas formas de se fazer políticas públicas, sobretudo na área da cultura. No caso das políticas culturais, na década de 1980 foram criadas diversas leis de incentivo à produção cultural no Brasil, o que tornou o cenário cultural propício para a realização de grandes espetáculos, festivais de música e exposições de arte por meio da injeção de recurso.

No tópico 2.1 o enfoque será no conceito de verticalização, para mostrar o que ocasionou esse processo, e como a paisagem da cidade e os modos de vida se modificaram na primeira metade do século passado. No decorrer deste tópico, serão destacados os aparatos legais que foram criados para contribuir com o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo, e como essas medidas estabeleceram um ponto de ressonância com os interesses das classes dominantes.

O segundo subitem deste capítulo, 2.2, trata de uma análise dessa condição explicitada anteriormente, e das diferenças entre políticas culturais e políticas patrimoniais, que são dois conceitos que podem estar relacionados, mas em geral apresentam diferenças em suas aplicações práticas.

Por fim, o tópico 2.3, “Demolições e tombamentos na Avenida Paulista” tem por objetivo mostrar a velocidade em que se impunha a verticalização na região da

Avenida e em seu entorno, gerando um aumento significativo no preço do metro quadrado. Serão apresentados alguns fatores que influenciaram as demolições de inúmeros casarões vizinhos à Casa das Rosas.

## **2.1 Verticalização e a ressonância das políticas públicas**

A Avenida Paulista foi, desde sua criação, um local que concentrava pessoas com grande influência em diversas áreas que constituíam o mercado financeiro e fomentavam a economia paulista, como os cafeicultores, engenheiros, comerciantes que residiam nos casarões e tinham como principal produto a exportação de materiais para construções civis. Nos anos de 1900 houve a primeira grande modificação na estrutura da avenida, que foi a implantação de energia elétrica por meio do cabeamento, seguida pela pavimentação da via.

O governo do Estado financiou muitas obras nas primeiras décadas do século XX, e o arquiteto e engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo investia em empreendimentos relacionados à importação de materiais construtivos. De acordo com Moura (2018, p.76), ele “além de comandar a firma de importação, passou a produzir insumos para a construção civil no Brasil, associando-se a fábricas diversas de materiais”, como madeira, cal, mármore e granito.

Interessante notar como Ramos de Azevedo associou-se aos seus dois genros para a manutenção de seu legado em duas firmas que seriam, nos anos futuros, influentes no processo de intensa verticalização da cidade de São Paulo. Enquanto Ernesto Dias de Castro atuou na função de diretor de uma das lojas mais importantes para o fornecimento de materiais da construção civil, Arnaldo Dumont Villares ficou responsável por gerenciar o escritório de projetos do sogro. As estratégias de Ramos de transferir para os dois genros o legado de suas duas maiores empresas que juntas continuariam a funcionar sobre a direção das famílias Severo e Villares, no caso do escritório, e nos Rosa Castro, para a Ernesto de Castro & Cia, confirmando a ideia da construção de um clã preocupado em manter suas influências e negócios na cidade (MOURA, 2018, p. 80).

Não foi apenas a importação de materiais que marcou as modificações da cidade de São Paulo e da Avenida Paulista e seu entorno, mas a importação formas construtivas e tecnologias que poderiam ser aplicadas nos edifícios a fim de otimizar a apropriação do espaço urbano. Um exemplo disso, é o próprio conceito de verticalização nas grandes cidades brasileiras no século XX, que segundo Ramires

(2011, p.98)<sup>29</sup> materializou-se através das transformações técnicas que não seriam naturais desse processo, e sim “uma das possíveis opções traçadas e definidas pelos diferentes atores sociais e interesses econômicos que envolvem a estruturação interna das cidades”.

De acordo com a análise de Ramires (2011, p. 98 apud OLIVEIRA, 1992; MACEDO, 1987) a referência à criação dos elevadores nas fábricas inglesas do século XIX, em dois dos artigos revisados, se mostra um ponto pouco explorado quando se fala sobre as transformações técnicas que contribuíram para a verticalização aplicada aos edifícios residenciais. Segundo o autor, “somente em 1857 foi registrado o primeiro elevador num edifício alto de Nova York”, sendo que os elevadores hidráulicos tinham uma “limitação de sua capacidade de 18/20 andares, que foi superada em 1887 com a criação dos elevadores elétricos” (2011, p. 98). A adoção dos elevadores para além dos edifícios comerciais e fábricas, fez com o espaço construtivo fosse revalorizado devido ao aumento de seu potencial de aproveitamento devido aos diversos solos superpostos e a condição de acessibilidade e praticidade desses novos prédios.

No ano de 1929, foi promulgada a Lei Municipal de n.º 3.427, no dia 19 de novembro pelo prefeito José Pires do Rio, que estabeleceu o código de obras Arthur Saboya<sup>30</sup>. Apesar de ter sido parcialmente revogado aos poucos, o código abordava inicialmente algumas questões que antes não eram tão debatidas, como a regulamentação das alterações dos prédios da cidade de São Paulo, que se caracterizava pela identificação dos imóveis por tipologias, assim como a divisão da cidade em regiões que seriam chamadas de quatro zonas, sendo elas: a primeira zona - central; segunda zona - urbana; terceira zona – suburbana e quarta zona – rural.

O código de obras trouxe normas como: licenças para construir edificações mediante à aprovação de um alvará de construção; delimitação de uma alturas mínimas e máximas dos projetos para cada uma dessas zonas colocadas que foram pontuadas; um controle das modificações dos projetos que fossem aprovados; regras para que as demolições de casas pudessem ser feitas, e também a ampliação da

---

<sup>29</sup> Julio Cesar de Lima Ramires sintetiza em seu artigo, as pesquisas a respeito da temática de verticalização das cidades brasileiras, buscando traçar elementos em comum, e percebendo como a legislação urbanística quase sempre é destacada nos artigos que tratam do assunto.

<sup>30</sup> O documento pode ser acessado na íntegra por meio do site da prefeitura de São Paulo, na aba de “Pesquisa de Leis Municipais”. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ato-gabinete-do-prefeito-663-de-10-de-agosto-de-1934/consolidado> Acesso em: 04/03/2022.



noção dos pavimentos e andares, trazendo por exemplo os artigos a respeito das lojas e sobrelojas (art. 164º), e disposições próprias para a instalação de elevadores em habitações particulares e prédios residenciais (art.179º).

Em 1940 as reformas e alterações arquitetônicas se configuraram de forma vertical, onde as construções plurifamiliares se expandiam em altura. Renata Priore Lima (2014, p.11) cita que o edifício Anchieta foi um dos pioneiros nesse sentido, e que anos depois muitos outros surgiram, como os conjuntos residenciais “Saint Honoré, Dumont Adams, Chipre, Três Marias, Nações Unidas e Pauliceia (ibidem)”.

A família do arquiteto Ramos de Azevedo, que habitou a Casa das Rosas, presenciou muitas das demolições que ocorreram na Avenida Paulista e que em grande parte foram fruto de diversas brechas na legislação estadual que foi se modificando desde a década de 50. No dia 29 de outubro do ano de 1952, foi promulgada a Lei Ordinária n.º 4313 que permite construir edifícios institucionais na avenida Paulista, configurando o que chamarei aqui de a primeira, de três ondas de demolições que marcaram de certa forma as transformações dos arredores da Casa das Rosas. Esta lei de âmbito municipal, acrescentou à lei de n.º 3571, de 7 de abril de 1937:

Art. 4º “Serão igualmente permitidas, na Avenida Paulista, construções e instalações destinadas a estabelecimentos hospitalares educacionais, de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema, desde que atendam, quanto aos recuos, ao disposto no artigo anterior” (BRASIL, 1937, art. 4).

Mesmo que Armando de Arruda Pereira, prefeito do Município de São Paulo na época, tenha promulgado poucas alterações da Lei n.º 3571, o impacto gerado foi quase imediato, e passou a modificar a passos largos a avenida. Muitas edificações contemporâneas à construção da Casa das Rosas deram espaço aos prédios comerciais, reforçando ainda mais o argumento apresentado anos depois por intelectuais como Waldisa Russio e Antônio Augusto Arantes, na década de 1980, que ainda falavam sobre a carência de políticas públicas culturais feitas com a participação popular.

Ainda sobre as mudanças na legislação que acarretaram a valorização do metro quadrado da região, e no aumento constante das demolições de casarões em detrimento da especulação imobiliária, cabe lembrar que anteriormente às mudanças trazidas pela Lei Ordinária de n.º 4313, muitos prédios de âmbito residencial já se erguiam na Paulista e em seus arredores:

[...] De fato, a década de 1950 marcou uma profunda mudança funcional e morfológica. Utilizando novas técnicas construtivas, os novos edifícios cresceram em altura, incorporando as novas tendências da Arquitetura Moderna. Aos poucos, as antigas mansões burguesas foram sendo demolidas para a construção de novos arranha-céus (LIMA, 2014, p.11).

Podem ser citados alguns exemplos de verticalização e modernização dos prédios da avenida: o edifício Soubhie, atual Savoy na esquina da avenida Paulista com a alameda Joaquim Eugênio de Lima (inaugurado em 1954 como um dos primeiros edifícios residenciais de alto luxo na região) e a contratação pelo empresário José Tjurs do arquiteto David Libeskind, responsável elaboração do projeto do edifício institucional conhecido como Conjunto Nacional, que está localizado na esquina da avenida Paulista com a rua Augusta.

No ano de 1955, morre Ernesto Dias de Castro e seu filho muda-se para a Casa das Rosas com sua segunda esposa, Anna Rosa Menezes de Castro. No mesmo ano, a família presenciou a mudança nos arredores da residência, com o início das obras do Conjunto Nacional, que marcou de certa forma a verticalização da avenida.

O empreendimento Conjunto Nacional (CN) foi idealizado por José Tjurs, empresário do ramo hoteleiro, no início dos anos 50. Sua construção iniciou-se em 1955. O arquiteto responsável pelo projeto foi David Libeskind. O CN teve, para a época em que foi implantado, um projeto diferenciado e inovador. Em um mesmo empreendimento buscou unir residências, escritórios e comércio em uma avenida, até então, de característica estritamente residencial (MEIRELLES, 2007, p. 22).

De acordo com Meirelles (2007, p.23) o Conjunto Nacional tem em seu projeto duas lâminas, sendo uma horizontal com três níveis (térreo, 1º andar e terraço), voltada para o comércio e outros serviços, ocupando toda a área do terreno e possuindo um mezanino onde podem ser realizadas exposições e eventos culturais; e uma lâmina vertical, cuja torre foi concluída em 1962 sendo caracterizada por uma torre de 26 andares, além de possuir dois subsolos. O autor (p.27) destaca que CN trouxe para a Avenida Paulista um novo modo de vida, e que ao se voltar para o público residencial de alta renda e ao mesmo tempo para o segmento comercial, foi considerado na época o prédio mais luxuoso da cidade.

À época da construção do Conjunto Nacional, a junção dos prédios comerciais com prédios residenciais na Avenida Paulista ainda era pouco empregada, e apenas quando a construção foi finalizada, houve uma lei que trouxe definitivamente o

comércio para a região. Em 1962, um novo dispositivo legal liberou a construção de estabelecimentos comerciais na avenida paulista sem a participação de profissionais no que diz respeito à preservação de patrimônio, gerando um alargamento de cerca de dez metros em cada um dos lados da avenida, gerando uma segunda onda de demolições. O dispositivo trata-se da Lei Ordinária n.º 5992 de 16 de Maio de 1962, promulgada pelo prefeito Francisco Prestes Maia.

Segundo o artigo 1º:

além dos usos previstos nas Leis n.ºs 3571/37, 4313/52 e 4589/54, será permitido o uso dos imóveis para escritório, edifícios públicos ou entidades autárquicas ou paraestatais, joalherias e estabelecimentos de artigos correlatos, livrarias, lojas de calçados finos, lojas de artigos de ótica, cine e foto, lojas de modas e tecidos finos, lojas de decorações e objetos de arte, lojas de artigos para esporte ...vetado... casas de espetáculo e agências de turismo e navegação marítima.

Parágrafo Único - As edificações para uso acima especificado deverão, igualmente, observar os recuos e o tratamento arquitetônico estatuidos no artigo 3º da Lei n.º 3571/37 (BRASIL, 1962).

Nesse contexto das transformações na região da Avenida Paulista e seu entorno, é possível estabelecer uma comparação do conceito de “ressonância” de José Reginaldo Santos Gonçalves (2005, p.18) com a forma como as políticas públicas voltadas para o incentivo à urbanização e às novas técnicas construtivas nas diversas zonas da cidade de São Paulo, se desenvolveram em consonância com os interesses das elites da época.

Para Gonçalves (2005, p.19) a ideia de patrimônio cultural enquanto categoria analítica, podendo ser ele material ou imaterial, se relaciona diretamente com três fatores, sendo eles: ressonância, materialidade e subjetividade. Independente das decisões políticas de agências ou do Estado, ou mesmo das deliberações de grupos ou indivíduos, os objetos que compõem um patrimônio devem encontrar ressonância junto ao seu público para que não seja rejeitado.

O que se pode notar é que até a década de 1980, a permanência das construções remanescentes dos primeiros períodos de ocupação da Avenida Paulista – o primeiro sendo constituído pela migração dos barões do café para essa região, e o segundo marcado pela vinda de famílias de grandes investidores na indústria e comerciantes, em sua maioria imigrantes - não dialogavam com as transformações da cidade de São Paulo ao longo do século XX. Neste caso, as políticas de incentivo ao alargamento da avenida, abertura de centros comerciais e construção de grandes

edifícios residenciais estavam de acordo com os modos de vida da metrópole e foi necessário um esforço por parte dos órgãos de preservação do patrimônio para enfatizar a importância desses bens na preservação da cultura e história da Avenida e da cidade.

**Figura 11 – Alargamento da Avenida (1974)**



Fonte: Uol Notícias, 2011. Reprodução: Folhapress.

A figura n.º11 apresenta uma visão diferente de outras figuras vistas anteriormente, e possibilita ver como a Avenida Paulista se transformou. Muitos casarões e chácaras deram lugar a prédios altos, e as ruas foram alargadas para comportar esses novos modos de vida.

Entra em questão o esforço desses órgãos para criar políticas públicas municipais que fossem capazes de trazer mais consciência para a população paulista a respeito da importância da preservação desses patrimônios no contexto de intensa verticalização na Avenida Paulista, reforçando pontos de ressonância de alguns desses casarões com a comunidade a fim de torná-los referências culturais.

Por essa perspectiva, a questão da materialidade nesse processo se caracteriza por uma remodelação da cidade ao longo dos anos, revelando que para a cidade de São Paulo, em específico para os moradores da Avenida Paulista, a arquitetura e a urbanização foram desde a inauguração da via e dos terrenos, uma ferramenta fundamental para reescrever a história da cidade e projetar uma identidade adequada à subjetividade das famílias e classes influentes em cada época. A identidade paulista, por muito tempo se dissociou do que órgãos como o Serviço do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (Sphan) e ICOM buscavam preservar, uma vez que seus símbolos materiais eram destruídos ao passo que a valorização do metro quadrado crescia nas regiões centrais, e onde elementos arquitetônicos estavam constantemente sendo amalgamados.

## **2.2 A retórica da perda na elaboração das políticas de preservação**

Apesar de já existirem discussões sobre o conceito de “cultura” e “patrimônio” desde a época da construção da Casa das Rosas, a maioria das medidas tomadas durante a primeira metade do século XX tinham como objetivo preservar bens reconhecidos por sua natureza arquitetônica, o que se reflete na criação e atuação de órgãos públicos nacionais e municipais. Muitos desses, como o próprio Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), planejado em 1936 e criado em 1937, dialogam com a Carta de Atenas que foi publicada no ano de 1931 com o objetivo de estabelecer normas que orientassem internacionalmente a conduta dos países com relação à preservação dos patrimônios históricos e culturais da humanidade, sobretudo monumentos.

No Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, foi regulamentado o ato de tombamento de bens móveis e imóveis, designando o Sphan como o órgão competente para gerir essa política em âmbito nacional. Segundo Rezende et al. (2015, p.2), “nos nove primeiros anos de funcionamento do Serviço, foram tombados 474 bens, sendo que 246, ou 52% desse total, somente em 1938”. Além disso, no ano de 1941 foi instituído o Decreto Lei n.º 3.866 de 29 de novembro, cujo parágrafo único diz que:

O Presidente da República, atendendo a motivos de interesse público, poderá determinar, de ofício ou em grau de recurso, interposto pôr qualquer legítimo interessado, seja cancelado o tombamento de bens pertencentes à União, aos Estados, aos municípios ou a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, feito no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de acordo com o decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 (BRASIL, 1941).

É possível observar que o Decreto-Lei n.º 25 foi criado sem participação da comunidade, pois apesar de estar dito que a inscrição dos bens nos Livros de Tombo deve ser realizada pelo Sphan de acordo com a demanda pública, ainda assim compete a este órgão a seleção dos bens que serão conservados. No artigo 6º deste Decreto fica claro que o tombamento será feito voluntária ou compulsoriamente, e que

isso depende da manifestação das pessoas envolvidas num prazo de quinze dias após a emissão do comunicado de interesse por parte do órgão competente. Esse fator se revela problemático, mesmo após a promulgação do decreto n.º 3866 que dispõe sobre os recursos necessários para o cancelamento de tombamentos de várias naturezas, pois a análise se daria pelo próprio presidente que teria que emitir um ofício.

Além das questões burocráticas envolvidas no ato de um tombamento e no destombamento, há também uma responsabilidade por parte das pessoas envolvidas, que deveriam ajudar na manutenção de imóveis, por exemplo. Dessa forma, muitas famílias que habitavam o entorno da Casa das Rosas e da Avenida Paulista se mudaram ou foram aos poucos vendendo partes de seus terrenos, pois assim não precisavam se envolver com processos de tombamento.

Como base para as ações de preservação do patrimônio cultural do país, há certos padrões sendo repetidos desde os anos 30 até meados da década de 1980, que como Waldisa Russio (ARANTES, 1984, p.70) comenta durante sua participação na mesa-redonda que originou a publicação de Antonio Augusto Arantes “Estratégias de construção do patrimônio cultural: Produzindo o passado”, forjaram moldes de uma “política centralizadora e paternalista que se configuram como vícios que não são eliminados de uma hora para outra, pois isso é um processo lento”. Waldisa cita na mesma mesa-redonda, que se buscava naquele momento em São Paulo “trabalhar com a comunidade e não pela comunidade”.

Inês Gouveia ao analisar a trajetória de Waldisa, pontua que:

Waldisa explicitou a ausência de uma política museológica. Por sua trajetória profissional, e particularmente pela interlocução no cenário cultural paulista, sua perspectiva de política museológica não era apenas discursiva. Quando ela afirmava a necessidade de participação da comunidade, pensava na realização de assembleias públicas, cursos abertos, reuniões, consultas, instrumentos e mecanismos de participação – léxico próprio do contexto político de abertura dos anos 1980, que se afirmava no repertório das políticas de patrimônio em São Paulo. O tema não era novo para ela, pois desde a década anterior vinha sendo insistente, no diálogo com a Secretaria de Estado de Cultura, quanto à necessidade de construção de uma política cultural e, especificamente, de uma política museológica (GOUVEIA, 2020, p.20).

Os casarões começaram a ser demolidos em massa para dar lugar aos prédios e às instituições até hoje vistas na Paulista, o que colocou em questão a preservação da Casa das Rosas e da residência Franco de Mello pelas mesmas dialogarem com as transições de estilos arquitetônicos na região, marcando também a migração e a

imigração na região. Ao articular um diálogo entre Garcez Marins e Heitor Frúgoli Junior, Lucília Siqueira afirma que:

Portanto, de acordo com Garcez Marins, colaborou para o desaparecimento das mansões da avenida Paulista o fato de a heterogeneidade das famílias e da arquitetura não coadunar com a memória paulista hegemônica. Ademais, como documentou Heitor Frúgoli Junior (2006, p. 130), a “estruturação de uma centralidade metropolitana na avenida Paulista” entre as décadas de 1960 e 1970 valorizou crescentemente o metro quadrado na região, levando as casas de dois pavimentos a serem substituídas por edifícios de mais de dez andares (SIQUEIRA, 2019, p. 43).

Na década de 1960 foram realizadas conferências internacionais com o propósito de discutir a preservação de monumentos arquitetônicos, históricos, culturais e artísticos. No ano de 1964 foi realizado o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos organizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), que originou a Carta de Veneza.

A Carta de Veneza é um documento que fala sobre as diversas características atribuídas aos monumentos, e sobre sua preservação e restauração, que influenciaram também outras conferências e outras resoluções internacionais como a Conferência de Nara. Dentre os 16 artigos e pensamentos sintetizados na carta, vale destacar os que de certa forma dialogam com o que posteriormente seria implementado nas reuniões de museólogos, historiadores, arquitetos, cientistas sociais e outros profissionais brasileiros nos anos seguintes e sobretudo na forma de se conduzir processos de tombamento no Brasil, que seriam:

Artigo 1.º - “A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”.

Art 2º - A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

O monumento é indissociável da história da qual é testemunho, tal como o meio em que se situa. Sendo assim, o deslocamento do mesmo ou parte dele, não é tolerado, exceto quando for por motivos de salvaguarda e/ou por razões de interesse nacional ou internacional.

Art 16º: Todo trabalho de conservação e restauração deve ser devidamente documentado (IPHAN, 1964).

De maneira geral, o contexto que levou à elaboração dos pontos lidos anteriormente é o de crescimento constante das cidades, seguido por processos de verticalização e industrialização cada vez mais evidentes. Além da deformação da

paisagem, tanto os arquitetos quanto outros profissionais se atentavam à necessidade de rever as práticas de preservação em tempos em que esse desenvolvimento de centros urbanos ameaçava apagar cada vez mais monumentos e outros testemunhos históricos.

Em 1967 foi criada a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo pelo Decreto n.º 48.206 de 7 de julho, e no ano seguinte é criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) do estado de São Paulo pelo Decreto Lei n.º 10.247 de 22 de outubro, pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré:

Artigo 1.º - O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo Artigo 128 da Constituição Estadual, fica diretamente subordinado ao Secretário de Cultura, Esportes e Turismo, e se regerá pelo disposto nesta lei.

Artigo 2.º - Competirá ao Conselho a adoção de tôdas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados.

Como mencionado anteriormente, as demolições na avenida paulista não ocorreram de uma hora para outra, mas gradualmente de acordo com a promulgação de leis ordinárias e outros aparatos legais que de certa forma permitiram com que houvesse um crescimento comercial na região. Isso resultou num aumento no preço do metro quadrado dos terrenos lá localizados, incluindo o próprio terreno onde está o casarão. Ana Ciccacio (2013, p.194) menciona que houve um aumento vertiginoso' do preço do metro quadrado do terreno na avenida Paulista ao longo da década de 1970. Proprietários de casarões começam a vendê-los para dar lugar a grandes edifícios comerciais”.

O CONDEPHAAT passa a ser o órgão público do Estado de São Paulo responsável por analisar os elementos da cidade que se enquadrem nas definições de patrimônio apresentadas anteriormente, e assume a responsabilidade de efetuar tombamentos e outras ações de salvaguarda e preservação destes. Cabe então uma análise a respeito das dificuldades de se preservar os casarões presentes na Avenida Paulista, que em sua maioria não foram desapropriados pois não houve tempo, uma vez que a maioria dos proprietários preferiu pôr as casas abaixo para venderem seus terrenos.

Surge então um questionamento a respeito de como esse órgão estava sendo desenvolvido e como estava atuando, pois é possível observar que existem lacunas e



um certo distanciamento entre os agentes que preservam esses bens patrimoniais históricos e artísticos quando pensamos no que está sendo tombado. Helena Saia, na época professora de Introdução à Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e conselheira do CONDEPHAAT, comenta que:

[...] esse enfoque está sendo necessário hoje em dia a nível da discussão da preservação cultural por uma série de questões: ampliar aquilo que conhecemos por conceitos dentro da conceituação da preservação cultural que, muitas vezes, nos deixam sem saída, o objeto isolado ou o objeto sem sua amarração real - no caso, vamos supor, da preservação dos bens imóveis, levando em conta que estamos bem familiarizados com a legislação do CONDEPHAAT e da SPHAN. E, no fundo, há também uma dimensão política que entendo como muito importante, que seria, de certa forma, abrir oportunidade ou mesmo forçar que o município assumira a sua parcela de responsabilidade na questão da preservação cultural. Para que isso ocorra, de fato, temos que perceber essa nova dimensão, ou seja, assumir o espaço urbano como objeto de uma produção cultural. Em síntese, é isso que eu trouxe para debate (ARANTES, 1984, p.80).

A década de 1970 se iniciou com muitos debates no campo museológico, orbitando em torno da questão da promoção dos museus integrais, que poderiam ter uma abordagem crítica em relação à preservação dos bens culturais. Segundo Alice Duarte (2013, p.102) alguns tensionamentos surgiram, revelando que seria necessário questionar se os agentes e agências do campo museológico estariam prontos para assumir um papel de articular essas práticas em consonância com a sociedade.

No ano de 1971 foi cunhado o termo “ecomuseu” pelo então diretor do ICOM, Hugues de Varine-Bohan na época da realização da IX Conferência Geral de Museus, refletindo sobre a importância de se pensar nas funções dos museus como instituições a serviço do ser humano. O termo ganhou força no ano seguinte, em 1972, quando foi realizada a Mesa Redonda de Santiago do Chile, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que se preocupou em elaborar um documento com a finalidade de definir diretrizes que pudessem guiar o desenvolvimento da Museologia nos países da América Latina. Ficou definido um conjunto de características referentes à museologia, sendo ela: ativa, popular, participativa, comunitária, experimental e antropológica (DUARTE, 2013, p.103).

O que se pretende colocar em foco com essas análises cronológicas das políticas públicas voltadas para a urbanização do estado de São Paulo e das reuniões e criações de órgãos nacionais e internacionais voltadas a preservação dos diversos patrimônios culturais, é que a própria noção de patrimônio pouco se dissociou da

noção de propriedade ao longo dos anos. Pode-se compreender que para Gonçalves (2005, p.26) a noção de materialidade atingida por essa categoria de patrimônio pode ser ampliada, como feito por diversos antropólogos que se preocuparam em descrever os objetos vistos em algumas etnografias em sua materialidade e em suas formas de uso sociais e simbólicos.

Se torna mais claro à luz das discussões trazidas a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile, o ponto para o qual Gonçalves (2005, p.27) chama a atenção ao falar sobre a subjetividade, pois a utilidade analítica da noção de patrimônio serviria para iluminar alguns aspectos da vida social e cultural, enfatizando de forma objetiva a ressonância dos bens preservados. Um dos pontos que serão destacados neste trabalho tendo como base a conferência de 1972, é a importância de articular o diálogo entre as instituições e órgãos de preservação da cultura, com a população que seria representada, e com os líderes políticos que de fato poderiam desenvolver aparatos eficientes para fazer com que museus, memoriais, centros culturais e bens tombados não fossem dados, mas construídos para e com a sociedade.

### **2.3 Demolições e tombamentos na Avenida Paulista**

Os processos de metamorfose que marcaram a história da Avenida Paulista no século XX trouxeram a verticalização como elemento central, o que se evidenciou principalmente a partir das décadas de 40 e 50 com o início de diversas obras de edifícios como: o Anchieta (1941); o Savoy (1947); o Três Marias (1952); o Saint Honoré, que manteve seu estilo arquitetônico ao longo dos anos (1953); o Baronesa de Arari (1953); o Nações Unidas (1953) e o Paulicéia (1955), sendo que destes, apenas o Savoy foi utilizado inicialmente para fins comerciais.

Ainda nessa época é possível observar que mesmo os usos dos prédios e da avenida em si terem se modificado, os moradores dos edifícios ainda eram pertencentes a uma burguesia em processo de ascensão social, marcando a Paulista como símbolo de pertencimento da elite paulistana.

De acordo com Viviane Veiga Shibaki (2007, p. 86) valor alto dos terrenos durante a verticalização fez com que muitas famílias já desprovidas das grandes fortunas vislumbrassem possibilidades de negócios com a venda de seus imóveis, optando por sucumbir o patrimônio cultural e edificado deixado por suas gerações anteriores.

A Paulista passou por adaptações em cada época, e os modos de vida adotados influenciaram as condições que eram impostas para os moradores. Sendo assim, muitos dos herdeiros dos casarões não estavam mais atrelados aos negócios de seus antepassados, e não tinham mais interesse ou condições de manter as residências, pois além da manutenção da estrutura, os impostos e os custos necessários para a contratação e pagamento de salários de pessoas que cuidariam da limpeza seriam elevados.

Entre 1970 e 1980 o tráfego na região da Avenida Paulista e seus arredores se intensificou com o crescimento do comércio, e alguns impasses político-administrativos se deram por conta dos que queriam preservar o patrimônio edificado instalado com os que queriam otimizar o espaço, para que se pudesse concentrar um maior número de empresas num mesmo local. Nota-se a presença de sedes de banco sendo inauguradas ao longo da avenida, assim como escritórios comerciais, trazendo para o local a posição de novo centro econômico da cidade.

Assim, os anos 1970 e 1980 foram marcados por um período chamado “arquitetura internacional” na Paulista, definido por padrões internacionais de arquitetura. Nesta fase, foram instaladas muitas sedes de bancos e importantes federações patronais, sendo o edifício mais simbólico a “pirâmide” projetada por Roberto Cerqueira César e Roberto Carvalho Franco, abrigando as sedes da FIESP, CIESP, SESI e SENAI desde 1979 (FRÚGOLI JR., 2000, p.132 apud SHIBAKI, 2007, p. 88)

Por um lado, a questão colocada anteriormente a respeito da retórica da perda nas ações de salvaguarda dos bens patrimoniais, se manifestava nessa época por conta das transformações rápidas que ocorreram na Avenida Paulista. Muitos arranha-céus se erguiam em pouco tempo, e reformas foram realizadas, como a instalação de novos postes e melhorias na pavimentação das ruas afetavam o custo bruto de manutenção dos casarões. Por outro lado, mesmo uma década após a realização da IX Conferência Geral de Museus do ICOM e da Mesa Redonda de Santiago do Chile, alguns órgãos brasileiros não haviam incorporado esses ideais de produção cultural em conjunto com a comunidade.

Entre os anos de 1980 e 1982 a presença de Ruy Ohtake (1938 – 2021), conferiu certa visibilidade ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, aumentando o corpo técnico, os levantamentos do estado de conservação de bens tombados, os projetos de restauro, o número de publicações feitas pelo órgão etc. (SIQUEIRA, 2019, p.41). No entanto, no ano de

1982 foi anunciado que Ruy Ohtake (então presidente do Condephaat) e João Carlos Martins discutiam internamente a intenção do órgão em analisar a possibilidade de tombamento de 31 casarões da Avenida Paulista. Após três dias foi noticiado que três desses casarões foram demolidos de madrugada pelos próprios donos, e na semana seguinte mais outro veio abaixo (CICCACIO, 2013, p.194).

Desde o fim de 1980 alguns profissionais já discutiam publicamente sobre como a comunicação do Condephaat deveria ser mais transparente. De acordo com Siqueira (2019, p.44), em 15 de dezembro do mesmo ano, o Secretário da Cultura, Cunha Bueno, compareceu à reunião do Conselho para externar suas preocupações a respeito das notícias recorrentes acerca dos tombamentos, pois boa parte da imprensa confundia o tombamento com a desapropriação, assim como confundiam as responsabilidades dos proprietários com as responsabilidades do Condephaat. Em meio a tantas informações equivocadas, foi pedido inúmeras vezes ao Conselho que fossem publicadas atas que explicassem de maneira clara o que estava sendo proposto no cronograma de vistorias que levantariam informações para inventário dos bens com potencial para tombamento.

No dia 16 de junho de 1982, durante uma reunião, Ruy Ohtake manifestou sua preocupação com o fato de o levantamento atual estar sendo mal interpretado pela imprensa. A partir do momento em que o Condephaat solicitou permissão para que os fotógrafos pudessem subir nos prédios Nações Unidas e Conjunto Nacional para documentar a Avenida Paulista daquele período antes de realizarem as vistorias, muitos jornalistas ficaram cientes dessa movimentação, antes mesmo de as notificações chegarem aos proprietários dos terrenos.

Segundo Siqueira (2019, p.45), Ohtake demonstrou uma preocupação por conta da matéria que o jornal *Folha de S. Paulo* publicou, confundindo o termo tombamento com o termo levantamento, afirmando que o arquiteto estaria selecionando bens na Avenida Paulista que seriam tombados, e que tanto os edifícios Conjunto Nacional quanto o Nações Unidas seriam incluídos no levantamento juntamente com todos os casarões presentes na avenida. O levantamento de campo, no entanto, era um formulário que possuía 11 páginas com informações preliminares.

Após as demolições que seguiram a divulgação precoce do plano de análise dos terrenos da Paulista, o Conselho decidiu que somente três dessas edificações seriam preservadas por meio do tombamento, sendo elas as de número 37, 227 e 1919 (respectivamente: a Casa das Rosas, pertencente a Ernesto Dias de Castro Filho; o

prédio da Secretaria de Educação, grupo escolar; o Espólio de Raphael Franco de Mello)<sup>31</sup>. No caso da edificação de número 227, o tombamento teve sua resolução no mesmo ano em que o processo se iniciou, mas tanto o tombamento do número 37 quanto do 1919 tiveram implicações com os proprietários. Um dos principais argumentos que os proprietários das edificações utilizaram em oposição ao tombamento das residências foi de que o Condephaat não possuía uma justificativa forte o suficiente para solicitar o tombamento, o que fez com que o Conselho tivesse que fomentar diversas.

É pouco provável que o vazamento de informação tenha sido o responsável direto pelas demolições, como acusou o secretário de Cultura. Parece que foi mais forte o caráter alarmista e distorcivo com que a Folha de S.Paulo, em 15 de junho, tratou do levantamento de campo que estava em finalização no Condephaat, como demonstrado. Nesse momento agudo do debate sobre preservação cultural, a participação dos jornais de maior circulação no território paulista é deletéria, difundindo informação imprecisa para causar alarme, gerar polêmica e desmoralizar as autoridades responsáveis pelas eventuais medidas de proteção oficial (SIQUEIRA, 2019, p.52).

Conforme citado anteriormente, muito dessa noção de patrimônio estava atrelada à noção de “perda”, pois as agências de preservação tentavam impedir que esses bens entrassem em um processo de desaparecimento. O apagamento nesse sentido implicaria na perda da individualização do patrimônio, culminando na sua perda de autenticidade (GONÇALVES, 2015, p. 216). Sendo assim, o patrimônio edificado que se buscava analisar para fins de tombamento nessa época, se tratava de uma categoria analítica pautada na representação de variações históricas e geográficas da Avenida Paulista.

Os primeiros argumentos utilizados para justificar a abertura dos processos de tombamento das residências n.º37 e n.º1919 se basearam no caráter arquitetônico dos imóveis, sendo que alguns dados estavam erroneamente pontuados nos documentos oficiais que foram enviados para os proprietários pelo Condephaat. A velocidade com que o despacho desses processos ocorreu, influenciou nas lacunas deixadas nas justificativas dos mesmos, que futuramente foram alvo de inúmeros pareceres que contestavam a autenticidade desses documentos.

---

<sup>31</sup> As edificações da Avenida Paulista cujo estudo foi providenciado para a possível abertura dos processos de tombamento visando a preservação foram as de números: 37, 91, 149, 227, 283,393, 498, 510, 522, 542, 548, 709, 867, 1079, 1125, 1230, 1405, 1811, 1919, 1941, 2295, 2440, 2465, 2485, Capela do Colégio São Luiz, 412, 486, 1048, 2424, 2277, 1373 e 329.

O autor José Reginaldo Santos Gonçalves (2015, p. 222) utiliza como exemplo as casas do Batamaliba do noroeste da África, e em como elas são vistas como se fossem entidades vivas. As casas, nesse sentido, não seriam apenas edificações, mas representam seus donos, seus cosmos, as relações com a natureza e com a sociedade que a envolve. Para esses povos a arquitetura não é concebida da mesma forma que no ocidente pois a arquitetura não é definida apenas pela sua forma técnica ou utilitária, e para eles são essenciais os processos de construção, manutenção e destruição parcial ou total dessas edificações.

Vale ressaltar que o CONDEPHAAT era composto por muitos arquitetos e historiadores, e muitos desses conceitos discutidos inclusive internacionalmente nessa época não chegavam a se manifestar nas práticas de preservação desse órgão. Sendo assim, o processo de n.º 22104/82 trouxe em seu desenvolvimento diversos artigos, e contou com a participação de Ulpiano Bezerra de Meneses, que colaborou com uma mudança no posicionamento do Conselho e na comunicação com o proprietário da casa. Assim, o Condephaat teve como foco estabelecer o objetivo de preservar a residência Franco de Mello como documento da primeira fase de ocupação da Avenida Paulista, e a Casa das Rosas como testemunho da segunda fase, devido à data de sua construção e por conta dos elementos que marcavam a chegada dos imigrantes na cidade e na vizinhança.

Com a inclusão de profissionais com experiência em diferentes áreas do conhecimento nesses processos, e com os recorrentes simpósios e conferências realizados no Brasil a fim de regulamentar a profissão de Museólogo no país, as próprias instituições de preservação de patrimônio começaram a incorporar em seus discursos e práticas algumas noções mais voltadas para as ciências sociais. Na seguinte publicação organizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Ulpiano Bezerra de Meneses (2006) explica que:

Por fim, aceitar o patrimônio como fato social realça a importância das ações educativas. Edgar Carvalho acentua a importância da eco-alfabetização e da eco-educação. Por minha vez, para a educação, acrescentaria a necessidade de revitalizar noções cristalizadas de cidadania, memória, identidade e inclusão social numa perspectiva crítica e, principalmente, política, que privilegiasse os conteúdos republicanos, de bem comum, interesse coletivo. Só assim é que se poderia levar a cabo o propósito de politizar a sociedade sem não instrumentalizar a cultura (MENESES, 2006, p. 70).

Na publicação, Antônio Augusto Arantes participa do debate, tocando em um ponto crucial que é tangenciado no texto, que se trata da transição das práticas sociais

de valoração para as práticas oficiais de preservação. A legislação e os órgãos de proteção, no entanto, tiveram que passar por adequações após ser evidenciado o problema que seria o anacronismo dos modelos vigentes. Outro ponto, este levantado por Paulo Ormino, foi a expressão do descompasso entre a legislação urbanística e ambiental em relação à legislação patrimonial (MENESES, 2006, p. 72).

O processo de tombamento da Casa das Rosas de n.º 22104/82, que será detalhado mais à frente (Capítulo 3), foi realizado com a colaboração de uma equipe de historiadores e revisores que integravam o corpo de Conselheiros do CONDEPHAAT, como Maria Luiza Tucci Carneiro, Sheila Schvarzman, Antonio Augusto Arantes, Helena Saia, Eduardo de Mello Kneese, Eduardo Corona, Antonio Luiz Dias de Andrade e Ulpiano Toledo de Bezerra Menezes. Esse esforço na tradução dos estilos presentes no projeto do casarão se deu por conta do processo violento de verticalização da Avenida Paulista, que contribuiu para que nos dias de hoje apenas a residência Franco de Mello e a Casa das Rosas se mantenham de pé.

Cabe, ao fim dessa retrospectiva, questionar: em que instâncias as políticas culturais e patrimoniais, assim como a falta delas em certos momentos contribuíram para a extinção de tantos casarões e palacetes ao longo do século XX? Por quais motivos a residência que Ramos de Azevedo deixou de herança para sua filha foi tombada? Como funciona um processo de tombamento, e por quê, de toda uma avenida, apenas duas residências foram poupadas da demolição?

O tombamento da Casa das Rosas foi solicitado pelo CONDEPHAAT após a realização de estudos promovidos pelo órgão, contando com as contribuições de profissionais que atuavam em diferentes áreas do conhecimento, que juntos buscaram chegar em um acordo com o proprietário da residência a fim de chegar a uma resolução do processo. O desenvolvimento do processo de tombamento com os pareceres de diversos profissionais será aprofundado no capítulo 3, com o intuito de demonstrar que essa união de esforços configurou algo inédito na história dos tombamentos da cidade de São Paulo: o acordo de desmembramento da propriedade, possibilitando a construção de um prédio na área dos fundos do terreno.

### 3. DO TOMBAMENTO À MUSEALIZAÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo discutir sobre o processo de tombamento da Casa das Rosas por meio de uma análise de documentos relacionados a ele<sup>32</sup>, a fim de se buscar uma compreensão de como os órgãos responsáveis pela salvaguarda dos bens patrimoniais históricos, arquitetônicos e culturais atuavam na preservação desses bens.

O processo de tombamento de número 22104/1982, cuja resolução se deu com a publicação do documento n.º 57 do dia 22 de outubro de 1985<sup>33</sup>, foi instruído ao longo de três anos por meio de inúmeras negociações feitas entre o CONDEPHAAT e Ernesto Dias de Castro, que na época era o proprietário do casarão. Entre os documentos apresentados, há pareceres, documentos de impugnação e estudos de caso feitos sob a perspectiva de profissionais de áreas diferentes que buscavam apurar os valores atrelados à Casa das Rosas que pudessem justificar seu tombamento. Outro resultado, além da resolução de tombamento, foi o desmembramento do terreno, solicitado em 1985 pelo empreendedor imobiliário Mário Pimenta Camargo, e pelo arquiteto Júlio Neves.

Ao analisar os documentos compilados no processo citado, nos tópicos 3.1 é possível observar que as políticas de preservação do patrimônio na esfera estadual sempre dependeram de negociações, articulação de discursos, aferição de valores sociais e muitos diálogos entre órgãos – neste caso, há muitas folhas do processo que foram feitas pelos conselheiros do CONDEPHAAT, depois enviadas para a Secretaria de Estado de Cultura, depois para a Consultoria Jurídica e também para Ernesto Dias de Castro e seus advogados – que buscavam encontrar caminhos que levassem à resolução do mesmo de forma branda, levando em consideração a sensibilidade da abertura deste processo naquele contexto de intensificação das demolições na Avenida Paulista.

---

<sup>32</sup> A principal fonte se trata do processo compilado, no qual constam cerca de 376 páginas, mais a inscrição no Livro de Tombo.

<sup>33</sup> Os documentos podem ser consultados na íntegra pelo site ipatrimônio, que apresenta os documentos do processo de forma compilada, assim como o documento de resolução e a inscrição no Livro de Tombo.



No decorrer deste capítulo, buscou-se apresentar não apenas o processo de tombamento, mas as negociações posteriores a ele, incluindo a compra da área dos fundos do terreno que anteriormente pertenceu a Laura de Azevedo Castro Martins, filha de Lúcia, também descendente do arquiteto Ramos de Azevedo.

No tópico 3.1.1 será apresentado o período em que a Casa das Rosas foi desapropriada e reaberta como uma galeria de arte, logo após sua restauração, no ano de 1991. O intuito deste subitem é mostrar quais exposições foram realizadas desde a inauguração dela até seu fechamento e reabertura em 2004 como Museu Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura.

Ao traçar os usos e apropriações do casarão entre os anos de 1985 e 2004, se torna possível observar as atividades e seus valores em cada época e problematizar essas funções, pois muitas das decisões tomadas pelos órgãos responsáveis por este bem, seja o CONDEPHAAT ou a própria Secretaria de Estado de Cultura, dialogavam com as questões latentes em cada uma dessas décadas.

Por fim, o tópico 3.2 consiste na realização de uma reflexão acerca da musealização da Casa das Rosas, buscando compreender os motivos pelos quais naquele contexto a Secretaria de Estado de Cultura optou por descontinuar a utilização do casarão como galeria, e o que o termo “museu” e, principalmente “museu-casa” significam quando relacionados aos objetivos e diretrizes da instituição, e sua relação com o espaço em que se situa, com os diversos públicos que podem acessar o acervo e com a reinterpretação da história da casa, das coleções do escritor Haroldo de Campos e da cidade de São Paulo.

### **3.1 Processo de tombamento e restauração da Casa das Rosas**

Como mencionado anteriormente, muitas demolições ocorridas na década de 1980 se deram por fatores relacionados à distorção, por parte da mídia, de informações e ofícios emitidos pelos órgãos responsáveis pela preservação dos bens culturais. No ano de 1982, a Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, em conjunto com o CONDEPHAAT, abriu o processo de n.º 22104/1982 de estudos de potencial para tombamento de uma série de edifícios de caráter residencial na Avenida Paulista.

Após o despacho do primeiro documento, houve a emissão do Ofício SE-506/82, determinando o estudo da possibilidade de tombamento desses bens que seriam analisados, e após a deliberação do Conselho poderiam ser propostos os processos de tombamento ou a documentação fotográfica dessas residências, sem a intenção de promover a abertura do processo. Intervenções como reformas ou destruição dos imóveis deveriam ser precedidas da autorização das autoridades do CONDEPHAAT.

O ofício seguinte, SE-570/82, que seria enviado aos proprietários das residências, se tratava de um documento explicativo acerca do intuito dessas vistorias. Na justificativa constavam dados como o interesse nos casarões por conta importância da Avenida Paulista para o desenvolvimento econômico e urbano de São Paulo. Este ofício previa dois passos fundamentais: 1) a documentação fotográfica, histórica e arquitetônica de todos os imóveis listados, sendo que destes, seriam liberados do processo em até 30 dias caso não tivessem maior significado relativo à implantação da Avenida; 2) A continuidade dos estudos ocorreria caso houvesse alto interesse cultural em exemplares específicos ao longo do espigão da Avenida.

Nesse primeiro momento de vistorias - após as primeiras destruições mencionadas no tópico 2.3 - o imóvel residencial de número 37, espólio de Lúcia Azevedo Dias de Castro, foi definido como: uma residência de dois pavimentos e mansardas, num estilo que se pode chamar de renascença francesa, sem alterações externas e com boa parte dos jardins originais. Já na folha de informações rubricada de n.º15, se encontra o parecer de Antonio Luiz Dias de Andrade, Eduardo Kneese de Melo e Eduardo Corona, que discorria sobre o valor histórico agregado à Paulista e suas construções, e que a perda gradual dessas edificações representava uma perda do conjunto arquitetônico, como era o caso das residências de Horacio Sabino (projeto de Victor Dubugras) e da casa da família Thiollier. Sendo assim, o parecer reforçava a importância de se identificar as obras que ainda guardavam valores que justificassem a adoção de medidas legais que assegurassem sua preservação, e propondo a investigação das seguintes: a residência de n.º 1919 pertencente a Raphael Franco de Mello; o Grupo Escolar Rodrigues Alves e a residência n.º37.

A folha de número 19 do processo mostra a síntese da decisão tomada na reunião do Egrégio Colegiado após o posicionamento sobre o valor histórico dos imóveis da Avenida Paulista. Neste documento se torna oficial o interesse em realizar o tombamento da edificação n.º 37, listando como prioridades o envio de um ofício notificando os interessados a respeito do início do tombamento e a elaboração de uma

resolução do processo. No dia 10 de agosto de 1982, no entanto, foi apresentado um recurso do proprietário sendo contrário ao tombamento, o que fez com que na semana seguinte se realizasse uma reunião no CONDEPHAAT, na qual o Colegiado decidiu por unanimidade dar continuidade aos estudos, e solicitaram-se com urgência os tombamentos dos imóveis de números 37, 227 e 1919 à Secretaria de Cultura.

O despacho ocorreu no dia 09 de setembro de 1982, sendo expedido no ofício SE 923/82 através de aviso de recebimento (AR), havendo recusa do destinatário. Diante do ocorrido, foram realizados estudos que seriam anexados como pareceres ao processo, como justificativa ao ato de tombamento – estes, foram contestados posteriormente por Ernesto Dias de Castro Filho e seu advogado – sendo o primeiro deles assinado por Mário Savelli, Helena Saia e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, como consta na folha de n.º 36. O presente documento enfatiza que o espólio de Lúcia Azevedo Dias de Castro possui uma construção atípica em relação aos padrões da Avenida Paulista, e que sua construção tardia representa traços da história da própria cidade de São Paulo e sua urbanização, e que mesmo cientes de que o direito sobre o aproveitamento do terreno por parte dos proprietários era assegurado pela Lei Municipal de 1968 que estabelecia compensações para quem havia doado parte da faixa dos terrenos para o alargamento da Avenida, o CONDEPHAAT ainda mantinha seu interesse em preservar a residência e seu entorno devido à sua significação documental.

A realização de novas vistorias foi aprovada de forma unânime pelos membros do Conselho do CONDEPHHAAT, e o arquiteto José Guilherme foi recomendado para integrar a Comissão de Vistorias que atuaria no reconhecimento das residências localizadas na Avenida Paulista, complementando as instruções do processo e da realização dos estudos necessários para a resolução dele.

Entre as folhas 44 e 74, consta um artigo/estudo elaborado pela historiadora Maria Luiza Tucci, que foi enumerado somente após a solicitação de ordenamento do processo em julho de 1985. O artigo se chama “A Avenida Paulista”, e foi anexado com o intuito de apresentar a história da construção dos casarões e dos prédios na região. O ponto que mais foi discutido em outros documentos presentes no decorrer do processo, é a conclusão do artigo que diz que entre os edifícios “erguem-se ainda alguns casarões representativos do ciclo do café e da presença do imigrante”, e não têm sua importância apenas pela arquitetura, mas pelo fato de lembrarem a

urbanização e o crescimento da cidade, documentando a ocupação da avenida e seus primeiros períodos de efetivação.

Os próximos documentos anexados ao processo estão respectivamente entre as páginas 75 e 77, e 78 e 86. O primeiro consiste em uma breve referência ao artigo “Tristes Trópicos” escrito por Levi-Strauss, com intuito de mostrar que as expressões culturais de São Paulo parecem não amadurecer, e tendem a se tornar prematuramente ultrapassadas. Fica marcada tanto em Nova Iorque quanto em São Paulo (grandes cidades) a falta de vestígios, pois a ausência de elementos arquitetônicos de épocas específicas seria a representação do atraso nesses locais, estabelecendo uma comparação com os países europeus que buscam eleger alguns elementos para marcar as passagens dos séculos a fim de promover a cultura. O segundo artigo, escrito pela historiadora Sheila Schwarzman, se chama “A Casa” e tem o intuito de mostrar que a preservação de diferentes exemplares na avenida seria importante para se comunicar através desses elementos a história da evolução da cidade, do estado de São Paulo, dos barões do café, da opulência dos imigrantes, do desenvolvimento urbano e do reinado do capital financeiro estrangeiro. O uso dos documentos no processo, que de início não foram enumerados, foi autorizado por Antônio Augusto Arantes no dia 13 de agosto de 1984.

No dia 26 de setembro de 1984, Judith Monari aprova a complementação dos estudos elaborados pelo Serviço Técnico de Conservação e Restauro (STCR) relativos à instrução do processo referente às documentações arquitetônica e fotográfica que foi solicitada por Helena Saia. Entre as folhas 97 e 105 se encontra o documento de “Crítica Arquitetônica” que busca explicar o interesse no tombamento dos imóveis da Avenida Paulista que haviam sido selecionados por sua natureza arquitetônica e pelos fatores históricos atrelados aos elementos presentes nas construções. Na folha 106 o parecer do CONDEPHAAT respalda a justificativa de preservação do imóvel de n.º37, julgando-a suficiente para sanar as dúvidas colocadas pelo proprietário do casarão, que se opôs ao tombamento por afirmar que a residência havia sido construída recentemente e era atípica em relação aos antigos casarões da Paulista.

No dia 17 de janeiro de 1985, um novo documento passa a preencher o processo, sendo ele um ato de impugnação que veio por meio de um requerimento de Ernesto Dias de Castro Filho que foi elaborado em conjunto com seus advogados. Nesse requerimento constam quinze afirmações contrárias ao tombamento da

residência, sendo os mais expressivos: 1- o apontamento do caos processual e da dificuldade de se compreender os documentos; 2- a multiplicidade de autuações, a quantidade de folhas repetidas e a quantidade de artigos que não tinham numeração alguma ou até mesmo não constavam dentro do processo – mas afetavam as decisões tomadas- , sendo eles: a) o artigo escrito por Maria Luiza Tucci, “história da Avenida Paulista”; b) o voto da conselheira Helena Saia recomendando a complementação dos estudos a respeito das documentações arquitetônica e fotográfica, feito no dia 26 de setembro de 1984; c) o encaminhamento do processo de tombamento para análise judicial no dia 15 de outubro de 1984; e) o encaminhamento no dia 30 de outubro à Consultoria Jurídica, e em 5 de novembro à procuradora Teresa Sena da Silva; f) a falta de posicionamento do CONDEPHAAT sobre o mérito do tombamento nos termos do artigo 143 sobre a área tombada e seu entorno; 6- Muitas informações apresentadas eram inexatas, e o casarão não havia sido construído enquanto o arquiteto Ramos de Azevedo estava vivo, então não deveria ser atrelado ao nome do mesmo segundo Ernesto Dias de Castro Filho; 9- Apenas o Secretário da Cultura poderia deliberar e decidir o tombamento; pontos 12 e 13- afirma que desde as folhas 45 à 78 em nada colaboram com o argumento utilizado para justificar o tombamento, e que seriam documentos com muitas contradições conceituais; 14- o documento de Sheila Schvarzman parecia apenas uma declaração “de um espírito europeu apaixonado”, e em nada contribuía com o processo, pois Levi-Strauss não tinha relação alguma com a história da casa ou mesmo de Ramos de Azevedo; 15- as folhas 106 e 107 têm alguns pontos relevantes, mas outros elementos aleatórios como descrições físicas da casa que não justificam o tombamento do imóvel.

Nas próximas dez folhas ainda consta um documento de impugnação, se opondo ao processo de tombamento. A resposta da Secretaria do Estado de Cultura veio no parecer anexado no dia 26 de março de 1985, que afirma que o processo não poderia ser interrompido e que o pedido de ordenação dos papéis seria atendido rapidamente.

O Primeiro Cartório de Registro de Imóveis de Comarca da Capital do Estado de São Paulo disponibilizou um documento no qual constava a transcrição n.º46774 realizada no dia 23 de maio de 1957. A transcrição se trata de uma partilha do terreno feita por Lúcia Azevedo Dias de Castro, sendo uma parte destinada à sua filha Laura de Azevedo Castro Martins e cerca de três quartos incluindo a área onde está

localizada a Casa das Rosas para Lúcia, que foi passada para Ernesto Dias de Castro Filho.

No dia 20 de maio de 1985 é acrescentado o documento no processo, em resposta ao último parecer e ao pedido de desmembramento apresentado pelo Cartório, afirmando que foi homologada a partilha do terreno. Segundo Ana Ciccacio (2013, p.82) antes de falecer, Laura havia doado sua parte a três instituições de caridade – Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, Fundação Prudente e Cruzada Pró-Infância- assim como pontuado no parecer em questão. O documento também mostra que no dia 15 de outubro de 1984, a conselheira Helena Saia determinou que a residência n.º37 seria tombada *in totum*<sup>34</sup> sob os pontos de vista arquitetônico e urbanístico, o que seria revisado devido ao pedido de desmembramento. Além disso, todo o processo foi reordenado e devidamente enumerado, atendendo à solicitação do requerente, porém, a Consultoria Jurídica não aceitou a defesa oral de Ernesto Dias de Castro Filho e manteve o processo de tombamento.

Como é possível observar na folha 175, há um parecer escrito por Ulpiano Bezerra de Meneses – conselheiro do CONDEPHAAT na época - no dia 30 de julho de 1985, que discute sobre a contestação do proprietário do imóvel de número 37. Neste parecer, o conselheiro comenta que no ato de impugnação foram apontados erros nos estudos elaborados pelo STCR que de fato deveriam ser corrigidos como: a atribuição do projeto da residência a Ramos de Azevedo; a alusão da casa à época dos barões do café e até mesmo a menção de uma quadra de tênis inexistente.

Outros pontos levantados no requerimento de Ernesto, que foram justificados nesse parecer são as relações estabelecidas entre o casarão e a imigração no estado de São Paulo, assim como a descaracterização do estilo *renaissance* eclético. O conselheiro chama atenção para o fato de que personagens e eventos históricos não devem ser cristalizados dramaticamente, pois representam processos históricos de forma indireta. As forças atuantes na sociedade paulista no período em que o casarão foi construído, criaram determinadas pressões e condições para que houvesse uma produção do espaço urbano da Avenida Paulista.

Desde a primeira intervenção de Ulpiano no processo – na folha 36- foi reiterado pelo mesmo que o interesse na preservação desta e de outras residências e bens arquitetônicos era público com base no valor histórico dessas edificações. No caso da

---

<sup>34</sup> Por completo, incluindo a residência e o restante do terreno.

Casa das Rosas, o maior interesse estava na preservação de seu fato urbanístico, pois representava um modelo de vida urbana moderno e de inspiração europeia. Nas palavras do conselheiro não se tratava apenas de um mérito arquitetônico, e sim de como a “macaqueação” do estilo *renaissance* eclético é um conteúdo do processo histórico mencionado, isto é, representa um comportamento da sociedade paulista que é preciso registrar.

Após o posicionamento do CONDEPHAAT, foi anexado mais um documento ao processo, presente na folha de número 178, se tratando de uma solicitação de remembramento e construção de um edifício nos fundos do terreno. Por meio do ofício n.º 417/85/SEMPA.0, o proprietário da residência pediu permissão para a Secretaria Municipal de Planejamento da Secretaria da Cultura a transferência de potencial construtivo do terreno, destinando a parte da frente para o tombamento da casa, e a parte dos fundos para a construção de um edifício com fins comerciais.

A Lei Municipal de n.º 9725 de 1984 assegurava o direito de se transferir total ou parcialmente o potencial construtivo de um terreno cuja residência estivesse classificada como uma zona voltada para reserva/preservação. O documento enviado para solicitar o desmembramento consiste em uma listagem de motivos que justificariam essa medida, e propondo um acordo entre o proprietário e os órgãos responsáveis pela preservação do casarão. Um dos pontos mais expressivos foi o fato de se colocar a proposta de utilização da residência e seus jardins para atividades culturais, e o estabelecimento de um limite nas dimensões do edifício que seria construído nos fundos. Na folha 210 há um documento de autorização no qual consta que não havia motivos para oposição do CONDEPHAAT, já que a casa seria utilizada para fins culturais.

O pedido de desmembramento das partes do terreno e de construção de um prédio que seria voltado para os empreendimentos da família foram acompanhados por um projeto que foi submetido ao CONDEPHAAT em 1985 pelo empreendedor imobiliário Mário Pimenta Camargo, e pelo arquiteto Júlio Neves. A resolução do processo de tombamento se deu com o documento n.º 57 do dia 22 de outubro de 1985, inscrito no Livro do Tombo Histórico pelo número 241, p. 65, no dia 21 de janeiro de 1987 sob a justificativa de ser um bem cultural arquitetônico-urbanístico.

De acordo com Elisa Prado de Assis (2012, p. 127), após o lote ser desmembrado, o quintal da residência pertencia à três entidades (citadas anteriormente) que concordaram com a venda à Construtora Júlio Neves. No ano de

1986 o órgão responsável pela tutela do bem tombado autorizou o projeto de construção de um prédio comercial, desde que a casa não fosse demolida e que fosse restaurada pelos responsáveis pela construção do edifício. Na aquisição da propriedade, segundo o levantamento feito por Ana Ciccacio (2013, p.83) foram desembolsados cerca de 13 milhões de dólares<sup>35</sup> para a construção da torre de vinte andares que foi levantada nos fundos da propriedade, que recebeu o nome de Edifício Parque Cultural Paulista, que tem entrada pela Avenida Paulista e pela alameda Santos.

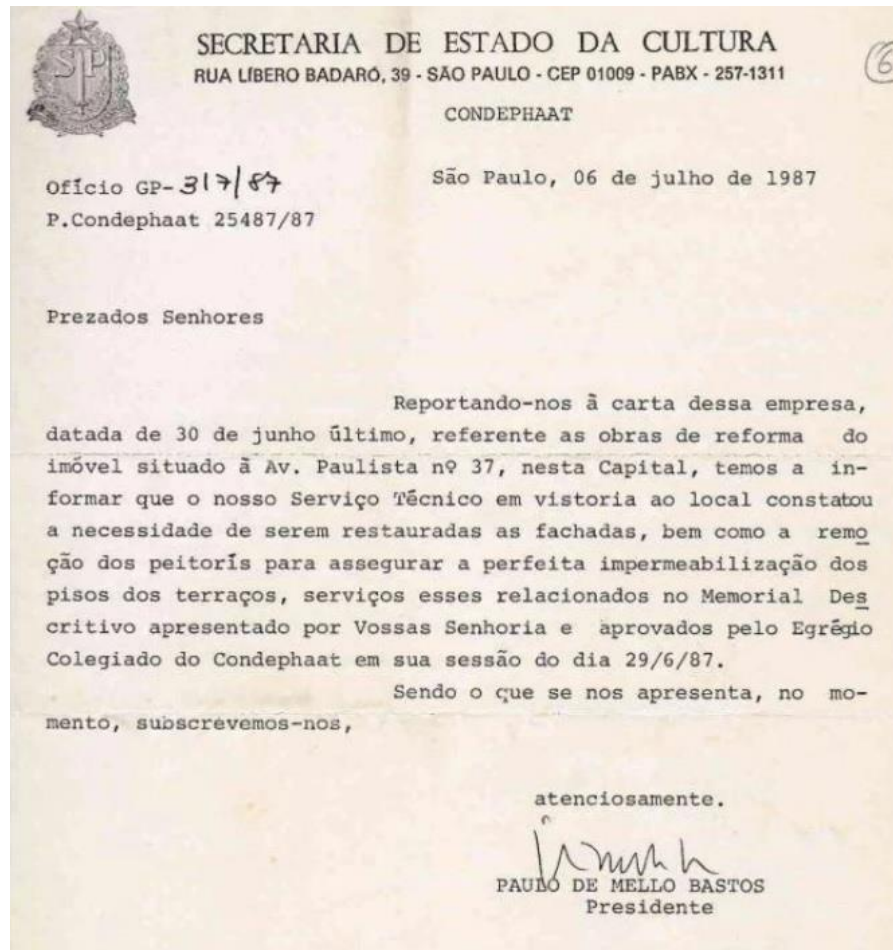
As condições estabelecidas para autorizar a construção do prédio levavam em consideração as condições de manutenção e visibilidade do bem de valor histórico, e o CONDEPHAAT exigiu que fosse construído sobre um pilotis com elevação de dez metros que não obstruísse a visão e a circulação para a Casa das Rosas. O prédio possui também cinco andares de subsolo para estacionamento, e as paredes laterais do prédio foram projetadas por Burle Marx, contando com mosaicos e floreiras suspensas (CICCACIO, 2013, p.83).

---

<sup>35</sup> Apuração feita a partir dos orçamentos de portais de notícia da época. No livro “O jardim das resistências : uma história da Casa das Rosas”, Ana Ciccacio comenta que em entrevista, o arquiteto Júlio Neves e seu filho se recusaram a confirmar os valores.



**Figura 12 – Solicitação de restauração (1987)**



Fonte: Alberto Barth, 2019

É possível observar na Figura 12 que o CONDEPHAAT estabeleceu alguns parâmetros que deveriam ser seguidos na restauração da residência, que foram respeitados e aplicados no projeto. Além disso, nas figuras 13 e 14, que placas foram colocadas em frente ao imóvel, a fim de sinalizar que a restauração estava sob os cuidados da construtora Júlio Neves, que restaurou a fachada e cuidou de detalhes estruturais, como a substituição do piso, que foi trocado.

**Figura 13** – Fachada durante as obras (1987)



Fonte: Alberto Barth, 2019

A reforma foi realizada tanto dentro quanto fora da residência, ao mesmo tempo em que se iniciaram as obras do Edifício Parque Paulista nos fundos da propriedade. Vale ressaltar que a troca de elementos arquitetônicos como as pastilhas presentes no piso serviu para facilitar a impermeabilização e reformas que ajudariam na manutenção da residência a longo prazo, assim como solicitado pelo CONDEPHAAT.

**Figura 14** – Restauração do piso (1987)



Fonte: Alberto Barth, 2019

No ano de 1987 se iniciam as reformas da residência, a cargo de Cristina Barros e Alberto Barth – sócios da Construtora Barros – assessorados pelo arquiteto Carlos Lemos. A reforma foi feita tanto externa, quanto internamente. Foram reformados a edícula, os jardins, caramanchão e estufa (ASSIS, 2012, p.128), além da recuperação das instalações elétrica e hidráulica. Como pode ser observado na figura apresentada, foram solicitados alguns critérios para que a restauração fosse autorizada, sendo eles: a restauração da fachada e a remoção dos peitoris a fim de se realizar uma “perfeita impermeabilização dos pisos dos terraços”.

O próximo passo tomado pelo governo do estado foi a desapropriação da Casa das Rosas no ano de 1991, após ser completada a restauração da residência e a construção do Parque Cultural Paulista. A Casa das Rosas foi integrada ao condomínio do edifício Parque Cultural Paulista, o que cobriu despesas como a manutenção constante dos jardins, integrando o 41º conjunto do condomínio.

Em 11 de março de 1991, quatro dias antes de transmitir o cargo a seu sucessor, o governador Orestes Quéricia e seu secretário da Cultura, Fernando Moraes, inauguraram o mais novo equipamento cultural público da cidade de São Paulo: a Casa das Rosas – Galeria Estadual de Arte [...] Sob a direção do artista plástico Cildo Oliveira, sua missão seria exibir mostras temporárias extraídas do acervo artístico do estado, ou seja, ao visita-la o grande público poderia apreciar obras até então restritas aos palácios e secretarias do governo paulista (CICCACIO, 2013, p.93).

A Casa das Rosas se torna em 1991 uma galeria de artes, e passa a receber diversas exposições temporárias com acervos sob a tutela do estado, com o auxílio de artistas e colecionadores sob a direção de Cildo Oliveira.

### **3.1.1 A Galeria Estadual de Artes**

No ano de inauguração do novo aparato cultural, a Casa das Rosas – Galeria Estadual de Arte, foram realizadas quatro exposições: a primeira foi a exposição “Confrontos”, cuja curadoria realizada por Cildo Oliveira e Radhá Abramo, reuniu cerca de 45 trabalhos de artistas variados; a segunda foi a exposição “Registros e Impressões: Artistas Seminais”(25/06 – 04/08/1991), reunindo gravuras e pinturas de acervos como o da Pinacoteca, da Unicamp, da USP e da Coleção Mindlin; a terceira foi “Cândido Portinari – Desenhos” (21/08 – 06/10/1991) e a quarta foi “Louçaria Histórica e Artística do Acervo do Palácio do Governo”(22/10 – 08/12/1991) com curadoria de Radhá Abramo.

No ano seguinte, o diretor realizou mais duas exposições, sendo elas “Cem Anos Paulista”(11/12/1991 – 26/01/1992) e “Aldemir Martins” (26/05 – 26/06/1992) que foi organizada em comemoração aos 70 anos do artista, que selecionou por conta própria as obras que seriam expostas. Após esta exposição, Cláudio Tozzi assume a direção da Galeria, e passa a buscar novos integrantes para a equipe. Tozzi entra em contato com o curador Nelson Aguilar, com o montador de exposições Hiromu Kinoshita (responsável pela pelas montagens de exposições da Pinacoteca) e buscou abrir mais exposições durante o ano (CICCACIO, 2013, p.96).

A matéria apresentada na figura 15 se trata de uma divulgação da exposição “Cândido Portinari – Desenhos”, e fala sobre a inserção da Casa das Rosas no circuito de exposições artísticas e da importância da valorização mútua entre instituições. O acervo exposto se tratava de uma seleção de peças emprestadas pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, pelo Unibanco, pelo Banespa e pelo colecionador e consultor de artes Ralph Camargo.

Figura 15 – Notícia de divulgação da exposição “Cândido Portinari – Desenhos”

6 ○ sexta-feira, 23/8/91

# Exposição reúne 42 desenhos do genial Portinari

ROBERTO COMODO

**S**ÃO PAULO — Uma inusitada exposição de obras de Cândido Portinari, o artista que pintou criticamente o Brasil e se tornou o mais conhecido e mais valorizado pintor brasileiro no exterior, mostra uma série de 42 desenhos feitos pelo artista de 1933 até sua morte, em 1962. A mostra, inaugurada na noite de quarta-feira na **Casa das Rosas**, uma antiga mansão na Avenida Paulista que abriga a Galeria Estadual de Arte, é uma rara retrospectiva dos desenhos de Portinari, com obras importantes, como os estudos para *Guerra e paz*, o enorme painel do prédio da ONU, em Nova Iorque, e os quatro desenhos que serviram de base para o painel do prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro.

A exposição reúne obras de Portinari pertencentes aos acervos da Pinacoteca do Estado de São Paulo, do Unibanco, do Banespa e da coleção particular do *ex-marchand* e atual consultor de artes Ralph Camargo. E pode ser vista como uma retrospectiva porque, com exceção de uma obra, todo esse rico acervo em desenho de Portinari pertence a Ralph Camargo, que em 1987 vendeu 14 obras para o Unibanco e 13 para Pinacoteca estadual. “Juntamos tudo de novo, agora, e deu um casamento perfeito”, diz Camargo. “A mostra tem uma unidade, uma mesma ótica na escolha dos desenhos.”

A última retrospectiva dos desenhos do artista, *25 anos sem Portinari*, foi feita em 1987, pelo próprio Ralph Camargo, no Rio. “Estamos antecipando as homenagens pelos 30 anos de sua morte, previstas para o ano que vem”, explica Cildo Oliveira, o diretor da galeria. O traço criativo de Portinari pode ser visto desde 1933, com o desenho

em *crayon Baiana*, até a sua última obra em grafite, *Índia Carajá*, de 1962. Nesse trajeto merecem destaque as peças em carvão sobre papel, como *Cabeça de menina*, realizada em 1936; a impactante série que serviu de base para o painel do Ministério de Educação, composta entre 1936 a 1944; desenhos em *crayon* e grafite, como *Anjinho*, de 1951; e *Mulher com menino morto*, *crayon* colorido com grafite e pastel, elaborado entre 1952 e 1955.

“O primeiro impulso criativo do artista é o desenho, que embasa e vai mostrar depois a sua genialidade”, aponta Ralph Camargo, lembrando também que Portinari, impedido de usar tintas por razões de saúde, a partir da década de 50 extravazou grande parte de sua invenção, como a série *Dom Quixote*, no desenho. Para complementar a exposição paulista, Ralph Camargo abriu seu baú de colecionador e trouxe também mais de 100 quilos de raros manuscritos, documentos, catálogos e capas de livros do artista, expostos ao público pela primeira vez.

“Tenho mais ciúmes desse material inédito do que dos desenhos dele”, diz o colecionador. Entre as raridades figuram o catálogo do primeiro *vernissage* do pintor, em 1929, no Palace Hotel, do Rio, com um prefácio do modernista Ronald de Carvalho, e as ilustrações originais para a capa do romance *Terra da promessa*, do francês André Malraux, encomendadas pela editora Gallimard, de Paris. Há ainda fotos, livros e teses sobre Portinari e catálogos de mostras famosas, realizadas em Londres e Paris, além de um catálogo recente, de 1988, da famosa casa de leilões Christie's, de Nova Iorque, no qual o crítico Portinari figura como o grande pintor da América Latina.

Durante o período em que Tozzi dirigiu a Casa das Rosas, as exposições realizadas no local se voltaram muito ao colecionismo e às mostras de acervos privados de artistas da cidade de São Paulo. A primeira exposição foi inaugurada em setembro de 1992 e teve o nome “Frida (Baranek), Ivens (Machado), Nuno (Ramos) e (Angelo) Venosa – Quatro Artistas da Coleção Marcantonio Vilaça” que reuniu trabalhos de todos estes artistas. Entre as mostras de coleções estavam as exposições dos trabalhos de Geraldo de Barros (1923 – 1998), gravador e designer; Aldemir Martins (1922 – 2006), artista plástico e Maurício Nogueira Lima (1930 – 1999), artista visual, professor, arquiteto e desenhista.

Ainda em 1993, Ricardo Ohtake assume a Secretaria de Estado da Cultura e passa a direção da Casa das Rosas para o arquiteto e designer gráfico Carlos Perrone, que permanece no cargo até 1994. A exaltação das coleções privadas dá lugar às coleções e acervos de museus. Como pontua Ana Ciccacio (2013, p.98), a Casa das Rosas já havia se consolidado como um espaço de arte na Avenida Paulista, se integrando no circuito cultural local que compreendia instituições como o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), o Itaú Cultural, o Centro Cultural da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Sesc Paulista, a Livraria Cultura, os cinemas e outros aparatos presentes no espigão.

Durante a gestão de Perrone houve uma exposição que recebeu certo destaque no levantamento feito por Ciccacio (2013, p.98) cujo título foi “Virando o Vinte – Cotidiano, Imaginário, Política, São Paulo, 1870-1910”, que ficou em cartaz do dia 23 de novembro de 1994 a janeiro de 1995. A exposição produzida com o auxílio da historiadora Lilia Moritz Schwarcz apresentava fotografias, itens cenográficos e elementos que faziam referência à cidade de São Paulo no período datado, e seu cenário cultural.

Em janeiro de 1995, durante o mandato de Mário Covas, Marcos Mendonça assumiu a Secretaria de Estado da Cultura, e convidou o artista José Roberto Aguilar para assumir a direção da Casa das Rosas, que assume o cargo até o ano de 2003. A proposta dessa nova equipe que se formou sob a direção de Aguilar era de transformar as exposições da Galeria em mostras interdisciplinares que instigassem a participação e engajamento dos visitantes.

Além de buscar novos meios de estabelecer uma comunicação mais engajada com o público, a equipe da Galeria buscava realizar exposições mais dinâmicas, contando com instalações e com uma intensa veiculação na imprensa a respeito das

exposições que seriam realizadas. Foi criado o periódico “*United Artists*”, que reunia em cada edição um conjunto de obras de diversos artistas, sendo eles *performers*, artistas plásticos, poetas, escritores, músicos, escultores etc.

Duas exposições feitas no ano de 1996 podem ser destacadas, sendo elas: “O Mundo de Mário Schenberg (1914 – 1990), aberta ao público de 27 de março de 1996 a 16 de junho do mesmo ano, reunindo diversas homenagens ao físico e crítico de artes, incluindo performances gravadas em dispositivos eletrônicos. A outra exposição se trata de “Desexp(1)os(ign)ição”, feita em comemoração aos quarenta anos desde a primeira exposição de Arte Concreta feita no país (apresentada no ano de 1956 no Museu de Arte Moderna de São Paulo), contando com homenagens a Augusto de Campos por meio de músicas e performances feitas por Zé Netto e Cid Campos, e homenagens a Haroldo de Campos<sup>36</sup>, realizadas por meio de telas pintadas por Marco Giannotti, poemas de Décio Pignatari e músicas de Arnaldo Antunes.

Houve uma certa polêmica ligada a esta segunda exposição, pois cinco painéis de artistas variados foram projetados na fachada do Edifício Parque Cultural Paulista, o que gerou desconforto e protestos dos proprietários dos escritórios. Na época, a projeção dependia da instalação manual de cada parte destes painéis, e foi necessário que a equipe entrasse nos escritórios para efetuar a instalação de peças de feltro pretas nas janelas (CICCACIO, 2013, p.103). Após muitos diálogos, os condôminos se mostraram favoráveis à realização das projeções, e permitiram a entrada da equipe da Casa das Rosas. Tal instalação, como pontuado pela autora, garantiu à casa das Rosas uma fotografia do painel de Mauricio Nogueira Lima na primeira página da *Folha de São Paulo*.

Em 1997 foi realizada a exposição “BitFoto”, que entrou em cartaz de forma virtual, contando com a participação de 17 fotógrafos (incluindo o próprio diretor da galeria), e posteriormente a exposição “Arte Suporte Computador”, além da abertura de um espaço de convivência instalado na edícula do casarão. No ano seguinte, ainda foram elaboradas mais exposições virtuais, que podiam ser acessadas por monitores instalados na Casa.

---

<sup>36</sup> Cabe aqui, o destaque da participação do escritor Haroldo de Campos, que atuou na promoção de exposições culturais em São Paulo na década de 1990. As relações entre Haroldo e a Casa das Rosas se estreitaram nesse período, o que motivou a doação de seu acervo bibliográfico para a instituição no ano de 2003.

Muitas das inovações no que diz respeito às dinâmicas constantes que foram realizadas na Galeria se deram graças à pluralidade de ideias trazidas pelos membros da equipe que, como pontuado por Ciccacio (2013, p.106), foi coordenada por Márcia Azevedo. Ilo Zemma Codognotto e sua esposa Fernanda Mokdessi Avada entraram na equipe como monitores, e Ilo permaneceu por mais tempo, participando inclusive da criação do *website* da Casa das Rosas e de uma emissora de rádio junto com Yugo Tanaka. Ilo também criou o projeto “Segundas Rosas Feiras”, que foi um programa de incentivo a artistas iniciantes, que se baseava em encontros que eram feitos na garagem da residência nas noites de segundas-feiras. A partir desse projeto muitos artistas começaram a expor suas obras, incluindo peças teatrais, músicas, danças, poemas, livros, performances e outras produções.

Em 1999 houve uma exposição chamada “Imanência – Caixas do Ser”, que consistiu no confinamento de oito artistas nos cômodos da casa por 15 dias, que podiam ser acompanhados pelo público. Em 2000 houve uma mostra chamada “Rosa Rosa – Emblemas e Movimentos” com interpretações de nove artistas sobre a obra de João Guimarães Rosa, Grande sertão: veredas. Em 2001 a exposição “Arco das Rosas, o Marchand como Curador”, trouxe à casa das Rosas um circuito de artistas que passaram por diversas galerias de arte em São Paulo. No ano seguinte, em 2002, foi realizada a exposição “Rendam-se os terráqueos!”, que reuniu 14 grafiteiros que trabalharam na década de 1980 com iconografias de protesto contra a ditadura, e fim do mesmo ano ocorreu mais uma exposição com o título “Ópera-Aberta, Celebração”, trazendo obras de cerca de duzentos artistas em comemoração aos oito anos da gestão do diretor Aguilar, que trouxe aproximadamente “2 mil artistas que exibiram obras de arte visual, música, artes cênicas, dança, videoarte, poesia e *web arte* na Casa das Rosas ao longo desses anos”(CICCACIO, 2013, p.108).

### **3.2 Ressonância das políticas culturais no processo de musealização da Casa das Rosas**

Como apresentado anteriormente, a Casa das Rosas foi tombada no ano de 1985 e passou por reformas entre os anos de 1986 e 1991, quando foi desapropriada e aberta como uma galeria de artes. No ano de 1988 foi escrita uma definição de “Cultura” na Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 216 que abarcava:



I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

No ano seguinte, no artigo n.º 260 da Constituição Estadual de São Paulo, fica instituído que o patrimônio cultural estadual seria integrado por bens de caráter material e imaterial, replicando a citação de todos os itens listados anteriormente na Constituição Federal acrescentando à lista os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. No artigo seguinte, de n.º 261, o CONDEPHAAT é citado nominalmente, e caracterizado como o órgão responsável pela pesquisa, identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural paulista.

A abertura da Casa das Rosas como uma galeria pode ser analisada como uma condição sintomática de um período de popularização da figura do “curador” de exposições de galerias e museus. Muitas das características elencadas nas constituições de âmbitos federal e estadual foram divulgadas por meio da realização de exposições em instituições de salvaguarda de acervos e coleções variadas. Como citado no subitem 3.1.1, durante o primeiro ano de funcionamento da Casa das Rosas – Galeria Estadual de Arte, houve uma preocupação por parte da direção em divulgar coleções privadas e, no ano de 1993 se iniciam parcerias com museus, e novas exposições foram realizadas com estes acervos, gerando diálogos entre diferentes instituições e a comunidade.

Segundo Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p.61) a maneira como os órgãos responsáveis por registrar e preservar os bens patrimoniais do Brasil, desde 1937 com a criação do Sphan, poderia ser analisada como uma articulação de discursos que consiste na seleção de elementos estrangeiros passíveis de tombamento, a fim de formar uma imagem positivista a respeito das edificações. Para a autora:

A limitação, durante mais de sessenta anos, dos instrumentos disponíveis de acautelamento, teve como consequência produzir uma compreensão restritiva do termo “preservação”, que costuma ser entendido exclusivamente como tombamento. Tal situação veio reforçar a ideia de que as políticas de patrimônio são intrinsecamente conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios adotados para o tombamento terminam por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes (FONSECA, 2003, p. 61).

Por um lado, essa questão foi parcialmente superada no objeto de estudo em questão, por conta da ampliação das atividades após a desapropriação da edificação e funcionamento dela com fins expositivos, por outro, naquele contexto a figura do curador consistia no profissional responsável por mobilizar coleções e acervos. Como pontuado por Andreas Huysen (1994, p.42) as bandeiras e cartazes afixados em frente aos museus e galerias a partir da década de 1980, indicavam uma aproximação com as feiras populares e com a cultura de massa, de tal modo que os próprios museus foram pressionados a servir à indústria de turismo e trazer seus benefícios à economia urbana.

O diretor e curador da Casa das Rosas a partir do ano 1995, José Roberto Aguilar, seguindo as tendências da época chegou a realizar entre quatro e cinco exposições anuais de curta duração. De acordo com Leonardo Costa (et. al, 2012, p.2) em 1986 é criada a Lei Sarney, de n.º7.505/86, que posteriormente foi transformada na Lei Rouanet no ano de 1991 (n.º8.313/91). Em 1995 houve uma inovação na legislação brasileira com o reconhecimento legal do trabalho de intermediação de projetos culturais quando é publicada a cartilha “Cultura é um bom negócio” (MINC,1995). Apesar de liberar verba para as instituições de salvaguarda de acervo e de promoção da memória e providenciar renúncias fiscais aos investidores, em termos de política e gestão cultural, o governo buscava minimizar sua participação e suas responsabilidades para com a cultura (COSTA, 2012, p.3).

A partir de 2003, com a gestão Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC) no início do governo Lula, temos um momento importante de mudança em relação às políticas federais na área da cultura. A prática de balcão do financiamento da cultura, por exemplo, foi sendo mudada para uma política de editais (mesmo que em relação às leis de incentivo pouco tenha mudado). Buscava-se descentralizar os recursos na área da cultura, além de tornar mais público e transparente os processos de tomada de decisão. Mas a sociedade civil estava (e está) preparada para trabalhar com a inscrição de projetos culturais, prevendo planos de ação e orçamentos? (COSTA, 2012, p.3).

Quando a secretária de Estado de Cultura Cláudia Costin completou seu terceiro mês no cargo, nomeada por Geraldo Alckmin, divulgou os novos planos para a Casa das Rosas afirmando que já havia seis outros espaços destinados à arte contemporânea, sendo eles a Pinacoteca, o Museu de Arte Contemporânea (MAC/USP), Paço das Artes, Centro Cultural São Paulo, Centro Cultural Maria Antônia e o Museu da Imagem e do Som (MIS), não sendo necessária a existência de mais uma instituição com a mesma finalidade. De acordo com Ana Ciccacio (2013, p.109)

a decisão de Cláudia Costin motivou protestos e passeatas, organizados por artistas e funcionários, que foram realizados em vão, uma vez que a maioria destes – incluindo Ilo, que foi movido para o MIS – deixaram de fazer parte da equipe do museu.

A nova configuração da Casa das Rosas revelava um caráter mais profundo do que a preservação da residência, o que segundo Nelson Alexis Cayer e Teresa Cristina Scheiner (2021, p.3) mostrava como a transformação da casa histórica em um museu-casa, poderia abranger ainda mais atividades:

Uma casa histórica pode ser nomeada como museu-casa sempre que houver um trabalho e uma função museológica naquele espaço (Ponte, 2007, p. 3). Assim, ao longo do seu processo, uma casa histórica pode se tornar uma “casa musealizada” (Cid Moragas, 2008, p. 11), ou não, dependendo das particularidades de cunho político, econômico, social e cultural do local, ganhando relevância e valor, tanto mais quanto os cidadãos de uma nação tenham interesse pela sua história (PONTE, 2007 apud.CAYER, 2021, p.3).

Ainda no ano de 2003 a Casa das Rosas foi fechada para reformas, e foi reaberta no dia 9 de novembro de 2004, agora com sua vocação artística reorientada para a literatura, tal como foi apresentado por Cláudia Costin, secretária de Estado de Cultura, que visava implantar o modelo de Organização Social (OS) nas gestões de diversas instituições culturais.

Como pontua Ciccacio (2013, p.120), no dia 16 de agosto do mesmo ano o poeta Haroldo de Campos faleceu, três dias antes de completar 74 anos de idade, e que Cláudia Costin havia se pronunciado e comunicado a família do escritor que a Casa das Rosas receberia seu nome quando fosse reaberta. De acordo com a autora, Ivan Campos (professor da Universidade Paulista e neto de Haroldo de campos) foi contatado por duas universidades estrangeiras que demonstraram interesse no acervo bibliográfico de seu avô, sendo elas a Universidade de Yale e a Universidade do Texas, além de instituições como o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, o Instituto Moreira Salles (IMS) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Dentre as instituições que manifestaram seu interesse na coleção de Haroldo de Campos, o IEB propôs apenas a salvaguarda da coleção brasileira reunida pelo poeta; o IMS não possuía espaço o suficiente para abrigar o acervo e disponibilizá-lo para pesquisa e a PUC, *a priori*, apresentava uma proposta satisfatória, mas a equipe optou por não se comprometer com tantas questões burocráticas. Os entraves na transferência do acervo se deram por conta das exigências que foram feitas para que a doação do acervo fosse encaminhada como: o impedimento da fragmentação das

coleções e deveria ser feita uma catalogação que distinguisse os materiais uns dos outros em suas tipologias (entre literatura, história, poesia, tradução etc.).

Ivan e sua mãe entraram em contato com o gabinete da secretária Cláudia Costin para perguntar se a proposta de integração do nome de Haroldo à Casa das Rosas ainda estava de pé, e Costin já havia até mesmo se oferecido para ficar com o acervo caso a PUC não o quisesse. O acervo do escritor, na visão de sua família e na visão de Costin seria muito acessado se estivesse na Casa das Rosas, que fica localizada na Avenida Paulista, e ao mesmo tempo que romperia com a condição anterior de ser uma galeria, proporcionaria uma continuidade no legado da instituição e do autor, que por sua vez possuía muito apego à arte contemporânea (CICCACIO, 2013, p.123).

Ao término da catalogação do acervo, a Secretaria de Estado de Cultura buscou parcerias para que fosse feita a reinauguração da Casa das Rosas, e o poeta Frederico Barbosa foi convidado a dirigir o museu e ajudar a planejar as atividades educativas da instituição. A Casa não tinha móveis, e Frederico era o único funcionário e se viu em uma situação delicada, pois o local nem mesmo tinha móveis (CICCACIO, 2013, p.128). O poeta teve que levar seu próprio computador e conseguiu alguns móveis emprestados, e assim, começou a buscar parcerias por conta própria, conseguindo adquirir cadeiras e lousas para cursos, que foram doadas pelo Itaú Cultural.

O primeiro evento da Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Literatura e Poesia foi uma exposição de desenhos da cidade de São Paulo, realizada em comemoração ao aniversário de 450 anos de sua fundação. Com essa exposição, algumas pessoas se interessaram pela instituição, e a equipe começou a crescer, como é o caso de Mislene Costa de Oliveira Silva que começou a trabalhar no museu de forma voluntária no cargo de recepcionista. O zelador da instituição, Orlando Stross “realizava muitos outros trabalhos como o de porteiro, faxineiro e consertador de torneiras, portas e tomadas” (CICCACIO, 2013, p.129). Outro voluntário foi Donny Correia, que conheceu o museu ao participar de um evento chamado inicialmente de “Poesia Sobremesa” que posteriormente foi nomeado como “Poesia Aperitivo”, que consistia na realização de aulas de 30 minutos sobre poetas.

No dia 18 de abril de 2005 foi assinado um contrato com a Organização Social Abaçai Cultura e Arte, que ficou responsável por gerir as finanças e recursos vindos tanto da Secretaria da Cultura, quanto de investidores externos. Assim como previsto

no plano de gestão divulgado por Cláudia Costin no ano de 2003, a instituição foi transformada em uma OS.

Apesar das dificuldades encontradas no primeiro ano de funcionamento após a reinauguração, o Museu Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura manteve firmes suas diretrizes, sendo elas: 1 – tornar a Casa “museu de si mesma” e conscientizar a população acerca da importância da preservação dos bens históricos e culturais da cidade ; 2 – Apoiar escritores desde o início da formação, promovendo eventos e cursos de capacitação que auxiliem na profissionalização; 3 – Preservar, pesquisar, refletir, documentar e difundir a obra do poeta Haroldo de Campos para pesquisadores. A missão do museu é de “promover a democratização da poesia e literatura, incentivando a leitura e a criação artística” e preservar e problematizar o conjunto de acervos ali abrigados, sendo o casarão tombado e o acervo bibliográfico<sup>37</sup>.

Como observado no tópico 3.1, o processo de tombamento de n.º 22104/82 foi desenvolvido com o auxílio de profissionais de diferentes áreas, sendo eles historiadores, arquitetos e museólogos, que determinaram que o tombamento deveria ser efetivado devido às referências socioculturais que a residência continha em seus traços arquitetônicos e com base no contexto de sua construção. Esses apontamentos, paralelamente à negociação que durou cerca de três anos com o proprietário da residência, mostrou que além de o imóvel ser tombado – sendo devidamente registrado, e tendo sua permanência garantida por meio dos processos de conservação preventiva do CONDEPHAAT, e restauração caso necessário – poderia ampliar ainda mais seus horizontes de representação e relação com a sociedade, assim como solicitado nos documentos enviados por Ernesto Dias de Castro, solicitando a utilização da Casa das Rosas para fins culturais.

Tanto a forma como foi executado o processo de tombamento da Casa das Rosas (com todas as negociações relatadas anteriormente) quanto a permanência dela como uma galeria por pouco mais de uma década, são fatores sintomáticos das épocas em que essas ações e resoluções foram tomadas. Bernard Alexander Lemos Tjabbes (2021, p.11) comenta que a própria noção do conceito de políticas culturais é muito volátil, e que inicialmente era compreendido como um conjunto de ações e

---

<sup>37</sup> As diretrizes e a missão estão listadas na página principal do site da instituição.

programas que tinham o objetivo de satisfazer as demandas da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.

Segundo Néstor García Canclini (2001, p.65 – 66, apud TJABBES, 2021, p.12) as políticas culturais deveriam, naquele momento, se voltar para o desenvolvimento e respaldo simbólicos de determinada ordem ou rumo de transformação social, e apontava que a ampliação da escala de atuação dessas medidas era urgente. Essa forma de enxergar as políticas culturais, na virada do século, é a mesma forma como foi interpretada a gestão da Casa das Rosas naquele momento, que estava em consonância com a visão daqueles que apoiavam medidas puramente mercadológicas relacionadas a elaboração de exposições temporárias e ao fomento das galerias.

Assim como pontuam Celina Kuniyoshi e Ingrid Orlandi Meira (2015, p.3), “os órgãos de preservação, principalmente o IPHAN, estabelecem critérios rígidos na tentativa de manter os traços urbanísticos da cidade” priorizando valores estéticos, e vale questionar se estes órgãos produzem políticas de tombamento, leis de preservação e registros de história e memória suficientes para a garantia da permanência dos bens culturais. Neste caso, a musealização de casas e edifícios tombados sejam valorizados de uma forma dinâmica, não estática, promovendo sua função cultural no tempo presente.

Vale ressaltar que apesar de haver uma coincidência entre o fechamento da Casa das Rosas em 2003 e a aquisição da coleção de Haroldo de Campos, não foi o acervo que determinou a criação do museu. O processo de musealização já estava em curso há anos, o que se confirma com a primeira diretriz em questão, que consiste em transformar a casa “museu de si mesma”. Para que haja a musealização/criação de um museu – aqui entendido como fenômeno - é necessário que se estude a “musealidade”, entendida como o valor documental específico dos objetos, marcado pelas relações entre o ser humano, o espaço, o tempo e a memória (SCHEINER, 2013, p.372). No momento em que Cláudia Costin determinou a criação do museu, estava implícito que o imóvel por si só já seria passível de musealização, ou seja, da subordinação a parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação.

Para os que alinham a museologia às ciências sociais, museu é uma instituição que apreende, ressignifica e rerepresenta as manifestações da natureza e da cultura percebidas e/ou valorizadas como patrimônio, por meio de movimentos de exploração, identificação, preservação,

investigação e comunicação. Esta linha de abordagem deixará de parecer redutora se levarmos em conta que, no âmbito das ciências sociais, é também possível a abordagem fenomenológica. Pensar a museologia como ciência social nos levaria a pensá-la, como propõe Donati (2014), a partir dos 'fatos sociais' - adotando um 'olhar relacional' para o estudo dos objetos aqui identificados: os museus, o patrimônio, a sociedade (SCHEINER, 2013, p.375).

O ponto citado por Teresa Scheiner, também foi discutido por Zbynek Zbyslav Stránský (1926 – 2016), que dizia que a musealização partia de um processo de aquisição da qualidade museal, que poderia ser até mesmo caracterizado como uma tendência humana de universalizar a preservação e ir contra a degradação natural de patrimônios e acervos. O museólogo considerava que o objeto da museologia deveria ser centrado nos fatores que motivam a musealização das coisas e naquilo que de fato condiciona a musealidade e a não-musealidade (BRULON, 2017, p. 413).

Para Moura (2019, p.10) o tombamento da Casa das Rosas esteve relacionado ao fato de ser um dos únicos elementos ecléticos da Avenida Paulista e por estar vinculada a uma busca pela identidade local. Em seu ensaio, o autor faz uma crítica ao fato de esteticamente a residência remeter a um apagamento da memória de migrantes, imigrantes comerciantes e industriais que ajudaram a construir o status social da região nas principais épocas de ocupação da avenida e de seu entorno. Apesar de não ter vivido para ver a edificação pronta, a figura de Ramos de Azevedo foi transfigurada para a casa, influenciando inclusive a construção da memória daquele espaço.

[...]neste período em que o processo de tombamento é aberto, e concluído em 1985, ainda que mudanças significativas ocorreram dentro do órgão de preservação estadual, o CONDEPHAAT, como o caso do tombamento sendo levado a esfera da "proteção ao meio ambiente e, por essa vertente, o patrimônio passaria a ser entendido em sua dimensão urbana, tornando-se instrumento de elevação da qualidade de vida" (RODRIGUES, 1999, pp. 57-58), é possível identificar uma busca pela identidade paulista, em seu passado longínquo nos pareceres emitidos pelos técnicos responsáveis. Assim, o CONDEPHAAT, alinhado às questões da identidade nacional, retomou o discurso que o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) manteve na década de 1930, conforme salienta Paulo Marins (MOURA, 2019, p. 9).

A musealização, que não foi foco da pesquisa citada, se trata de uma abordagem ativa que perpassa três ramificações, sendo elas: o reconhecimento do bem e atribuição de valor ao mesmo; a inserção desse bem em um sistema documental e a disseminação de seus valores científico, cultural e educativo. Em outras palavras, o

objeto do museu seria portador de uma potencialidade reconhecida e explorada para produzir experiências sociais museológicas (BRULON, 2017, p.414).

A análise da concepção de museus-casa literários explicita o potencial que foi encontrado quando se decidiu musealizar a Casa das Rosas, uma vez que a própria residência já seria um elemento central de produção e reflexão a partir das narrativas que poderiam ser discutidas com base em sua própria existência, assim como a Casa do Sol – Instituto Hilda Hilst que apesar de abrigar diversos objetos, tem a casa como principal peça do acervo (BRITTO, 2018, p. 32).

O que se pretende colocar em foco é, portanto, o fato de que antes mesmo de ser inaugurada como um museu, a equipe da Casa das Rosas já realizava exposições e eventos que permitiam que os temas selecionados – quase sempre voltados para as artes plásticas ou para obras literárias - fossem reinterpretados de acordo com o imaginário contemporâneo de forma crítica. Com a aquisição do acervo do poeta Haroldo de Campos, se tornou possível a execução de exposições, projetos, cursos e outras atividades com muito mais praticidade. De acordo com Britto, “o mergulho em aspectos da economia simbólica dos acervos literários se torna um modo de explicitar vinculações hierarquizantes entre a trajetória dos escritores e os registros produzidos, estratégias de vinculações e ocultamento” (2011, p.15), e neste trabalho, o mesmo pode ser dito com relação ao casarão tombado.

Posteriormente à abertura do Museu Casa das Rosas- Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura, houve a inserção da Casa das Rosas na Rede de Museus-Casa Literários de São Paulo, que contribuiu também com a valorização do imóvel tombado por conta da inserção deste no circuito contemporâneo de atividades de cunho literário, que eram realizadas também em outros edifícios tombados como o Museu Casa Guilherme de Almeida (1890-1969)<sup>38</sup> e o Museu Casa Mário de Andrade (1893–1945)<sup>39</sup>. A diferença que é colocada no caso das residências, é o fato de que tanto a Casa Guilherme de Almeida quanto a Casa Mário de Andrade foram instauradas nas respectivas residências dos autores.

---

<sup>38</sup> Inaugurado no ano de 1979, o museu conta com uma coleção de gravuras, desenhos, esculturas, pinturas e um acervo bibliográfico. Há no museu uma hemeroteca e um arquivo bibliográfico, além de manter expostos itens mobiliários escolhidos por Guilherme e sua esposa.

<sup>39</sup> O museu está instalado na antiga residência de Mário de Andrade, e tem em sua exposição permanente objetos pessoais do autor, incluindo móveis da Casa, textos, fotografias e vídeos. Um dos focos do museu é promover debates acerca da gestão e criação de políticas culturais, além de fomentar a pesquisa e a criação literária.



**Figura 16** – Cabeçalho do *site* Museus Casa Literários



Fonte: Captura de tela do autor. Acesso em 10 abr. 2022

É interessante notar que a integração entre os três museus é simbolizada pela imagem das três instituições literalmente unidas por meio da edição de fotografias de suas fachadas. Da esquerda para a direita estão: a Casa Mário de Andrade, a Casa Guilherme de Almeida e a Casa das Rosas.

Neste momento de reestruturação e sistematização das atividades que seriam desenvolvidas no museu, houve tanto uma busca por parte da Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo tanto pela ressonância com a nova forma de se desenvolver as políticas culturais em âmbito nacional, quanto pelas relações com o público, que agora teria acesso a atividades relacionadas a salvaguarda, pesquisa e difusão do acervo do escritor Haroldo de Campos, além de o mesmo ser realizado com relação a estrutura do museu-casa, que recebeu uma exposição permanente chamada “Casa das Rosas: Arquitetura da memória”, com o propósito de dialogar com a história da cidade de São Paulo, sobretudo com a da Avenida Paulista.

O Museu Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura conta com a fusão de elementos que não apenas contam a história da cidade de São Paulo ou do antigo proprietário do acervo bibliográfico presente na instituição, mas que problematizam o patrimônio histórico – cultural e arquitetônico, e incentivam a reflexão e produção intelectual de forma dinâmica em torno destes.

A singularidade da instituição se encontra no fato de o museu preservar e difundir tanto a memória do arquiteto Ramos de Azevedo - que idealizou o projeto da casa que

foi habitada por sua filha Lúcia Ramos de Azevedo e seu genro Ernesto Dias de Castro, e posteriormente pelo filho do casal, Ernesto Dias de Castro Filho – quanto do escritor Haroldo de Campos. Há quem se sinta convidado a conhecer a instituição por conta de seus traços físicos e sua estrutura que contrastam com seu entorno (neste caso, os prédios da Avenida Paulista), assim como há quem frequente a mesma por conta de seu acervo e suas atividades voltadas para a produção, análise e reflexão acerca da literatura. Esta multiplicidade demonstra que ao investir em duas áreas no Museu Casa das Rosas, uma valoriza a outra mutuamente, criando assim uma instituição interdisciplinar que concentra e difunde conteúdos que contemplam públicos diversos, que são convidados mesmo que indiretamente a refletir sobre as formas de produção da literatura e diversos aspectos que compõem a história da fundação da Avenida Paulista e da própria cidade de São Paulo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho foi iniciado com a premissa de buscar relações entre a Casa das Rosas e as transformações nas políticas públicas voltadas para a preservação de bens patrimoniais<sup>40</sup>. No decorrer do levantamento bibliográfico, a pesquisa indicava dados recorrentes em torno de algumas datas, sendo elas os anos de 1985 (quando o casarão foi tombado), 1991 (quando a residência foi desapropriada e inaugurada como uma galeria de artes) e 2004 (quando foi reinaugurada como um museu, desta vez abrigando o acervo literário do escritor Haroldo de Campos). As perguntas-chave para que a pesquisa fosse iniciada eram: em qual contexto foi criada a Casa das Rosas? Por quais motivos a residência foi tombada pelo CONDEPHAAT? Como e por que a Casa das Rosas passou por diferentes estágios de preservação entre os anos de 1985 e 2004? O que as reconfigurações na gestão e nos usos desse casarão revelam sobre o cenário cultural paulista em cada um desses momentos?

No primeiro capítulo, que se trata de uma apresentação do objeto de estudo e sua história, é possível notar que desde os anos de 1891 houve uma preocupação no estado de São Paulo em promover a ocupação da metrópole pelos grandes cafeicultores e empresários. Através das reformas urbanas patrocinadas pelo Governo como a pavimentação das vias, a reconstrução de praças, prédios públicos e a implantação da energia elétrica na região, a cidade foi cuidadosamente preparada aos moldes de capitais europeias para receber esses moradores que inicialmente eram mais abastados.

Contextualizar a Casa das Rosas significa também contextualizar o meio em que está inserida, sendo necessário problematizar a criação da Avenida Paulista e o processo de ocupação de seu entorno. Estabelecendo diálogos com artigos e livros produzidos por historiadores, fica clara a influência do passado brasileiro anterior à Proclamação da República no que diz respeito à ocupação de terras e à concentração de capital em determinados ambientes. O espigão da Avenida Paulista se caracterizou desde a sua inauguração como um local onde se ergueram casarões, mansões e chácaras para as famílias envolvidas com a produção e exportação do café.

---

<sup>40</sup> Sendo elas produzidas em níveis diferentes, como: a conservação preventiva, o tombamento, a restauração e até mesmo a musealização como uma forma de se preservar o bem patrimonial enquanto se promovem atividades para e com a sociedade.

A adoção de padrões arquitetônicos e urbanísticos de influência europeia, sobretudo no contexto da *Belle Époque*, marcou a estética dos casarões construídos na Avenida, tanto na escolha dos materiais e dos elementos, quanto na disposição dos cômodos e das próprias casas dentro dos terrenos, que como é possível perceber por meio dos documentos analisados, era feita de forma simétrica e centralizada.

Vale ressaltar que as edificações presentes na Avenida Paulista foram projetadas nessa época por escritórios de arquitetura renomados (como é o caso do escritório de Francisco de Paula Ramos de Azevedo), e tinham por objetivo a inserção de São Paulo na modernização que era tão almejada por países e países considerados desenvolvidos economicamente, que buscaram trazer uma imagem positivista em torno das memórias locais. No caso de São Paulo, houve a substituição de elementos construídos por pessoas escravizadas ainda no século XIX e de locais considerados antiquados por parte dos engenheiros e arquitetos envolvidos nas reformas. Assim, fica mais claro que algumas edificações eram construídas com o intuito de transmitir a imagem de que São Paulo adotaria uma nova identidade cultural, em consonância com o que na época era tipo como uma imagem “civilizada”.

Quando o ciclo do café entrou em decadência – sobretudo com a crise de 1929 – o estado de São Paulo investiu em programas de incentivo à imigração e migração de outros estados, além de investir na indústria de base. Com a chegada de novos comerciantes e trabalhadores na região, se formaram novos bairros em torno dos centros onde se concentravam antes os casarões das famílias mais ricas, além parte dessas pessoas enriquecerem e habitarem também a Avenida Paulista. Nessa segunda etapa de ocupação da Avenida foi que o escritório de Ramos de Azevedo construiu a Casa das Rosas, na mesma época em que o ecletismo se espalhava ao longo de todo o espigão, marcando a presença dos imigrantes na metrópole através da arquitetura.

Ao estudar a verticalização que sucedeu a construção da Casa das Rosas, houve dois pontos que chamaram a atenção no que diz respeito às conclusões tiradas, sendo eles: 1) desde a criação da Avenida, o que predomina são as transformações dinâmicas dos modos de vida, sempre marcada pelas reformas urbanas realizadas tanto em ambientes privados quanto públicos, que marcam a apropriação dos mesmos como pontos de transição das elites paulistanas; 2) as demolições dos casarões se iniciaram em um momento em que a população de São Paulo adotava uma nova forma de modernização, na qual as inovações tecnológicas permitiam que

além de um local de convívio das famílias mais abastadas, a Avenida pudesse abrigar edifícios altos, que comportariam as famílias e seus negócios, mesclando prédios residenciais com escritórios e grandes centros comerciais.

A legislação municipal se moldou a cada década – de 1930 até 1970 – de forma mais branda no que tange às liberações das mudanças que poderiam ser promovidas nessas edificações. Como visto anteriormente, foi liberado o alargamento das ruas, depois a construção de prédios residenciais de pequeno porte e, posteriormente, a construção de torres com mais de 20 andares, que acarretou na valorização do metro quadrado na região - tornando desinteressante em alguns casos, a manutenção de casarões por parte de alguns herdeiros das famílias que lá residiram, ou mesmo insustentável pelo valor das taxas que eram aplicadas sobre a titularidade dos terrenos que agora valiam muito mais do que quando foram adquiridos –, o que contribuiu para que muitas residências fossem demolidas e vendidas, dando lugar a estacionamentos, prédios e *shopping centers*.

O processo de tombamento da Casa das Rosas, que foi aberto em 1982 e finalizado em 1985, foi um dos três realizados nessa época. Como observado, a maioria dos proprietários das residências da Avenida não tinha interesse em preservar os casarões, pois mesmo a compra não cobriria o prejuízo de se manter uma edificação num terreno de valor tão alto. Quando as informações sobre a abertura dos estudos sobre os casarões foram divulgadas sem que os conselheiros do CONDEPHAAT conseguissem notificar os proprietários, muitos deles foram demolidos e seus respectivos terrenos vendidos.

Nos anos seguintes foi percebido que a preservação dos bens por meio do processo de tombamento não era a única solução que poderia ser adotada, e que a equipe do CONDEPHAAT contava com um corpo técnico que seria capaz de entrar em um acordo que levasse à resolução do processo de modo satisfatório para toda as partes. Quando foram contratados historiadores, cientistas sociais, arquitetos, museólogos e outros profissionais para trabalhar na produção dos pareceres anexados ao processo, foram explicitados diversos pontos que exaltavam o valor da residência para a cidade de São Paulo e sua população, seja pela sua estrutura, ou pelos fatos cronológicos aos quais estava atrelada.

Quando a resolução ocorreu, no ano de 1985, foi realizado um acordo de desmembramento, que até então não era comum. O desmembramento consistia na divisão do terreno que seria tombado, separando o casarão (e o jardim) da parte dos

fundos, que abrigaria um edifício. Nos anos seguintes houve mais um acordo que trouxe inovações para a forma como a tutela desse bem patrimonializado estava sendo desenvolvida. Neste caso a parcela dos fundos do terreno foi vendida para a construtora Júlio Neves, com a qual o CONDEPHAAT fez um acordo que responsabilizava a empresa pela restauração da Casa das Rosas, que após a restauração seria desapropriada (transformada em um bem público) e reaberta como galeria.

Em seus anos funcionando como Galeria Estadual de Artes, a Casa das Rosas foi palco de diversas exposições artísticas e literárias, se tornando um local de reflexão, no qual se aplicava uma forma dinâmica de preservação que atribuía uma finalidade para o bem tombado que transcende sua própria existência e permanência no espaço, e prioriza as relações com o público. Um dos fatores que mais se destacam no objeto e no recorte escolhidos para esta pesquisa é o fato de que os anos destacados anteriormente (1985, 1991 e 2004) estão relacionados às mudanças de atribuição de valores à Casa das Rosas.

O processo de musealização que ocorre a partir do ano de 2003 e é concluído em 2004, também contribuiu para que a função do casarão se tornasse ainda mais ampla, contemplando dois elementos musealizados ao mesmo tempo: a casa, fortemente ligada aos seus antigos proprietários e principalmente à figura de Ramos de Azevedo, e o acervo literário de Haroldo de Campos que além de escritor, participou de exposições na Casa das Rosas quando foi uma galeria.

Essa dualidade que compõe o Museu Casa das Rosas – Espaço Haroldo de Campos de Poesia e Literatura forma um processo de valorização da memória local que se retroalimenta, pois, a residência em si se destaca na Avenida Paulista por conta da preservação de sua estrutura (incluindo a fachada, o jardim e a parte interna), e estabelece pontos de reflexão através das relações com o escritório de Ramos de Azevedo e com o fato de ser um testemunho da ocupação e verticalização da Avenida. Além disso, o acervo literário de Haroldo de Campos colocou a instituição em uma posição de museu literário, que contou inicialmente com a gestão da Abaçai Cultura e Arte – Organização Social de Cultura (em 2005), e posteriormente foi dirigida pela Associação Paulista dos Amigos da Arte (APAA) em 2007 - que no ano seguinte mudou seu nome para POIESIS - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura – o que possibilitou que ela fosse integrada à Rede de Museus-Casas Literários de

São Paulo, composta também pelos museus Casa Guilherme de Almeida e Mário de Andrade.

A flexibilidade com a qual foi gerida a Casa das Rosas desde as negociações e pareceres acrescentados no processo de tombamento, até a desapropriação e desmembramento, resultaram em um acordo que priorizava a restauração dela, e que nos anos seguintes manteve o estado de conservação devido: à inserção da Casa no condomínio do prédio construído nos fundos da propriedade; ao fomento de atividades culturais como as exposições e eventos, e à inserção da Casa na Rede de Museus-Casas Literários.

Muitas das perguntas feitas no projeto que precedeu a execução deste trabalho foram modificadas ao longo do levantamento bibliográfico. A pesquisa em si revelou que alguns pontos eram muito mais abrangentes do que o esperado, como por exemplo a própria contextualização da Casa das Rosas, que dependia de uma pesquisa bibliográfica focada na historiografia da cidade de São Paulo e da Avenida Paulista. Outro fator que se manifestou no decorrer da escrita dos capítulos a partir da análise dos documentos anexados ao processo de tombamento da Casa das Rosas foi o fato de as políticas de preservação do patrimônio serem altamente interdisciplinares.

Se destacou, apesar de não ser um dos objetivos da pesquisa, a importância de se relacionar disciplinas e áreas do conhecimento na gestão de bens culturais. Ao passar do tombamento à musealização, a Casa das Rosas foi alvo de muitos procedimentos de atribuição de valores e do estabelecimento de reflexões e afirmação do potencial do casarão enquanto um testemunho histórico e arquitetônico da cidade de São Paulo. Entre os anos de 1985 e 2004, no entanto, pôde ser visto que a preservação da Casa com uma intenção de promover exposições, saraus, promover discussões e reuniões com artistas e, posteriormente salvaguardar um acervo literário, promoveu não apenas uma dinamização das atividades realizadas, mas um enriquecimento de todas as áreas envolvidas.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antônio Augusto. (org.). **Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em: [https://www.academia.edu/37230268/Produzindo\\_o\\_passado\\_Antonio\\_Augusto\\_Arantes\\_org.\\_.pdf](https://www.academia.edu/37230268/Produzindo_o_passado_Antonio_Augusto_Arantes_org._.pdf) Acesso em: 7 mar. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Casarão da década de 1930 tem biblioteca especializada em poesia**. São Paulo, 17 out. 2008. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=262256> Acesso em: 07 mar. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 48.206, de 7 de julho de 1967**. Cria o Grupo Executivo da Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-48206-07.07.1967.html> Acesso em: 7 mar. 2022.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei nº 10.247, de 22 de outubro de 1968**. Dispõe sobre a competência, organização e o funcionamento do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, criado pelo artigo 123 da Constituição Estadual e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1968/lei-10247-22.10.1968.html> Acesso em: 7 mar. 2022.

ASSIS, Elisa Prado. **Acessibilidade nos bens culturais imóveis: possibilidades nos museus e centros culturais**. Orientadora: Maria Lucia Bressan Pinheiro. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23052012-144557/publico/Elisa\\_Prado\\_Assis\\_ME.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-23052012-144557/publico/Elisa_Prado_Assis_ME.pdf) Acesso em: 7 mar. 2022.

BARBOSA, Lucas Jordano de Melo. O olhar de Llorenç Prats sobre a produção e o consumo da identidade cultural: ícones arquitetônicos da metrópole paulistana. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 16, n. 1, p. 610-636, jun. 2020. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/1183/0> Acesso em: 7 mar. 2022.

BARTH, Alberto. **Casa das Rosas: o desafio do restauro oficial (1987 - 1991)**. São Paulo: Plano Auditoria, 2019. 70 p. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/Albarth/casa-das-rosas-restaurao> Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Coleção de Leis do Brasil - 1937, v. 3, p. 331. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941**. Dispõe sobre tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Coleção de Leis do Brasil - 1941, v. 7, col. 1, p. 559. Disponível em: Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/528953/publicacao/15710146> Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.** Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-581-4-setembro-1850-559820-publicacaooriginal-82230-pl.html> Acesso em: 7 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas no Império, a acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p. 307, v. 1, col. 1, 1850. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/542128/publicacao/15770545> Acesso em: 7 mar. 2022.

BRITO, Mariana Vieira. A política de patrimônio francesa: esboçando seu passado e presente. Rio de Janeiro, Brasil: Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 86 – 111, jan / set. 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho. As metamorfoses dos museus-casas de literatura: Experimentações museológicas e multiplicação de arquivamentos em Hilda Hilst. **MUSAS (IPHAN)**, v. 8, p.23 – 41, 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro:** documentos selecionados. Vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/download/16454/> Acesso em: 7 mar. 2022.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro:** documentos selecionados. Vol. 2. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/download/16459/> Acesso em: 7 mar. 2022.

BULHÕES, Girlene Chagas. As louças de vovó, o prato do garimpeiro, a altura dos olhos e nuvens; abelhas, formigas, seleção e seletividade; patrimônio, fratrimônio, a casa da princesa do seu tição e o museu do Djhair; a cabeça da medusa, árvores, rizomas, afetos, afetividades e bem viver; coleções, acervos, musgo e outras performances museais. Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-54, dez. 2016.

CARTÃO postal de São Paulo, avenida Paulista completa 120 anos. **UOL Notícias**, São Paulo, 8 dez. 2011. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/album/111208paulista120anos\\_album.htm#fotoNav=7](https://noticias.uol.com.br/album/111208paulista120anos_album.htm#fotoNav=7) Acesso em: 10 abr. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. *In*: CARVALHO, J. M. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p 233 – 268.

CARVALHO, José Murilo. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. *In*: AVELAR, L. A.; CINTRA, A. O. (org). **Sistema Político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp, 2004. p.21-33.

CAYER, Nelson Alexis., & SCHEINER, Tereza Cristina (2021). Casas históricas e museus-casa: conceitualização e desenvolvimento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 1999. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lapa/files/2008/08/Alegoria-do-patrim%c3%b3nio-Fran%c3%a7ois-Choay.pdf> Acesso em: 7 mar. 2022.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

CHUVA, Marcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. *In*: CHUVA, M.; NOGUEIRA, A. G. R. (org.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X: 2012.

CICCACIO, Ana. **O Jardim das Resistências**: uma história da Casa das Rosas. São Paulo - SP: Risco Editorial, 2013. 218 p.

COLÉGIO NOTARIAL DO BRASIL. **Memórias notariais resgata escritura histórica do terreno da Casa das Rosas**. São Paulo. 8 dez. 2016. Disponível em: [https://www.cnbsp.org.br/?url\\_amigavel=1&url\\_source=noticias&id\\_noticia=13630&filtro=&Data=&lj=1366](https://www.cnbsp.org.br/?url_amigavel=1&url_source=noticias&id_noticia=13630&filtro=&Data=&lj=1366) Acesso em: 7 mar. 2022.

COMODO, Roberto. Exposição reúne 42 desenhos do genial Portinari. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1991. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&Pesq=%22Casa%20das%20Rosas%22&pagfis=50747](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=%22Casa%20das%20Rosas%22&pagfis=50747) Acesso em: 10 abr. 2022

CONDEPHAAT. **Processo de Tombamento nº 22104/82 – Parte 1**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Ipatrimonio-Processo-22104-82-Casa-das-Rosas-Parte1.pdf> Acesso em: 7 mar. 2022.

CONDEPHAAT. **Processo de Tombamento nº 22104/82 – Parte 2**. Disponível em: [http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Ipatrimonio-Processo-22104-82-Casa-das-Rosas.Parte2\\_.pdf](http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2013/12/Ipatrimonio-Processo-22104-82-Casa-das-Rosas.Parte2_.pdf) Acesso em: 7 mar. 2022.

COSTA, Leonardo *et.al*. Avaliação da área de formação em organização da cultura no MINC (2003 – 2010): Apenas ações ou uma política estruturada?. **IV Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**, Salvador, Bahia, 25-27 maio de 2010.

COTRIM, Luciana. **Série Avenida Paulista: Casa das Rosas e o Parque Cultural Paulista**. SPCity, São Paulo, 1 jan. 2022. Disponível em: <https://spcity.com.br/serie-avenida-paulista-casa-das-rosas-e-o-parque-cultural-paulista/> Acesso em: 7 mar. 2022

DUARTE, Alice. Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 6, n. 1, p.99-117, 2013.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. *In* ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (org.) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Disponível em: [http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio\\_ensaios-contemporaneos.pdf](http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf) Acesso em: 31 mar. 2022

FRANCISCO de Paula Ramos de Azevedo. **Guia das Artes**, São Lourenço, MG, 2015. Disponível em: <https://www.guiadasartes.com.br/francisco-de-paula-ramos-de-azevedo/obras-e-biografia> Acesso em: 10 abr. 2022.

GOMES, Angela de Castro. Através do Brasil: o território e seu povo. *In*: GOMES, A. C.; PANDOLFI, D. C.; ALBERTI, V. (org.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 156-196.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: MinC-IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.15-36, jan / jun 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 7 mar. 2022.

GOUVEIA, Inês. Waldisa Rússio: museologia e política nos anos 1980. Estudos de cultura material/dossiê – Democracia, Patrimônio e Direitos: a década de 1980 em perspectiva. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. São Paulo, Nova Série, vol. 28, 2020, p.1-29. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/WPLBNYjYYMdM6SsRwJQ4tvD/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 7 mar. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cultura e Economia Criativa. **Casa Guilherme de Almeida**, 2022. Disponível em: <http://www.casaguilhermedealmeida.org.br/museu/> Acesso em: 10 abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cultura e Economia Criativa. **Casa Mário de Andrade**, 2022. Disponível em: <http://www.casamariodeandrade.org.br/institucional> Acesso em: 10 abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cultura e Economia Criativa. **Casa das Rosas**, 2022. Disponível em: <http://www.casadasrosas.org.br/> Acesso em: 10 abr. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cultura e Economia Criativa. **Rede de Museus-Casas Literários de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://museusliterarios.org.br/> Acesso em: 10 abr. 2022.

HUYSSSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 23, p. 35–57, 1994. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477> Acesso em: 7 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225474> Acesso em: 7 mar. 2022.

IPATRIMONIO. **Casa das Rosas**. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/sao-paulo-casa-das-rosas/#!/map=38329&loc=-23.50670025083352,-46.329345703125,10> Acesso em: 7 mar. 2022.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na Semana de Arte Moderna de 1922. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 30, 2002, p. 110 – 128. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2177> Acesso em: 7 mar. 2022.

LIMA, Renata Priore La avenida cambiante: las transformaciones de la avenida Paulista en São Paulo y la construcción de su centralidad lineal. **Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo**. VI Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Bogotá, junio 2014. Barcelona: DUOT, 2014. Disponível em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2099/16035> Acesso em: 7 mar. 2022.

MARIN, Andrea Cristina *et al.* Empreendedorismo cultural: benefícios da captação de recursos para o museu Casa das Rosas. **Revista de Casos e Consultoria**, v. 9, n. 4, p. e944, 13 set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/22834> Acesso em: 7 mar. 2022.

MARINS, Paulo Cesar Garcez A avenida Paulista da *belle époque*: elites em disputa. In: GORELIK, A.; PEIXOTO, F. A. (org.). **Cidades sul-americanas como arenas culturais**. São Paulo: Edições Sesc SP, 2019.

MEIRA, Indrig Orlandi; KUNIYOSHI, Celina. Restauração da Igreja do Bonfim e seu impacto sócio- cultural em Pirenópolis/GO: um estudo de caso (Fase 1). In: 20º

Congresso de Iniciação Científica da UnB / 11º Congresso de Iniciação Científica do DF, 2015, Brasília. Conhecimento para uma Cultura de Paz, 2015. v. 2. p. 175.

MEIRELLES, José Luiz Junqueira Sampaio. **A renovação de escritórios comerciais com vistas ao seu reposicionamento de mercado**: o caso do Conjunto Nacional em São Paulo. São Paulo, 2007, 64 p. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/0d99ddc0-efb5-4f9e-986f-0672f732a3e9/JoseLuizJunqueiraSampaioMeirelles%20-%20PI.pdf> Acesso em: 7 mar. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *et al.* A Cidade Como Bem Cultural: Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *In*: MORI, V. H.; SOUZA, M. C.; BASTOS, R. L.; GALLO, H. (org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: Iphan, 2006, p. 34-76.

MOURA, Carlos Thaniel. Moradia, memória e processos: a construção da memória das residências-monumento de Ernesto Dias de Castro e Ramos de Azevedo no patrimônio paulista. **Anais IX Seminário Nacional do CMU – Memória e histórias locais**: esquecimento, diversidades culturais e identidades. Campinas, SP: Centro de Memória – Unicamp (CMU), 2019. Disponível em: [https://www.ixseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/8/1565665106\\_ARQUIVO\\_MOURACarlosMemoriaMoradiaProcessosIXSNMUFINAL.pdf](https://www.ixseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/8/1565665106_ARQUIVO_MOURACarlosMemoriaMoradiaProcessosIXSNMUFINAL.pdf) Acesso em: 7 mar. 2022.

MOURA, Carlos Thaniel. **Um clã edificante**: Ramos de Azevedo, Arnaldo Dumont Villares e Ernesto Dias de Castro. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 11, p. 71-82, 2018.

NASCIMENTO, Douglas. **Palacete Franco de Mello**. São Paulo Antiga, São Paulo, 12 mar. 2012. Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/franco-de-mello/> Acesso em: 7 mar. 2022.

NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635117> Acesso em: 7 mar. 2022.

PALLAMIN, Vera. **Espaços urbanos no despontar da metrópole paulistana**. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP. 2015, 12p. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Vera-Pallamin/publication/280559115\\_Espacos\\_urbanos\\_no\\_despontar\\_da\\_metropole\\_paulistana/links/55b9281108ae092e965b2e66/Espacos-urbanos-no-despontar-da-metropole-paulistana.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Vera-Pallamin/publication/280559115_Espacos_urbanos_no_despontar_da_metropole_paulistana/links/55b9281108ae092e965b2e66/Espacos-urbanos-no-despontar-da-metropole-paulistana.pdf) Acesso em: 7 mar. 2022.

PAULISTA VIVA. **História da Avenida Paulista**. Disponível em: <https://www.associacaopaulistaviva.org.br/av-paulista/historia> Acesso em: 7 mar. 2022.

POIESIS. Disponível em: <https://www.poiesis.org.br/new/poiesis/quem-somos.php> Acesso em: 7 mar. 2022.

PORTAL DO BIXIGA. **Joaquim Eugênio de Lima**. Disponível em: <http://www.portaldobixiga.com.br/ruas-e-avenidas/eugeniodelima/> Acesso em: 7 mar. 2022.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REZENDE, Maria Beatriz. *et al.* Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) 1937- 1946. *In*: REZENDE, M. B. *et al.* (org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Servi%C3%A7o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Hist%C3%B3rico%20e%20Art%C3%ADstico%20Nacional.pdf> Acesso em: 7 mar. 2022.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima. O Processo de Verticalização das Cidades Brasileiras. **Boletim de Geografia**, v. 16, n. 1, p. 97-106, 24 jan. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12156> Acesso em: 7 mar. 2022.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969 – 1987**. São Paulo: UNESP, 1999.

ROSADA, Mateus. **Igrejas Paulistas da Colônia e do Império: Arquitetura e Ornamentação**. Orientadora: Maria Angela Pereira de Castro e Silva Bortolucci. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Área de Concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-30062016-112001/pt-br.php> Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO PAULO. **Lei Municipal nº 3.427, de 19 de novembro de 1929**. Aprova a consolidação do Código de Obras Arthur Saboya. São Paulo, 19 de novembro de 1929. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-3427-de-19-de-novembro-de-1929/detalhe> Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO PAULO. **Lei Municipal nº 3.571, de 7 de abril de 1937**. Declara aplicáveis às avenidas Paulista, Higienópolis, Angélica, Pedro I, Pompeia e Rua Maranhão as exigências do Artigo 40 do Ato 663 de 1934 e dá outras providências. São Paulo, 7 de abril de 1937. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1937/357/3571/lei-ordinaria-n-3571-1937-declara-aplicaveis-as-avenidas-paulista-higienopolis-angelica-pedro-i-pompeia-e-rua-maranhao-as-exigencias-do-artigo-40-do-ato-663-de-1934-e-da-outras-providencias> Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO PAULO. **Lei Municipal nº 4.313, de 29 de outubro de 1952**. Acrescenta à Lei nº 3571, de 7 de abril de 1937, artigos e parágrafos referentes a construções na Avenida Paulista. São Paulo, 29 de outubro de 1952. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1952/431/4313/lei->

ordinaria-n-4313-1952-acrescenta-a-lei-n-3571-de-7-de-abril-de-1937-artigos-e-paragrafos-referentes-a-construcoes-na-avenida-paulista Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO PAULO. **Lei Municipal nº 5992, de 16 de Maio de 1962.** Dispõe sobre o uso de imóveis na Avenida Paulista, e dá outras providências. São Paulo, 16 de Maio de 1962. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1962/600/5992/lei-ordinaria-n-5992-1962-dispoe-sobre-o-uso-de-imoveis-na-avenida-paulista-e-da-outras-providencias> Acesso em: 7 mar. 2022.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museu, Museologia e a 'Relação Específica' considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. *Ciência da Informação*, Brasília, v.42, n.3, p.358-378, set./dez 2013

SHIBAKI, Viviane Veiga. **Avenida Paulista:** da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar Suzuki. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05112007-125748/publico/TESE\\_VIVIANE\\_VEIGA\\_SHIBAKI.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-05112007-125748/publico/TESE_VIVIANE_VEIGA_SHIBAKI.pdf) Acesso em: 7 mar. 2022.

SIQUEIRA, Lucília Santos. Tombamentos e demolições na Avenida Paulista na década de 1980. **Revista CPC**, São Paulo, n. 28, p. 37-71, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/155837> Acesso em: 7 mar. 2022.

SOMEKH, Nadia. **Experiências Urbanísticas no Brasil, Manual Didático:** Casa das Rosas. Cambridge, MA, USA: Lincoln Institute of Land Policy, jan. 1999. 16 p. Disponível em: <https://www.lincolnst.edu/sites/default/files/pubfiles/experiencias-urbanisticas-brasil-casa-das-rosas-full.pdf> Acesso em: 7 mar. 2022.

SOUTO, Idália Maria Teixeira. Patrimônio Cultural e Hospitalidade no Mercado Municipal Paulistano. **VII Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/125.pdf> Acesso em: 7 mar. 2022.

THEODORO, Janice. São Paulo de Ramos de Azevedo: da cidade colonial à cidade romântica. **Anais do Museu Paulista:** História E Cultura Material. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 201-208, jan/dez. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/BYdckWLKJvKsYrcR9FrXM8d/?lang=pt&format=pdf#:~:text=E%20interessante%20notar%20que%20o,que%20justificasse%20estrutura%20a%20mudan%C3%A7a.> Acesso em: 7 mar. 2022.

WANDERLEY, Andrea. C. T. **Série “Avenidas e ruas do Brasil” XII – A avenida Paulista, o coração pulsante da metrópole.** Brasiliana Fotográfica, São Paulo, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26514> Acesso em: 7 mar. 2022.